

# MARCAS DA INOVAÇÃO NO TERRITÓRIO

Tamara Tania Cohen Egler

Aldenilson Vitorino Costa

Lalita Kraus

(Orgs.)

Vol. II



*Conselho Editorial*  
*Série Letra Capital Acadêmica*

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)  
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)  
Claudio Cezar Henriques (UERJ)  
João Luiz Pereira Domingues (UFF)  
João Medeiros Filho (UCL)  
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)  
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)  
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)  
Michela Rosa di Candia (UFRJ)  
Olavo Luppi Silva (UFABC)  
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)  
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)  
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)  
Robert Segal (UFRJ)  
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)  
Sandro Ornellas (UFBA)  
Sergio Azevedo (UENF)  
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tamara Tania Cohen Egler  
Aldenilson Vitorino Costa  
Lalita Kraus  
*Organizadores*

MARCAS DA INOVAÇÃO NO TERRITÓRIO  
Vol. II

LETRAPITAL

Copyright © Tamara Tania Cohen Egler, Aldenilson Vitorino Costa e  
Lalita Kraus (Orgs.), 2020

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.  
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os  
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler  
João Baptista Pinto

CAPA Tainá Farias

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

---

M262

Marcas da Inovação no Território, Vol. II / organização Tamara Tania Cohen Egler,  
Aldenilson Vitorino Costa, Lalita Kraus. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Letra Capital, 2020.  
174 p. ; 15,5x23 cm.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-87594-74-3

1. Territorialidade humana. 2. Comunicação de massa - Aspectos sociais. 3. Comunicação  
de massa - Aspectos políticos. 4. Comunicação de massa e opinião pública. I. Egler, Tamara  
Tania Cohen. II. Costa, Aldenilson Vitorino. III. Kraus, Lalita.

21-69072

CDD: 302.23  
CDU: 316.77

---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

LETRA CAPITAL EDITORA  
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781  
*letracapital@letracapital.com.br*

# Sumário

Apresentação.....	7
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Aldenilson Costa</i>	
<i>Lalita Kraus</i>	
<b>Eixo I - Inovação, plataformas e território .....</b>	<b>21</b>
Fetichismo da inovação. Território e desenvolvimento no Brasil na contemporaneidade .....	23
<i>Regina Tunes</i>	
Disputa no e-commerce de varejo no Brasil: entre o intangível do digital e a materialidade da infraestrutura de logística.....	45
<i>Roberto Moraes Pessanha</i>	
Da praça-pública ao espaço ciberpolítico: inovação na política?..	72
<i>Wanisy Roncone</i>	
<i>Maria Alice Nunes Costa</i>	
“Na favela a gente manda áudio”: uma análise sobre o Coletivo Papo Reto em rede .....	103
<i>Fabiola de Cássia Freitas Neves</i>	
<b>Eixo II - Cidades inteligentes, algoritmos e banco de dados ...</b>	<b>121</b>
Ciência de dados e cidades: uma abordagem crítica.....	123
<i>Fábio Duarte</i>	
<i>Priyanka de Souza</i>	
A política de artefatos tecnológicos <i>smart</i> .....	130
<i>Lalita Kraus</i>	
<i>Taina Farias</i>	

O território importa quando da implantação de um serviço público? Ensaio preliminar sobre o serviço de bicicleta compartilhada na cidade do Rio de Janeiro ..... 142  
*Aldenilson Costa*

Proteção de dados e humanidades digitais no Brasil, caixas-pretas ..... 155  
*Luiz Paulo Carvalho*  
*Jonice Oliveira*

Lista de autores ..... 167

# Apresentação

*Tamara Tania Cohen Egler*

*Aldenilson Costa*

*Lalita Kraus*

O título do livro informa o nosso desígnio de produzir um espaço de interlocução entre as ciências exatas e humanas para examinar as marcas, tangíveis e intangíveis, da inovação no território. Ele é produto de dois desafios que podemos ler nos dois eixos que o compõem, um primeiro que tem por objetivo examinar as relações políticas e sociais que transformam o território, e que podemos ler na apresentação do volume 1 a seguir, e um segundo que tem por objetivo examinar como a inovação se plasma e transforma o território, seus resultados analíticos estão apresentadas no volume 2.

A revolução digital possibilitou incrementar a penetrabilidade e influência das Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs) na sociedade. Todas as atividades humanas se tornam cada vez mais mediadas por computadores, fazendo assim com que cada atividade gere e registre uma enorme quantidade de dados. Esses são gerados a partir, por exemplo, de todas as transações mediadas por computador e toda atividade que realizamos *online*. Estudos indicam que foram produzidos mais dados nos últimos 20 anos do que ao longo de toda a história.

Surge uma questão importante: como lidar com esses dados? Que tipo de método e metodologias adotar para a sua análise?

Estamos enfrentando um grande desafio imposto pela quantidade de dados existentes e pelo conhecimento técnico-científico necessário para a sua análise. A importância dos dados, incluindo o *big data*, se manifesta não apenas na sua existência, mas na capacidade de realizar análises que resultem em avanços nos campos científico e social.

É preciso considerar como os dois eixos propostos estão umbilicalmente ligados aos sistemas de banco de dados. Quer dizer,

o processo de transformação da inovação está associado a duas dimensões, uma primeira que podemos ler nas relações intangíveis políticas e humanas, e uma segunda, na sua dimensão tangível, na materialidade do território.

No presente Volume II – “Inovação e território” – podemos pensar na importante alteração das relações espaço-temporais quando observamos a velocidade que inaugura atemporalidades, ou a fluidez que produz a espacialidade (SANTOS, 1994), sendo fundamental entender como a política pública produz marcas sobre o território. O que nos permite pensar com Milton Santos (2008) – que define o espaço como uma articulação de objetos, fluxos e ações –, e, a nós, cabe interrogar como a mediação tecnológica transforma o espaço. O desafio é analisar como a fluidez da tecnologia amplia a conectividade e redefine os processos de urbanização. No lugar da cidade industrial, em que se localizam as atividades no espaço vital, estão emergindo processos de urbanização que fragmentam territórios que se conectam entre si e formam uma nova totalidade espacial.

Pensar as transformações do território no contexto da sociedade da informação e comunicação é uma condição obrigatória dos governos, exige um conjunto de políticas públicas para inovar processos associados à produção, circulação e gestão do espaço urbano e regional. Conhecemos a importância da informática para ampliar as possibilidades da gestão governamental, bem como para a vida social. Ou ainda de bancos de dados, que ampliam a capacidade de armazenamento, documentação, análise e intervenção sobre os espaços. Esse avanço da informática contribuiu para que um número cada vez maior de informações circule, orientando e determinando os fenômenos econômicos, políticos e sociais no espaço.

Para fazer a análise das marcas sobre o território, o ponto de partida é fazer a leitura geográfica da inovação, tomada não só enquanto um fato técnico, mas com forte impacto sobre o território. Esse impacto pode ser na dimensão regional e urbana: na primeira, as diferentes políticas implementadas nos últimos 20 anos no Brasil permitiram a ampliação de um conjunto de infraestruturas que dão suporte à inovação no país. Apesar de ainda bastante concentrada em regiões mais avançadas do país, a partir dos anos 2000 houve



uma ampliação da rede de centros de ensino e pesquisa para além da porção litorânea e para além das capitais estaduais, apesar de nem sempre esses centros situados no interior das regiões brasileiras alcançarem os mesmos recursos para fomento à pesquisa, mas que têm permitido qualificar a população local, preconizando um contexto regional que permitirá, acredita-se, transformar realidades historicamente menosprezadas.

Do ponto de vista urbano, a inovação revela uma seletividade no uso do território, visto que apenas parcelas das cidades são incluídas. Sobretudo quando pensamos as cidades com ampla desigualdade, como é o caso das cidades brasileiras, a inovação demonstra sua seletividade e o papel dos atores que planejam o território de forma excludente. Não só isso, é importante ter claro que são as cidades que orientam os processos de inovação na medida em que nelas estão as infraestruturas de ciência e tecnologia, fundamentais para o desenvolvimento de inovação.

Nesse sentido, a inovação demonstra ser um processo que tem permitido a dominação no território. Isto porque, de um lado, a primazia de atores hegemônicos que, em geral, são aqueles com poder de influência e que determinam as normativas que orientam a implementação da inovação; e de outro, pelos impactos seletivos que produzem no conjunto das cidades e das regiões. Isso levanta questionamentos sobre o real impacto social da inovação, e o conflito de interesses que orienta o processo

Mais recentemente, a Internet das coisas é um conceito que encontra operacionalidade a partir dos anos 2010, quando se alcançam condições técnicas para que diferentes objetos e coisas estejam conectados (CHIN, CALLAGHAN, ALLOUCH, 2019). Essa tecnologia faz a articulação entre informática e mecânica e está associada a um sistema interconectado entre coisas, como, por exemplo, carros, patinetes, bicicletas, aparelhos eletrodomésticos, gestão urbana, entre outros, que visa facilitar a vida cotidiana através de sistemas inteligentes.

Dessa forma, ao consideramos a atual conjuntura de Internet das coisas, é da maior importância compreendê-la no contexto do território e de sua gestão. Isto é, ao mesmo tempo em que a capacidade ampliada de armazenamento de dados funciona de modo

a dar suporte ao uso de diferentes objetos no contexto do espaço urbano, de outro lado existe toda uma engenharia que adapta o território para potencializar a Internet das coisas. Dito de outro modo, existe um forte caráter territorial da Internet das coisas, na medida em que toda essa engenharia informacional impõe ao território, e aos usos feitos dele, novas configurações profundamente diferentes daquelas da era industrial.

Devido à complexidade e potencialidade do *big data*, são abertas questões sobre quem utiliza e como são utilizados os dados. Elas são mais poderosas quando se cogita a possibilidade de empresas utilizarem dados para rastrear pessoas, definindo perfis que serão orientados ao oferecimento de serviços, mercadorias, entre outros. Na Europa, já se defende a proteção de dados, sobretudo a partir do reconhecimento de que empresas privadas fazem uso desses dados sem a devida autorização. No caso específico da Espanha, e na cidade de Barcelona, lideranças locais associadas a atual gestão municipal buscam fazer frente às empresas de tecnologias, num movimento que tenta coibir que empresas usem dados gerados cotidianamente através de plataformas digitais para além dos interesses da sociedade (BERLINGUER, 2019).

Para fazer avançar a análise torna-se necessário focar nos agentes, nas plataformas, sistemas inteligentes de gestão de serviços urbanos, *big data*, sensores que são alguns dos elementos estruturantes da nova dinâmica social, econômica e urbana do século XXI (MONGIN, 2009; ASCHER, 2012), porque determinam a capacidade de atuar em diferentes territórios a partir de sistemas informáticos cada vez mais avançados. Graças ao avanço da inovação, tem sido possível produzir transformações no território e na sociedade, levados a cabo, entre outras coisas, a partir das tecnologias que permitem uma nova organização social que transforma o território.

No atual contexto histórico, observa-se a emergência de uma série de inovações, sejam de processos, produtos ou organizacionais que produzem alterações no território. O desafio é analisar, conforme Milton Santos, como a inovação exige considerar *atores, estratégias e arenas*, para analisar as transformações dadas pelos sistemas de digitalização da interação social e do território. O que exige reconhecer os processos de gestão do território e os ambientes de

inovação como estruturas capazes de produzir transformações no território.

Na própria história observamos elementos inovadores, como o alfabeto, dinheiro-moeda, papel, eletricidade, entre outros. Descobertas, criações, invenções que chegaram a ser inovações na medida em que se incorporaram ao tecido social produzindo transformações a partir da introdução de novos conteúdos, práticas e ações. Ela está além do domínio do indivíduo, passando ao conjunto da sociedade, tendo um forte caráter disruptivo (OCDE, 1997; FAGERBERG, 2004; GALINDO-RUEDA & VERGER, 2016).

Do ponto de vista teórico, a inovação ganha destaque com os aportes de Joseph Schumpeter. É este economista que claramente define a inovação como um processo por meio do qual o capitalista alcançaria maiores lucros (SCHUMPETER, 2017, 1982). As recentes leituras da obra de Schumpeter, que ganharam o título de neo schumpeterianismo, reconhecem que a inovação surge segundo um conjunto de atores que, articulados, direta ou indiretamente, promovem contextos espaciais favoráveis à produção de inovação (CARLEIAL, 2011; PAULA, CERQUEIRA ALBUQUERQUE, 2002). Daí se falar em ambientes de inovação, que hoje em dia podem ser concebidos desde polos e parques tecnológicos até espaços *coworking*. Por esta razão, concordamos com Harvey (2018, p. 122) quando ele afirma que “não estamos mais diante do empreendedor individual [...] e sim de um vasto setor da indústria especializado em inovação e dedicado a vender inovações para os demais”. Em outras palavras, o foco do presente livro considera os diferentes atores e estratégias responsáveis pela produção de inovações e o impacto produzido no nível da ação e território.

No Brasil, vem sendo recorrente a busca por tornar as cidades “inteligentes”, tirando proveito da potencialidade oferecida pelas tecnologias informacionais e do *big data* para um novo modelo de gestão urbana, oferecendo novas soluções (ou saídas) para os problemas urbanos, como mobilidade, saneamento, segurança pública, entre outros. Contudo, questiona-se o real interesse de políticas dessa envergadura, sobretudo pelo fato de que são empresas que oferecem soluções quase mágicas às cidades, o que atribui um caráter neoliberal a essa política urbana. Apesar disso, vem crescen-

do o número de cidades que estão aderindo ao conceito de cidade inteligente, muitas vezes desprovido de conexão com o território. Prova disso é a busca por “selos de qualidade” atribuídos por empresas de consultoria que anualmente testificam o grau de inteligência das cidades. Como resultado, recentemente vem tramitando a Carta Brasileira de Cidades Inteligentes no sentido de ampliar o espectro da *smartização* para além de umas poucas cidades, incluindo as pequenas e médias cidades, tornando-se uma proposta nacional. A cidade inteligente apesar de tentar inovar na gestão urbana, vem se revelando como instrumento do capital, sobretudo quando a urbanização é um dos processos fundamentais para o capitalismo desde algumas décadas, para não dizer desde sempre. Assim, trata-se, para alguns pesquisadores, de um novo estratagema neoliberal (GROSSI & PIANEZZI, 2017; ODENDAAL, 2016) que instrumentaliza as cidades objetivando interesses nem sempre em defesa do comum.

Ainda do ponto de vista urbano, a mobilidade é um dos elementos centrais das classificações nacionais e internacionais de cidades inteligentes. Isto porque um dos desafios das administrações municipais é justamente oferecer serviços de mobilidade eficazes, limpos e que assegurem uma usabilidade proveitosa com uma diversidade de modais que permitam a fácil mobilidade de pessoas e mercadorias. Contudo, a realidade mostra totalmente o contrário, pois é muito comum em horários de pico observar avenidas abarrotadas de automóveis, motocicletas e ônibus, além de trens e metrô com elevado número de passageiros, que faz com que muitos considerem alguns modais de transporte coletivo como “latas de sardinha”. Na tentativa de descongestionar o trânsito e promover uma mobilidade mais eficiente, modais alternativos vêm sendo implementados desde anos 1960 em diferentes partes do mundo. Mas a partir do advento da Internet, e mais recentemente com o papel do *big data* na gestão de serviços urbanos, a mobilidade alternativa se difundiu como uma das infraestruturas inteligentes, sendo um tipo de inovação técnica e social, na medida em que condensa elementos técnico-informacionais, junto com o impacto social que produz.

A reinvenção da comunicação social exige uma revolução nas instituições do conhecimento. O ponto de partida é também um ponto de chegada de estratégias de políticas públicas, nascidas na

vida acadêmica e focadas nas condições reais de existência social na cidade. Nossa experiência de trabalho em rede de pesquisa – que se realizou por meio de práticas que conformam agora um corpo específico de saberes dos efeitos da inovação sobre o território. Nos habilita a apresentar os resultados alcançados pelo seminário *Inovação, política e espaço*, organizado pelo *Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Políticas Públicas, Inovação e Desenvolvimento Urbano*<sup>1</sup> que reúne numa mesma totalidade laboratórios de pesquisa de diferentes universidades. Sua integração resulta de uma forma de pensar, de ser e de agir em torno do campo compartilhado.

Para dar conta dessa complexidade, o presente volume II, reuniu um grupo de pesquisadores na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade exigida pelo campo. A partir de uma leitura crítica, os autores buscam contribuir para superar tanto o determinismo quanto o fetichismo tecnológico que orientam diferentes ações políticas, científicas e sociais. Ele está estruturado em torno de dois eixos: o primeiro “Inovação, plataformas e território”, está associado às relações que se estabelecem entre o avanço da ciência e as mutações no espaço e tem por objetivo examinar os reais processos que movem a aceleração da acumulação e que resultam na transformação do território. No segundo eixo – “Cidades inteligentes, algoritmos e banco de dados” – examinam-se diferentes elementos dos processos de digitalização do território e como essa inovação pode permitir processos de vigilância e controle da vida social.

## Eixo 1 – Inovação, plataformas e território

Com o intuito de refletir sobre a relação entre inovação e território, Regina Tunes propõe o capítulo “O fetiche da inovação. Território e Desenvolvimento no Brasil na contemporaneidade”. Para a autora, é fundamental reconhecer a importância do conhecimento crítico para desconstruir o fetiche que mascara ou esconde a verdadeira natureza e essência de certos fenômenos. Nesse sentido, no capítulo é proposta uma análise que, a partir do debate sobre a relação entre aparência e essência, tenta explicar o fetiche no caso da inova-

---

<sup>1</sup> Aprovado na concorrência do Edital INCT do CNPq/Faperj em 2016,

ção. Segundo a autora, um dos elementos que sustentam esse fetiche é um uso impróprio e impreciso do termo, que encobre muitos de seus verdadeiros elementos constitutivos. Considerar o processo de inovação apenas do ponto de vista do aumento de produtividade e de evolução do sistema capitalista significaria desconsiderar as forças contraditórias do capital, apresentando a inovação como um processo neutro e a-histórico. Desse ponto de vista, relacionar o desenvolvimento, o território e a inovação, desconsiderando conflitos e contradições inerentes à sociedade capitalista, é mascarar o cerne do processo de inovação. Isso significa dizer que a tecnologia e o modo de produção material são momentos e fases do movimento maior do capital e não apenas da tecnologia. Nesse sentido, as inovações em geral aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação produzindo de forma ampliada mais-valor para o capital. Desconsiderar isso significa contribuir para um fetiche que aliena quando romantiza a associação entre inovação e desenvolvimento.

O capítulo “Disputa no *e-commerce* de varejo no Brasil: entre o intangível do digital e a materialidade da infraestrutura de logística”, de Roberto Pessanha Moraes, analisa os impactos do *e-commerce* no fluxo de mercadorias do setor de varejo no Brasil. A análise problematiza a expansão permitida pelas plataformas digitais, que funcionam como infraestruturas de intermediação, ou infraestrutura digital-logística, num contexto que vem sendo chamado de capitalismo de plataformas. Isto porque é cada vez mais comum o uso de plataformas para a realização de transações comerciais, financeiras, entre outros. Trata-se de uma nova condição do atual processo de globalização, quando as plataformas digitais alteram dinâmicas de produção e consumo, requalificando o setor de logística, e concentram o processo de acumulação de capital.

A análise tem como elemento central a investigação em torno das cinco maiores empresas-plataformas que atualmente têm ação no Brasil, a saber, Magazine Luíza, B2W, Via Varejo, Mercado Livre e Amazon. Ao examinar o contexto da pandemia da Covid-19, verifica-se que essas empresas ampliaram seus lucros e tiveram suas ações valorizadas nas Bolsas de Valores. As três primeiras, que são brasileiras, não abriram mão das lojas físicas, porém implementaram novas modalidades de comércio, onde o consumidor, através

de mensagens de Whatsapp, contacta o vendedor na loja, o que permite afirmar as relações híbridas que formam os sistemas de inovação. Uma nova dinâmica que altera o sistema de consumo e as relações de trabalho, o que vem ampliando a precarização do trabalho, a redução de direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que amplia a concentração de capital em torno de poucos oligopólios. Como resultado, a redução do comércio local, significando que as plataformas digitais estão capturando a distribuição e vendas de mercadorias, que antes eram realizadas prioritariamente através do comércio local.

A contribuição de Wanisy Roncone e Maria Alice Nunes Costa – “Da praça-pública ao espaço ciberpolítico: inovação na política?” – argumenta o papel desempenhado pelas tecnologias e redes sociais digitais no que se chama de lugar político-social. Para isto, as autoras, a partir do exame sobre o papel desempenhado pelas praças públicas, que historicamente são espaços de sociabilidade e de luta no espaço político, reconhecem que houve uma profunda alteração com o advento da Internet e redes sociais digitais. Isto porque são essas as novas arenas que dão vozes a sujeitos sociais até então inviabilizados e numa escala de tempo instantânea. Porém, ao mesmo tempo, observam que o uso perverso desses aparatos do ciberespaço reitera projetos excludentes que, inflamados por discursos emotivos e “de ódio”, propagam o que chamam de novo totalitarismo, promovendo a ampliação da privatização dos direitos sociais, que resultam no aumento da desigualdade e exclusão sociais, num projeto pouco ou nada democrático, tal e qual se observa no atual governo federal brasileiro. Se tradicionalmente o espaço público é o espaço de ação política, por excelência, onde são expressos e defendidos os interesses coletivos, no contexto informacional essa dimensão também tem novos conteúdos. Sabemos que na Primavera Árabe, em 2010, ou nos Movimentos de Junho de 2013, as TICs desempenharam papel fundamental na articulação de atores sociais, bem como na difusão em tempo integral dos acontecimentos, e revelaram um movimento *bottom-up*, de baixo para cima, em contraposição ao tradicional *top-down*, de cima para baixo.

Fabiola Freitas Neves participa do livro para analisar a resistência das classes populares frente a violência nas favelas. No capítulo

*Na favela a gente manda áudio”*: uma análise sobre o Coletivo Papo Reto em rede. Seu objetivo é examinar como a invenção de TICs permite a formação de redes sociais que permitem o exercício de ações coletivas no Complexo do Alemão, em território periférico da cidade do Rio de Janeiro. Sua linha demonstrativa se inicia com uma apresentação do movimento em rede sociotécnica, examina o processo de comunicação pelo Whatsapp para identificar os movimentos de ação coletiva que se realizam na comunidade. No sentido de produzir uma análise do movimento social em rede, focado na difusão de notícias dentro do morro como: eventos, protestos, reivindicações e na crítica ao exercício da violência contra as classes populares.

Para fazer sua análise aciona conceitos da Teoria da Ação de Ana Clara Torres Ribeiro, articulados tanto aos processos de construção do tecido social quanto, simultaneamente, ao campo dos conflitos políticos, para “compreender os movimentos sociais como formas de organização e mobilização inscritas... como elos ativos entre os processos de reprodução social e esfera política”, que contextualizados na sociedade da informação e comunicação permitem uma ação política que penetra rizomaticamente na capilaridade do tecido social. Frente as denúncias dos abusos da polícia publicadas na plataforma do Facebook , o Papo Reto desenvolveu uma estratégia de coleta das denúncias de modo semiprivado. A formação da rede de resistência se faz por três grupos no Whatsapp: o primeiro é composto somente pelos integrantes do coletivo; o segundo, composto por moradores convidados e o terceiro, e maior, é um grupo de moradores do complexo, cada grupo tem uma responsabilidade na divisão do trabalho. O sistema de informação e comunicação passa a existir na favela quando se sabe de *tudo que rola na favela*.

## Eixo II – Cidades inteligentes, algoritmos e banco de dados

Para refletir sobre a questão, apresentando uma análise crítica sobre a relação entre dados e a gestão das cidades, o artigo “Data Science and cities: a critical approach”, de Fabio Duarte e Priyanka de Souza, apresenta um breve panorama sobre o uso da ciência dos dados na tomada de decisão e seus impactos sobre a gestão e a vida



urbana. No Brasil, esse é um projeto recente, mas já está bastante avançado em países desenvolvidos, sobretudo da Europa e Ásia. Os autores defendem a necessidade de formação de planejadores urbanos mais alinhados com a dimensão política da ciência urbana. Além disso, exige uma consciência do papel das ações implementadas no conjunto da cidade, observando os resultados do ponto de vista ambiental e social, considerando a cidade como conjunto sociotécnico que nem sempre pode ser traduzido a partir de dados numéricos.

Trata-se de examinar a pluralidade inerente do espaço urbano e reafirmar a ciência urbana como um campo interdisciplinar que implica reconhecer atores, arenas e estratégias. Para tanto, eles advogam a necessidade de avançar para além das métricas, que em muitos casos produzem uma visão parcial, reducionista e abstrata das cidades, que, em alguns casos, se descola da realidade social. Nesse sentido, torna-se fundamental reconhecer o contexto sociopolítico onde as tecnologias estão sendo implementadas e não apenas se limitar aos novos métodos, instrumentos e dados para gerir o território e produzir políticas.

O artigo “A política de artefatos tecnológicos *smart*”, de Lalita Kraus e Tainá Farias, apresenta a forma como a *smartização* se incorporou enquanto discurso e prática na política pública da cidade do Rio de Janeiro, no contexto dos megaeventos esportivos, demonstrando a centralidade das tecnologias nesse projeto. Trata-se de uma agenda internacional, que aqui ganha outra dimensão em decorrência dos investimentos operacionalizados para estruturar a cidade para os grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol e Olimpíadas. Contudo, as autoras advogam que não se trata apenas de um modelo de cidade, mas sim de um discurso que esconde interesses políticos que afetam a dinâmica urbana na medida em que incorporam formas específicas de exercer poder e demonstrar autoridade. Ao analisar o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), principal representação do projeto de *smartização* da cidade do Rio de Janeiro, observam que trata-se de um modelo que reproduz as relações sociais desiguais, tão marcantes no território da cidade.

O CICC, criado em 2013, concentra diferentes agências de governo, gerindo uma elevada quantidade de dados que são analisados

por algoritmos previamente programados e que, apesar de aparentarem neutralidade, ocultam as intenções e atores por trás dessa política. Assim, o projeto de *smartização* seria uma nova estratégia de marketing urbano que tenta instrumentalizar a cidade como uma espécie de mercadoria a ser vendida em feiras e congressos internacionais, desconSIDERANDO o conjunto do território e as necessidades das diferentes frações da sociedade carioca.

Não obstante, se consideramos que a inovação implica em mudanças territoriais, elas nem sempre são orientadas ao desenvolvimento social. Dessa forma, o artigo intitulado “O território importa quando da implantação de um serviço público? Ensaio preliminar sobre o serviço de bicicleta compartilhada na cidade do Rio de Janeiro” questiona o papel desempenhado pelo território quando se trata de políticas que de algum modo utilizam inovações. Nesse sentido, o artigo faz um estudo sobre as bicicletas compartilhadas na cidade do Rio de Janeiro, que é um dos elementos considerados quando da classificação do nível de inteligência das cidades, mas que apresenta uma espacialidade específica a determinadas porções do território carioca. O autor defende que é justamente a desigualdade que orienta a forma como políticas públicas e serviços coletivos são implementados no conjunto da cidade.

A exclusão socioterritorial vista a partir do serviço coletivo de bicicletas compartilhadas no Rio de Janeiro é notada a partir do momento em que se observa que o serviço somente funciona nas zonas com maior nível de vigilância pública ou privada, turísticas e com pessoas com maior poder aquisitivo. E as duas estações situadas em bairro popular da zona norte do Rio de Janeiro, somente estão ali como resultado dos investimentos oriundos dos megaeventos esportivos. Assim, o autor conclui afirmando que apesar de não distinguir o tipo de usuário, o sistema é excludente por não contemplar o conjunto da cidade, mas sim uma parte do território.

Para abordar o problema dos bancos de dados na realidade brasileira, o artigo intitulado “Privacidade e proteção de dados”, de Luiz Paulo Carvalho e Jonice Oliveira, analisa os desafios da implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). O ponto de partida é a necessidade de aprofundamento em torno do que a autora chama de “caixas-pretas”, por meio das quais torna-

-se possível reconhecer e analisar os atores e suas redes em torno do uso e proteção de dados. O artigo reconhece que a legislação que aqui se aplica acaba se espelhando na General Data Protection Regulation (GDPR), importando mecanismos e operacionalizações legais e artefatos jurídicos, entre outros que muitas vezes desconsideram as especificidades brasileiras.

A autora chama a atenção para a necessidade de uma leitura crítica em torno da LGPD, sobretudo em torno das comunicações que se pretendem neutras e impessoais, mas que escondem “caixas-pretas”. Para isto, acredita que utilizar balões de falas, como em quadrinhos, possibilita rastrear os atores e suas redes. Por fim, apesar de reconhecer a importância da lei no conjunto da realidade brasileira, considera que é preciso manter-se atento também à possibilidade de vigilância do Estado que, ao mesmo tempo, é o legislador e pode se transformar num cerceador das liberdades, produzindo aquilo que na mitologia grega se chama de Caixa de Pandora.

No entanto, é amplamente reconhecida a centralidade das tecnologias informacionais na gestão de serviços urbanos, o que vem levantando questionamento sobre o uso de dados. Para tanto, apesar de reconhecer a importância das tecnologias, Harvey (2018, p. 127) afirma que “é simplesmente ridícula a ideia de que a construção de cidades inteligentes, geridas por meio da mineração de vastos conjuntos de dados, possa ser a resposta para erradicar todos os males urbanos”, o que o leva a entender que se cria uma névoa fetichista quando a real necessidade é a construção de uma política emancipatória.

## Referências

ASCHER, F. *Los nuevos principios del urbanismo*. Madrid: Alianza Editorial, 2012.

BERLINGUER, M. Más allá de la Smart City: Barcelona innovadora: bienes comunes digitales y nuevos modelos económicos. In: M. Berlinguer, *Repensar la Smart City Barcelona: ciudad abierta, colaborativa y democrática* (pp. 13-37). Barcelona: Icaria Editorial, 2019.

CARLEIAL, L. A contribuição neoschumpeteriana e o desenvolvimento regional. In: CRUZ, B.; FURTADO, B. A.; MONASTERIO, L.; RODRIGUES JU-

- NIOR, W. *Economia regional e urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil*. Brasília: IPEA, p. 113-139, 2011.
- CHIN, J., CALLAGHAN, V., & ALLOUCH, S. B. The Internet-of-Things: Reflections on the past, present and future from a user-centered and smart environment perspective. *Journal of Ambient Intelligence and Smart Environments*, 11, 2019, pp. 45-69.
- FAGERBERG, J. Innovation: a guide of literature. In: FAGERBERG, J.; MOWERY, D. C.; NELSON, R. R. *The oxford handbook of innovation*. New York: Oxford University Press, p. 1-26, 2004.
- GALINDO-RUEDA, F.; VERGER, F. *OECD Science, Technology and Innovation Outlook 2016*. OECD. Paris: OECD Publishing, 2016. doi:http://dx.doi.org/10.1787/sti\_in\_outlook-2016-en.
- GROSSI, G.; PIANEZZI, D. Smart cities: Utopia or neoliberal ideology? *Cities*, 69, p. 79-85, 2017.
- HARVEY, D. *A loucura da razão econômica: Marx e o capital no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MONGIN, O. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.
- OCDE. *Manual de Oslo: diretrizes para a coleta e interpretação de dados sobre inovação*. 3. ed. Rio de Janeiro: OCDE - Eurostat/FINEP, 1997.
- ODENDAAL, N. Smart City: Neoliberal Discourse or Urban Development Tool? In: GRUGEL, J.; HAMMETT, D. *The Palgrave Handbook of International Development*. London: Palgrave Macmillan, p. 615-633, 2016.
- PAULA, J. A.; CERQUEIRA, H. E.; ALBUQUERQUE, E. Ciência e tecnologia na dinâmica capitalista: a elaboração neo-schumpeteriana e a teoria do capital. *Ensaio FEE*, 23(2), p. 825-844, 2002.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Editora Letra Capital, 2011.
- SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. *Território. Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, p. 15-20, 1994.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2008
- SCHUMPETER, J. [1943] *Capitalismo, socialismo e democracia*. São Paulo: Editora da Unesp, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Teoria do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

EIXO I  
Inovação, plataformas e território



# Fetichismo da inovação. Território e desenvolvimento no Brasil na contemporaneidade.

*Regina Tunes*

## Introdução

A ciência, como aponta Marx (1985), é necessária para desvendando a aparência dos fenômenos e contribuir para a compreensão da essência. Isso significa dizer que apenas com o conhecimento crítico podemos despir o fetichismo que mascara e encobre certos fenômenos, desvelando as aparências superficiais que os encobrem. Iniciamos com essa passagem da obra de Marx para anunciar que este texto parte do debate da relação entre aparência e essência para tratar do que estamos denominando aqui de fetichismo da inovação.

Importante esclarecer, já de início, que quando nos referimos a processo de inovação, ou simplesmente à inovação, estamos fazendo referência a “todos os processos capazes de transformar uma ideia em um produto ou processo com um diferencial de mercado, seja na indústria, nos serviços, no comércio ou na agricultura” (ARBIX, 2007, p. 29). Portanto, estamos tratando da inovação que ocorre na produção de mercadoria.

Falar em processo de inovação requer também um breve esclarecimento. Não concebemos a inovação como fato isolado que se consagra quando determinado produto se apresenta para realização. Isso seria considerar válido uma abordagem linear que concebe a produção por etapas e que, no caso da inovação, a restringe apenas ao último momento. Desconsidera assim as relações interativas, conflituosas entre diferentes agentes, as contradições, dificuldades e obstáculos para o desenvolvimento da inovação.

Diferentemente dessa abordagem, entendemos a inovação como um processo social, o que significa dizer que a consideramos de forma interativa em que diferentes agentes e capitais se relacionam. Nessa relação emergem tanto aprendizagens coletivas (FERRÃO, 1992) a partir da socialização de conhecimento tácito e codificado que as proximidades geográfica e organizacional entre os agentes e os diferentes capitais permitem, como também, ao mesmo tempo, conflitos e coerções característicos da lógica contraditória do capitalismo.

Aqui reside um elemento fundamental da nossa análise ao tratar do fetiche da inovação. Consideramos que analisar o processo de inovação apenas do ponto de vista de aumento de produtividade, como um elemento que garante constante evolução do capitalismo, relacionado a aumento de competitividade das empresas e de economias nacionais em uma relação quase que inequívoca com desenvolvimento, como a maior parte das abordagens neoclássicas e evolucionistas<sup>1</sup> faz, é mascarar o terreno de forças contraditórias do capital que marcam o atual momento histórico marcado pela aceleração inovativa.

Fetiche são “máscaras, disfarces e distorções do que realmente acontece ao nosso redor” (HARVEY, 2016, p. 18). O fetiche evidencia uma particularidade da alienação do capitalismo em que “os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas” (PAULO NETO, 1981, p. 74).

A simples observação de objetos que nos rodeiam cotidianamente mostra que estamos imersos em diversos fetiches. Pouco questionamos de onde vem os objetos com os quais interagimos em casa, como foram produzidos os alimentos que garantem a nossa reprodução social, quais as relações de trabalho que estão por trás dos computadores e da Internet que ora utilizamos para o trabalho e o lazer. Faz parte da ideologia burguesa obscurecer a essência dos objetos nos apresentando de forma aparentemente neutra e a-histórica esses objetos.

---

<sup>1</sup> Sobre a crítica a essas abordagens do processo de inovação recomendamos Lau (2013) e Tunes (2019).



É a partir desse entendimento sobre o fetiche que vamos desenvolver o argumento de que as abordagens sobre o processo de inovação, em sua maior parte, contribuem para a sua fetichização pois não revelam o que de fato se trata, partindo para perspectivas apenas aparentemente reveladoras. Nesse sentido, buscando alijarse de parte desse fetiche, o ponto central que buscamos debater é evidenciar as conflitivas e contraditórias relações da inovação com o território e o desenvolvimento no Brasil na contemporaneidade realizando uma análise a partir da Economia Política.

O ponto de chegada que queremos atingir com este debate proposto é evidenciar o que é aparência que fetichiza e, nesse sentido, mascara o debate sobre o processo de inovação. E, nesse movimento, clarear, levando em consideração a lógica capitalista, o que consideramos o cerne da análise da inovação do ponto de vista da Economia Política: a produção do mais-valor.

Para este debate o texto está dividido em duas partes, além dessa introdução e das considerações finais. Na primeira parte apresentamos o debate sobre as imprecisões banais sobre a inovação. O uso da expressão banal nesse caso é para expressar que são imprecisões corriqueiras, de um olhar aparente e apressado da inovação, mas que seu desmascaramento é mais simples e evidente.

Na segunda parte analisaremos os fetiches mais profundos, que mascaram o que de fato é o fundamento do processo de inovação no capitalismo. Nessa parte argumentaremos que os fetiches contribuem para a alienação, romantizando, em muitos casos, a partir de perspectivas que vão de determinismos, positivismos até a alienação universal (HARVEY, 2016) ao associar inovação diretamente com desenvolvimento. Para essa segunda parte que, dito de outra forma, pretende tensionar a relação desenvolvimento, inovação e território, a análise estará pautada no processo de inovação no Brasil.

## As imprecisões banais sobre inovação

Não se pode negar que a inovação virou a palavra da moda e é utilizada em diversos contextos sem a necessária acuidade conceitual, o que faz com que seja usada muitas vezes de forma imprecisa.

Recentemente tem sido muito mobilizada para justificar diretrizes em termos de planejamento urbano e regional, ora flertando para políticas públicas de incentivo à economia criativa, ora estabelecendo relações com a ideia de sustentabilidade. Em ambas, na maior parte das vezes, é colocada como um conceito banal, apenas em uma tentativa de qualificar o texto do projeto usando uma palavra da moda, sem que isso necessariamente tenha qualquer relação com a inovação de fato.

Três imprecisões comuns do ponto de vista do capital e da produção serão tratadas nesta parte do texto. Primeiro, a confusão de inovação com invenção. Segundo, a consideração da inovação apenas do ponto de vista disruptivo (inovação radical) e terceiro, a atribuição direta com a alta tecnologia.

Invenção e inovação estão intimamente imbricadas, em certo sentido. É fato que muitas invenções se tornam inovações, no entanto não é algo que pode ser atribuído automaticamente. A invenção se trata de uma ideia nova, de um experimento, de um protótipo que pode até ter sido desenvolvido com vistas a se tornar uma mercadoria em laboratórios de pesquisa e desenvolvimento (P&D) de empresas e de universidades. No entanto, a maior parte das invenções, muitas delas inclusive registradas como propriedades intelectuais nos sistemas nacionais e internacionais de patenteamento, não se transformam em inovações. Ou seja, não se transformam em um bem econômico, uma mercadoria que se realiza no processo de troca, apesar de ser resultante do trabalho humano imaterial e material.

Em certo sentido, pensando nas invenções que não se transformam em inovações, sejam elas protótipos ou ideias que não encontraram aporte de capital para se transformarem em inovações ou mesmo projetos que foram abandonados pelas empresas durante o processo de valorização, elas se constituem, nesse caso em especial, em antivalor no sentido apontado por Marx (2011) e Harvey (2018).

As invenções podem se configurar como antivalor quando não se constituem em objetos com valor de uso, por não ter, apenas como invenção, utilidade direta e não ingressar no processo de circulação. Nas palavras de Marx (2011, p. 328) “(...) se por meio do processo de produção o capital é reproduzido como valor e valor

novo, ele é ao mesmo tempo posto como *não valor*, como algo que primeiro tem de ser valorizado pela troca”.

Dito de outra forma, as invenções que não se transformam em inovações, por ora, paralisam o movimento do valor. São, como Harvey (2018, p. 81) aponta, “capital em repouso em qualquer um desses estados é denominado de várias maneiras: negado, em pousio, dormente ou fixado” evidenciando a unidade contraditória entre produção e realização que Marx (1985) apontou.

Claro que isso pode ser retomado mais à frente se, por algum motivo, essa ideia ou protótipo for considerada possível de se transformar em inovação. Nesse sentido, inclusive, ao usar as expressões, em pousio, dormente, Harvey (2018) coloca a questão no ponto certo: pode ser ainda mobilizado e se transformar potencialmente em valor em movimento uma vez que estiver relacionada à produção de mercadorias.

E isso ocorre por diversos motivos. Desde questões que envolvem custos elevados de produção, produtos não avaliados como essenciais e com demanda efetiva de mercado pelas empresas, além dos riscos de investimento do capital em algo inédito. No Brasil, como aponta a Pesquisa de Inovação (PINTEC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os riscos inerentes ao processo de inovação são o maior obstáculo apontado pelas empresas que ainda não inovam no mercado brasileiro.

Também ocorre no caso de invenções que, em tese, possuem relevância social e atendem à resolução de uma problemática real da sociedade, mas que, no entanto, não atendem aos interesses do capital naquele momento. Aqui, por interesses do capital, estamos nos referindo à questão central do capitalismo: a garantia das condições de acumulação e reprodução do capital em um contexto preferencialmente de formação de monopólios. Algumas invenções, e daremos um exemplo a seguir, têm o potencial de ameaça a certos grupos econômicos hegemônicos, o que evidencia o aspecto conflitivo e coercitivo que não pode ser desconsiderado.

Esse exemplo pode ser bem interessante para clarear melhor o que estamos nos referindo. Em parceria do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia (Coppe) e Escola Politécnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

foi desenvolvido entre 2000 e 2014 um veículo que flutua sobre os trilhos sem atrito, chamado de Magleb-Cobra ou trem de levitação. Trata-se de uma invenção, com registro de propriedade intelectual pela UFRJ no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI), que recebeu financiamento público de editais de fomento à pesquisa e à inovação no âmbito federal e fluminense. Funciona regularmente no *campus* da Cidade Universitária da UFRJ desde 2015 em teste.

Foi apresentada, durante muitos anos, como uma revolução dos transportes por ter impacto muito reduzido no meio ambiente, já que não há queima de nenhum combustível e ainda pode ser alimentado com energia eólica, ser silencioso e com reduzido investimento para implementação em áreas urbanas<sup>2</sup>. Porém, apesar de diversas certificações internacionais reconhecendo a invenção como de alto grau de tecnologia e viabilidade financeira para implantação, até o momento esse projeto ainda é considerado uma invenção. Em setembro de 2020 saiu uma declaração do coordenador do projeto anunciando a descontinuidade do protótipo por dificuldades financeiras de manutenção do veículo em teste dada a drástica redução de investimento em ciência e tecnologia no referido ano por parte do governo federal<sup>3</sup>.

Para além da questão que poderíamos aqui discutir sobre a diminuição do financiamento público para algo vital, de alta tecnologia e baixo custo para melhorar o caos da mobilidade urbana da maior parte das cidades, chama a atenção que esse protótipo, apesar de toda a premiação internacional e relevância nacional, não chamou a atenção do capital privado para investimento. Ou seja, não houve interesse do capital privado em transformar a invenção em inovação. Isso pode estar relacionado a aporte financeiro para investimento em uma produção inovadora como essa, mas pode também revelar conflito de interesses com empresas do ramo automotivo.

---

<sup>2</sup> Segundo o professor doutor Richard Stephan, coordenador geral do projeto, o custo de implantação do Magleb-Cobra é de um terço do custo de um metrô subterrâneo. Fonte da informação: <https://diariodotransporte.com.br/2018/08/25/trem-da-coppe-ufrj-que-flutua-sobre-trilhos-esta-aberto-ao-publico-para-testes/>. Acesso em: 26/09/2020.

<sup>3</sup> Informação veiculada no jornal *Diário do Rio* do dia 18 de setembro de 2020. Disponível em: <https://diariodorio.com/maglev-cobra-tecnologia-da-ufrj-esta-sendo-desativada/>. Acesso em: 25/09/2020.

Há ainda outra questão importante que precisa ser esclarecida sobre a relação entre invenção e inovação que se aproxima com a segunda imprecisão que apontamos acima. Dissemos há pouco que nem toda invenção se torna inovação. E o contrário também é verdadeiro, ou seja, nem toda inovação passou primeiramente por se constituir em uma invenção, especialmente no Brasil, um país de industrialização tardia (MELO, 1998) em que a inovação disruptiva ou radical é mais rara.

O que estamos querendo dizer é que nem toda inovação é resultado de pesquisas desenvolvidas em laboratórios de P&D, espaços de criação ou qualquer outro espaço formal de concepção do processo inovador. A concepção linear de inovação em que há a concepção, o planejamento, a fase de testes e assim por diante não é a única forma de se realizar o processo de inovação. É muito comum em países de industrialização original e líderes da inovação em escala mundial, porém ocasional no Brasil.

Muitas inovações no Brasil, e como mostra Arocena e Sutz (2003) na América Latina, são desenvolvidas como resolução de problemas no processo produtivo, adaptação de produtos e processos aos mercados regionais, o que significa que são desenvolvidos ao longo e no processo produtivo.

Os dados da PINTEC evidenciam isso. No período de 2015 a 2017 a taxa de inovação das empresas industriais, do setor de eletricidade e gás e dos serviços selecionados, foi de pouco mais de 30%. Taxa de inovação é um dado que revela a quantidade de empresas que realizaram algum processo inovador no período em análise em relação ao total de empresas. Considera-se processo inovador, seguindo as orientações metodológicas do *Manual de Oslo* da OCDE (2005), alterações significativas de produto, processos, na organização da empresa ou em estratégias de marketing.

As inovações de produto, entre 2015 e 2017, atingiram os 33%, enquanto as inovações de processo chegaram a 28% (IBGE, 2018). Comparando com os anos anteriores da pesquisa, podemos observar uma ligeira queda na taxa de inovação brasileira que atingiu o seu maior valor em 2005, com 38% de empresas inovadoras em produto e processo no Brasil.

No entanto, desse conjunto que pode ser considerado significativo de empresas que inovam no Brasil, há certas particularidades que justificam o distanciamento com as invenções, os laboratórios de P&D e as inovações radicais. Segundo dados do IBGE (2018) apenas 5.973 empresas inovadoras, o que significa pouco mais de 10% do total do país, tiveram dispêndios em atividades de P&D internas. Em relação às inovações radicais<sup>4</sup>, segundo a mesma pesquisa (IBGE, 2018), apenas 1,5% das inovações realizadas pelas empresas consideradas inovadoras de produto no país e 1,1% das que inovam em processo são inovações no âmbito mundial.

Assim, a maior parte das inovações realizadas pelas empresas brasileiras possuem grau de novidade restrito à própria empresa ou em âmbito nacional. Essa característica não invalida o fato de adotarem ou desenvolverem processos inovadores, mas claramente evidencia as particularidades do processo inovador brasileiro que Tunes (2020) sintetizou a partir de três elementos fundantes.

A inovação brasileira é *incremental*, evidenciando o distanciamento com as inovações disruptivas ou radicais; é também *informal* pois ocorre ao longo do processo produtivo “muito mais relacionadas com a redução de custos através do aprofundamento da divisão social do trabalho e de relações de aprendizagem que não passam necessariamente pelos formais departamentos de P&D das empresas” e baseada em *processos interativos* em que as empresas inovadoras interagem diretamente com fornecedores, clientes e concorrentes no desenvolvimento da inovação (TUNES, 2020, p. 98).

Portanto, sendo incrementais, informais e resultado de processos interativos, há um significativo distanciamento com as invenções e as inovações radicais. Assim, elucidamos primeiramente a relação entre inovação e invenção, e finalizamos aqui o debate sobre a inovação radical. Resta-nos agora esclarecer a terceira imprecisão, a bastante presente relação direta da inovação com a alta tecnologia.

---

<sup>4</sup> Inovações radicais e incrementais fazem parte da tipologia de inovação proposta por Freeman e Perez (1988) em que os autores associam o grau de transformação e a abrangência geográfica da inovação. No caso das inovações radicais, são novos produtos ou processos no âmbito mundial, enquanto as inovações incrementais são aquelas em que o grau de novidade está relacionado à economia nacional ou, até mesmo de forma mais restrita, à própria empresa.

Sabe-se que há certos produtos ícones da inovação, a exemplo daqueles com os quais temos identificação quase automática, como os *smartphones*, os *tablets* e os computadores. Não são apenas os *hardwares* os signos da inovação. O *software* é tão importante quanto, como os aplicativos que fazem os *smartphones* se conectarem em rede com pessoas, serviços e informação, como, por exemplo, os serviços de entrega expressa, os de compartilhamento de objetos e de mobilidade urbana.

Porém, ainda que esses sejam de fato os produtos e serviços que mais rapidamente conectam em nossas mentes com a inovação, eles estão longe de ser os únicos. E no Brasil, muito distantes de serem produtos e serviços inovadores desenvolvidos por empresas localizadas no país. O que estamos querendo dizer é que há obviamente uma proximidade entre tecnologia e inovação, porém elas não podem ser consideradas como sinônimos. Uma indústria de alta tecnologia não é necessariamente uma indústria inovadora e vice-versa, ou seja, uma indústria inovadora não produz apenas produtos de alta tecnologia.

O *Manual de Oslo* (OCDE, 2005), um manual metodológico para as pesquisas na área de ciência, tecnologia e inovação, alertou, na sua terceira edição, sobre essa confusão entre tecnologia e inovação. Esse alerta metodológico fez com que no Brasil a Pesquisa de Inovação (PINTEC) do IBGE, originalmente denominada de Pesquisa de Inovação Tecnológica, mudasse o título para o atual em uso.

Essa diferenciação é ainda mais relevante para países como o Brasil, que possuem uma inovação incremental como principal característica, como já vimos. Um exemplo recente na indústria de vestuário na Serra Fluminense pode elucidar bem o que estamos querendo dizer.

Durante a pandemia do novo Coronavírus no ano de 2020, o setor de confecções, em um primeiro momento e seguindo as orientações sanitárias do governo do Estado do Rio de Janeiro, paralisou nos municípios de Petrópolis e Nova Friburgo, o que gerou preocupação dos empresários e da força de trabalho empregada. No entanto, a necessidade de produtos no combate direto à difusão do vírus, como aventais, máscaras cirúrgicas, óculos de proteção, luvas, toucas, entre outros, fizeram com que essas empresas, a maior parte

delas pertencentes ao Arranjo Produtivo Local (APL) de moda íntima na região, retomassem a produção adaptando o produto para as necessidades do momento.

Trata-se de uma evidente inovação incremental de produto, já que o que se passou a produzir nessas indústrias eram novidades para elas. Provavelmente tiveram também que adaptar o processo de produção e até mesmo a forma de organização da empresa, evidenciando inovações de outros dois tipos. As inovações de produto, processo e organizacionais que essas empresas implementaram não guardam relação direta com a alta tecnologia.

O produto é novo, inovador portanto para a empresa, mas trata-se de novos produtos de tecido e demais materiais como plástico e borracha. O processo de produção desses equipamentos de proteção individual (EPI), como hipótese, também é novo, mas sem a necessidade – até por conta da quase total paralisação de atividades de comércio exterior no auge da pandemia – de compra de novos e modernos meios de produção. A forma de organização da empresa, especialmente para seguir as orientações sanitárias de distanciamento mínimo e ventilação no interior da fábrica, também não guarda relação alguma com alta tecnologia.

Assim, ainda que “as novas tecnologias e inovação andam de mãos dadas” (HARVEY, 2018, p. 114), elas não podem ser consideradas em total similitude.

Constituem-se, assim, em fetiches banais as três imprecisões discutidas no texto. A primeira trata-se da confusão recorrente entre inovação e invenção; a segunda, o reconhecimento de que a inovação não ocorre apenas de forma disruptiva; e a terceira, a atribuição direta da inovação com a alta tecnologia.

São fetiches na medida em que encobrem o que de fato constitui o processo de inovação, no entanto foram aqui denominadas de banais porque seu descortinamento é mais simples. A seguir trataremos dos fetiches mais profundos que residem no seio do debate político e acadêmico do processo de inovação.



## O fetiche do desenvolvimento. Uma análise a partir da relação inovação e território no Brasil.

Fetichizado ou descortinado, não restam dúvidas que o movimento do real e o movimento do conhecimento do real registram significativas transformações na contemporaneidade. A realidade está em movimento constante e o conhecimento, a interpretação dessa realidade, precisa também se movimentar para captar, para entender o novo com o intuito de buscar uma superação.

Há poucas divergências que as transformações recentes estão associadas, em geral, ao aprofundamento da globalização, às transformações produtivas que envolvem o aprimoramento da técnica e da tecnologia, à metamorfose dos espaços urbanos, às mudanças nas relações sociais e a constituição de redes globais que conectam esses fluxos. Todos esses momentos que estão em movimento contínuo e que se constituem em uma totalidade não podem ser entendidos desprendidos da lógica da sociedade capitalista.

É levando em consideração esse último ponto, a necessidade de analisarmos os processos de inovação inseridos na lógica do capitalismo, que seguimos agora no texto com a análise da relação entre inovação e desenvolvimento. Por que consideramos importante considerar essa relação para os objetivos deste texto? Justamente porque há uma tendência de fetichização da inovação que a considera como elemento central para alavancar desenvolvimento em diversas escalas geográficas e contribuir, assim, para o arrefecimento das desigualdades regionais. E isso é evidente tanto em termos de políticas públicas, documentos de organismos internacionais, direcionamentos de instituições de apoio à produção industrial e algumas pesquisas acadêmicas.

Há, nesse sentido, uma distorção que coloca a inovação como uma possibilidade de superação de desigualdades, tanto em relação às diferenciações econômicas entre os países, como também nas disparidades regionais intranacionais. Mascara, a nosso ver, o cerne do sentido que os processos de inovação têm no capitalismo contemporâneo e que já registramos na introdução deste texto, a produção do mais-valor.

Essa fetichização da inovação, para dar algumas evidências do que estamos falando, é muito comum no âmbito político nos planos setoriais desenvolvimentistas. Também é bastante presente nas abordagens teórico-metodológicas evolucionistas e entusiastas da tecnologia. Evidenciaremos algumas delas a seguir.

No primeiro caso, do debate político nacional, é interessante notar como nos planos setoriais da área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) há uma clara relação entre desenvolvimento e inovação. No Plano de Ação Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional, mais conhecido como PACTI e elaborado no Brasil para o período de 2007 a 2010, para além do título que já expressa essa relação, a questão do desenvolvimento aparece logo no início do documento.

A ciência, a tecnologia e a inovação são, no cenário mundial contemporâneo, elementos fundamentais para o desenvolvimento, o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, e a democratização de oportunidades. O trabalho de técnicos, cientistas, pesquisadores e acadêmicos e o engajamento das empresas são fatores determinantes para a consolidação de um modelo de desenvolvimento sustentável, capaz de atender às justas demandas sociais dos brasileiros e ao permanente fortalecimento da soberania nacional (BRASIL, 2007, p. 2).

No trecho acima a relação com o desenvolvimento é evidente, acrescida ainda de uma correlação com a sustentabilidade. Tema que é recorrente em diversos documentos públicos, tanto os que envolvem o governo brasileiro como também organismos internacionais. O tema da sustentabilidade aliada à inovação é retomado no Brasil, por exemplo, em 2010 na 4ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, que passou a priorizar a relação inovação e desenvolvimento sustentável.

Ainda no âmbito federal, tanto a PACTI como as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), durante os anos 2003 e 2007, colocavam a promoção da inovação como uma possibilidade de superação das históricas desigualdades regionais do país. É fato que ambas promoveram alguma desconcentração com investimento, sobretudo no ensino superior e em infra-

estrutura de mobilidade populacional e de energia elétrica (como os aeroportos e as usinas hidrelétricas, por exemplo), mas que, primeiro, do ponto de vista da reversão de disparidades regionais foi pouco expressiva, como veremos mais à frente, e, segundo, não houve correlação entre esses investimentos e o setor produtivo inovador.

Tanto a relação com o desenvolvimento, como com a sustentabilidade também são destaques no documento Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) proposto pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Cúpula de Desenvolvimento Sustentável, na Assembleia Geral da ONU que ocorreu em 2015 e que tem como meta até 2030 serem concretizados. Dentre os 17 ODS, há práticas recomendadas pelo organismo e um dos itens é a promoção da indústria, da inovação e da infraestrutura como promotoras de desenvolvimento nacional.

Em sentido análogo, para a Organização de Cooperação do Desenvolvimento Econômico (OCDE), expressa no documento Relatórios Econômicos da OCDE (2018)<sup>5</sup>, a inovação é apresentada como uma forma de ascensão econômica para os países mais pobres, como o Brasil, pois possibilita agilidade maior na ampliação do processo de industrialização.

Ainda em termos de políticas públicas, no Estado do Rio de Janeiro, a parceria da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN) com o governo do estado promove mensalmente debates na Casa FIRJAN com empresários regionais, representantes da sociedade civil e de autarquias estaduais sobre o tema da inovação. Tanto nos encontros intitulados de “Diálogos da Inovação” como nos materiais que são produzidos pela parceria e de forma isolada pela FIRJAN, a inovação aparece como central para o desenvolvimento e para a diminuição das disparidades regionais do Estado do Rio de Janeiro.

Outra abordagem bastante comum dessa relação no âmbito municipal, e o município do Rio de Janeiro nos serve aqui de exemplo, são os projetos de Cidades Inteligentes que tem colocado a digitalização dos dados do território e a divulgação dessas informações aos cidadãos como um propulsor de desenvolvimento. Sob o mes-

---

<sup>5</sup> Documento disponível em: <https://www.oecd.org/economy/surveys/Brazil-2018-OECD-economic-survey-overview-Portuguese.pdf>. Acesso em: 26/09/2020.

mo rótulo de Cidade Inteligente existem também as propostas voltadas à economia urbana que confundem precarização das condições de trabalho e dificuldades de sobrevivência do trabalhador urbano com empreendedorismo urbano e economia criativa.

Concordamos com Harvey (2018, p. 127) que é bastante enfático na crítica à ideia de cidades inteligentes ao afirmar que “é simplesmente ridícula a ideia de que a construção de cidades inteligentes, geridas por meio da mineração de vastos conjuntos de dados, possa ser a resposta para erradicar todos os males urbanos, como a pobreza, as desigualdades (...). É contraproducente, se não contrarrevolucionário”.

Conversando com essas análises fetichizadas de inovação, há também teorias deterministas que ao interpretar as transformações associadas à ciência, tecnologia e inovação entendem que o desenvolvimento é uma consequência quase natural do processo de inovação. Dagnino (2002, p. 3) aponta que essas perspectivas entendem o desenvolvimento como “determinado pelo avanço da ciência e a tecnologia é a força condutora da sociedade e um determinante da estrutura social”. O autor também aponta que parte dessas teorias concebe a tecnologia como suficiente para garantir o progresso econômico e social a todos em uma perspectiva bem positivista.

Outro autor que aponta distorções de algumas teorias na análise da relação desenvolvimento e inovação é Lau (2013). O autor indica que tanto as teorias neoclássicas como as evolucionistas desconsideram a desigualdade como um elemento inerente ao processo de inovação. O autor afirma ainda que os neoclássicos atribuem o chamado “efeito cascata”, em que o crescimento econômico impulsionado pela inovação contribuiria, de alguma forma, com as regiões mais pobres. E os evolucionistas, com as abordagens sistêmicas da inovação – os chamados sistemas nacionais ou regionais de inovação –, consideram que a evolução desse sistema termina influenciando a evolução da sociedade.

A primeira reflexão crítica que colocamos aqui é o questionamento da expressão “desenvolvimento” atrelada ao âmbito econômico da inovação. O conceito de desenvolvimento, a nosso ver, não deve ser usado apenas para referenciar o crescimento do ritmo de produção de um ou mais setores econômicos. Nesse caso, o conceito

de crescimento econômico é que deve ser mobilizado, pois é disso que se trata fundamentalmente.

Nessa primeira reflexão, da crítica ao conceito de desenvolvimento, há duas questões que precisam ser levadas em consideração: uma de ordem mais conceitual e outra, sem deixar de ser também conceitual, essencialmente histórica. A primeira está delineada preliminarmente no parágrafo anterior: é necessário distinguir desenvolvimento e crescimento econômico como Lefebvre (2016) ressalta no trecho a seguir.

O crescimento econômico e o desenvolvimento social não pode mais se confundir. (...) Ambos foram confundidos, considerando que o crescimento levaria ao desenvolvimento, que cedo ou tarde o quantitativo levaria o qualitativo (...) Pensava-se, com o mesmo otimismo, que esse crescimento econômico cedo ou tarde propiciaria a satisfação de todas as necessidades: materiais e ‘espirituais’ (LEFEBVRE, 2016, p. 137).

Não vamos nos prolongar nesse debate que foge dos propósitos deste texto, mas é importante sublinhar, nessa primeira questão, que desenvolvimento deve ser entendido para além do crescimento econômico, não o excluindo, mas sim o superando ao atingir também uma transformação que envolve aumento de renda e melhorias no bem-estar social.

A segunda questão que merece destaque sobre a reflexão crítica do conceito de desenvolvimento tem uma conotação histórica e está alicerçada na teoria do mito do desenvolvimento de Celso Furtado (1974). O autor questiona a universalização do modelo de “desenvolvimento econômico” dos países desenvolvidos que passaram a ditar as políticas econômicas mundiais, como se fosse um modelo a ser seguido pelos países subdesenvolvidos, considerando assim o subdesenvolvimento como um momento pretérito, anterior ao avanço para o mundo desenvolvido. Trata-se aqui de uma clara perspectiva evolucionista<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Utilizamos nesse parágrafo os termos países desenvolvidos e subdesenvolvimento conforme o original na obra de Celso Furtado (1974). No entanto, hoje acreditamos que tais denominações não são as mais adequadas para referenciar as distintas situações de crescimento econômico e desenvolvimento dos países do mundo, motivo pelo qual não as utilizamos em nenhum outro momento do texto.

Atualizando esse debate, nos cabe questionar se os modelos de sistemas nacionais e regionais de inovação, assim como os parques tecnológicos, condomínios industriais, meios inovadores, cidades científicas ou inteligentes, dentre outros nomes que têm surgido abundantemente na literatura especializada, praticamente todos eles inspirados em abordagens dos países de industrialização original e líderes mundiais de inovação, servem de fato para subsidiar políticas públicas transformadoras da realidade social de um país de industrialização tardia e com as características que comentamos há pouco sobre a inovação brasileira.

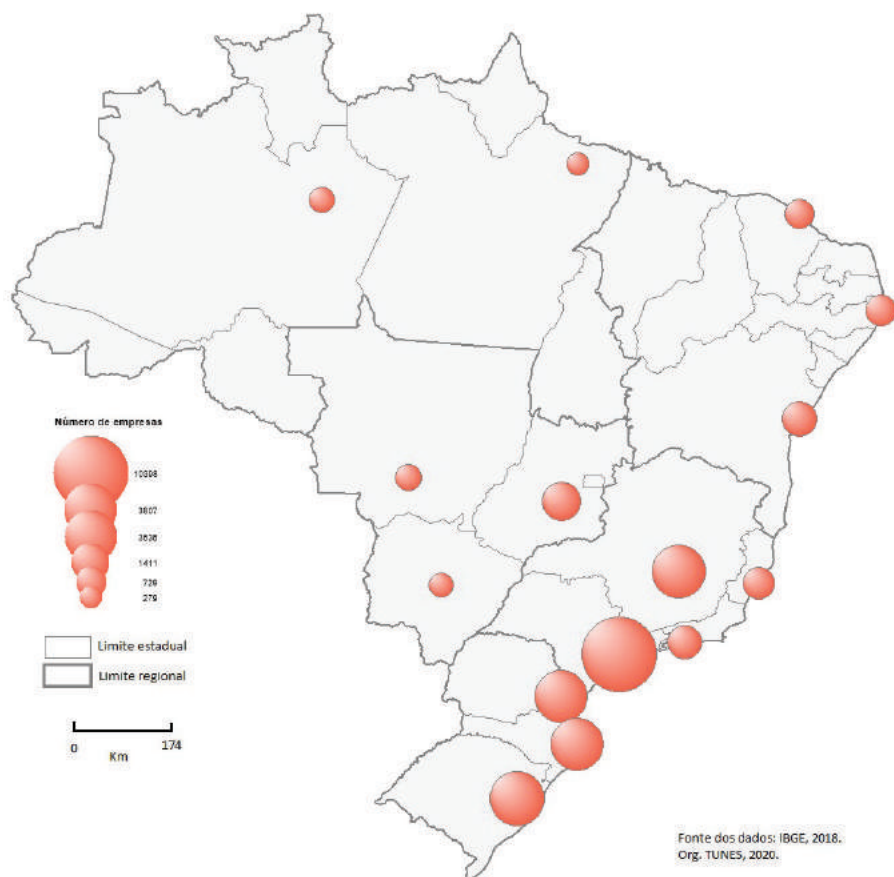
A segunda reflexão crítica sobre a relação inovação e desenvolvimento incorpora uma terceira dimensão, a do território. O que pretendemos evidenciar aqui é que a análise da territorialidade dos processos de inovação no Brasil contemporâneo mostra como a relação com o desenvolvimento e diminuição de desigualdades regionais não faz sentido para o nosso país. Isso porque há uma significativa concentração territorial da inovação que reforça o desenvolvimento desigual histórico do país. Estamos analisando em especial o Brasil, mas essa consideração serviria certamente para outros países, pois, como aponta Vale (2012), a inovação é uma atividade concentrada e desigual em praticamente qualquer escala geográfica de análise.

No Brasil, há uma concentração territorial da inovação na região Centro-Sul, especialmente no Estado de São Paulo, que o mapa a seguir representa<sup>7</sup>. Três observações são importantes nesse mapa. Primeiro, o que salta aos olhos é a concentração das empresas inovadoras no Sudeste, que detém praticamente 50% do total brasileiro. Depois, a concentração em São Paulo, que representa um pouco menos de um terço. Por último, dos 27 estados brasileiros, 12 não possuem sequer representação temática nesse mapa já que não têm, de acordo com os dados do IBGE (2018), nenhuma empresa inovadora.

---

<sup>7</sup> O Mapa 1 representa as indústrias de transformação e extrativas que realizaram inovação durante o período de 2015 a 2017 auferidas pela última Pesquisa de Inovação (PINTEC) do IBGE (2018).

**Mapa 1 Brasil – Distribuição das empresas inovadoras por estados (2017)**



No geral, o que podemos concluir a partir da informação representada no mapa é que há uma significativa distribuição concentrada das empresas inovadoras no Brasil. Mas qual o motivo dessa concentração e em que sentido ela expressa algo diferente da concentração histórica das atividades econômicas brasileiras? A concentração ocorre, fundamentalmente, porque as condições gerais de produção, necessárias para a reprodução do capital das empresas inovadoras, não se encontram dispersas no território (TUNES, 2020).

Condições gerais de produção é um conceito marxista, recuperado recentemente por Jean Lokjine (1995) e na Geografia por Sandra Lencioni (2007), que designa a relação entre o processo ime-

diato e o processo global de produção. Essa mediação é feita pelos equipamentos de consumo coletivo que ligam o processo de produção propriamente dito com o processo geral de produção e circulação do capital. Existem as condições gerais de produção diretas (atreladas diretamente à produção propriamente dita) e as indiretas (mais atreladas ao processo de produção no geral). Importa para nós aqui as condições gerais de conexão direta com a produção.

Essas condições que são necessárias ao processo social de inovação são diferentes das que dão suporte à indústria e demais atividades padronizadas. Diferentes porque a inovação envolve o conhecimento como uma força produtiva indireta (FOLADORI, 2014) e é também altamente dependente das relações entre diferentes capitais que atuam coletivamente e de forma conflituosa no processo de inovação. Além disso, como uma atividade em rede multiescalar, necessita de uma infraestrutura qualitativamente superior que dê condições de conexão com o exterior.

Assim, as condições gerais de produção que importam para o capital inovador estão associadas à infraestrutura física que garante os processos de valorização e realização do capital e os recursos do conhecimento, tanto no acesso ao conhecimento codificado quanto à possibilidade de captação do conhecimento tácito, este, de difícil mensuração, mas fundamental para a inovação.

No Brasil, um país historicamente desigual, tanto a infraestrutura física como os recursos do conhecimento, considerados então como condições gerais fundamentais para o advento dos processos de inovação, não estão dispersos no território. Ao contrário disso, estão concentrados no Estado de São Paulo, estado que desde o período de expansão da economia agrária-exportadora do café no final do século XIX apresenta significativo dinamismo econômico e social que a industrialização no século seguinte reafirmou.

Isso, em um sentido, não é uma novidade no desenvolvimento territorial brasileiro, já que a disparidade regional é um dado histórico, associado aos movimentos de capital pretéritos no Brasil. Porém, ainda que consonante com o histórico do território brasileiro, chamamos a atenção para dois pontos centrais. Primeiro, mais simples, a concentração em grau mais elevado da inovação em relação à indústria tradicional ao ponto de que nem todos os estados



brasileiros, como o mapa mostrou, participam do movimento desse capital no país.

E, segundo e um pouco mais complexo, que mesmo com diversas tentativas ao menos aparentes por meio de políticas públicas de desconcentração econômica desde a década de 1970<sup>8</sup>, somado à toda uma robusta produção bibliográfica e de pesquisas analíticas brasileiras que investigou com bastante propriedade os mecanismos históricos da concentração econômica, o que se evidencia no novo século e, a partir do crescimento de um novo ciclo de acumulação capitalista, mais associado aos bens imateriais como o conhecimento, é a reprodução das desigualdades espaciais que, no nosso país, dilata o desenvolvimento desigual regional.

O que estamos querendo dizer, no fundo, é que mesmo com tentativas ora de origem na política, seja a partir de planos, discursos ou intenções mais ou menos formulados para dar certo, ora no âmbito do aprofundamento histórico e econômico dos processos atuais e predecessores, a lógica capitalista da produção de desigualdades e de busca incessante do capital por localizações que possam garantir maior acumulação e gerar mais-valor é o que permanece sendo hegemônico na contemporaneidade.

Assim o fetiche da relação entre desenvolvimento e inovação no capitalismo não tem sentido. E se realmente a reconhecemos como um fetiche, nos resta, como Lefebvre (2016), um pensador do possível e um utopiano<sup>9</sup>, pensar e nos engajar em políticas de fato emancipatórias que possam orientar um desenvolvimento qualitativo e menos desigual, o que é possível apenas distante das amarras das ideologias e fetiches presentes que precisam ser desmistificadas.

---

<sup>8</sup> Cumpre lembrar aqui o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) que na década de 1970 já anunciava a necessidade de desconcentração econômica do país. Nos sucessivos governos progressistas do início do novo século, de Lula à Dilma, o tema da desconcentração econômica ganhou ainda mais vulto com diversos incentivos que iam da desoneração fiscal a financiamentos para a transferência produtiva.

<sup>9</sup> Nas palavras do autor: “Chamo de utopiano, opondo ao utópico, o que não é possível hoje, mas pode ser amanhã” (LEFEBVRE, 2016, p. 147).

## Considerações finais

Relacionar desenvolvimento, território e inovação, desconsiderando conflitos e contradições inerentes à sociedade capitalista, é mascarar o cerne do processo de inovação.

Ainda que não possamos negar o legado para o bem-estar e qualidade de vida de alguns produtos e processos inovadores como, por exemplo, o caso de fármacos que melhoram e prologam a vida de enfermos, eletrodomésticos que facilitam o cotidiano familiar e a Internet, que promoveu uma verdadeira revolução nas comunicações, nas relações sociais, nas instituições e em várias outras dimensões sociais, não podemos olhar para essas inovações a partir apenas do ponto de vista positivista aliado ao progresso.

Igualmente, é um tanto quanto reducionista as perspectivas que consideram a inovação como mutações centrais do capitalismo contemporâneo. Para estas, falta perspectiva histórica ao considerar que as inovações sempre existiram, ainda que ocorram de forma mais acelerada hoje. Mas, mais do que isso, desconsidera que a tecnologia e o modo de produção material são momentos de um movimento maior da formação social capitalista em que o motor é o movimento do capital (HARVEY, 2018) e não a tecnologia.

Em meio aos ideais de bem-estar e qualidade de vida reside uma série de conflitos que as inovações também geram, seja no processo de produção, troca, distribuição e consumo da mercadoria. O que quisemos debater neste texto é quão fetichizador é analisar apenas a aparência do processo, desconsiderando em essência os conflitos e contradições.

Em essência, sem negar, como já dissemos, que parte dos produtos e processos inovadores podem gerar bem-estar e qualidade de vida, a inovação promove desigualdades regionais que aprofundam as diferenciações econômicas entre os territórios nas mais variadas escalas geográficas, impulsionam o desemprego estrutural de funções com menor qualificação e buscam substituir a força de trabalho qualificada com processos cada vez mais automatizados. Também são impulsionadoras de ações coercitivas e que tendem à monopolização do capital.

Em síntese, é necessário evidenciar que as inovações aceleram os tempos de rotação na produção e na circulação, produzindo de forma ampliada mais-valor para o capital.

## Referências

ARBIX, Glauco. *Inovar ou inovar*. A indústria brasileira entre o passado e o futuro. São Paulo: Ed. Papagaio, 2007.

AROCENA, Rodrigo; SUTZ, Judith. *Subdesarrollo e innovación*. Navegando contra el viento. Madrid: Cambridge University Press, 2003.

BRASIL. *Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional*. Plano de Ação 2007-2010. Documento Síntese. Brasília, MCTI, 2007.

BRASIL. *Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PIT-CE)*. Brasília, Casa Civil, 2003. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/diretrizes.pdf>. Acesso em: 24/06/2014.

DAGNINO, Renato. Enfoques sobre a relação Ciência, Tecnologia e Sociedade: neutralidade e determinismo. *DataGramaZero*, Revista de Ciências da Informação, v. 3, n. 6, dezembro de 2002.

FERRÃO, João. *Serviços e inovação*. Novos caminhos para o desenvolvimento regional. Oeiras: Celta Editora, 1992.

FOLADORI, Guillermo. Ciência Fictícia. *Estudios Críticos del desarrollo*, vol. IV, n. 7, 2º semestre de 2014. Disponível em: <https://estudiosdeldesarrollo.mx/estudioscriticosdeldesarrollo/wp-content/uploads/2019/01/ECD7-2.pdf>. Acesso em: 23/06/2018.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FREEMAN, C.; PEREZ, C. Structural crisis of adjustment: business cycles and investment behavior. In: DOSI, G.; FREEMAN, C.; NELSOM, R.; SILVERBERG, G.; SOETE, L. (Eds.) *Technical change and economic theory*. London: Pinter, 1988.

HARVEY, David. *17 Contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*. Marx e o capital do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2018.

IBGE. *Pesquisa de Inovação (PINTEC)*. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <http://www.pintec.ibge.gov.br/>. Acesso em: 13 set. 2020.

LAU, Edgar. Hacia una análisis teórico de las nanotecnologías em la economía. *Debate Económico*, vol. 2 (2), n. 5, mayo-agosto, 2013. p. 54-82.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. O direito à cidade II. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2016.

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção: um conceito a ser recuperado para a compreensão das desigualdades de desenvolvimento regional. *Scripta Nova*. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2007, vol. XI, n. 245. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24507.htm>> Acesso em: 22/07/2010.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1995.

MARX, Karl. *Grundrisse*. Manuscritos Econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 2011 [1858].

MARX, Karl. *O Capital: crítica da economia política*. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. Livro 1, v.1. São Paulo: Abril Cultural, 1985 [1867].

MELO, João; NOVAIS, Fernando. Capitalismo tardio e sociabilidade moderna. In: NOVAIS, Fernando A. *História da vida privada no Brasil: Contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

OCDE. *Manual de Oslo*. Diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2005.

PAULO NETTO, José. *Capitalismo e reificação*. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

TUNES, Regina. Uma abordagem crítica da inovação e do conhecimento na geografia do capitalismo contemporâneo. In: OLIVEIRA, F.; OLIVEIRA, L.; TUNES, R.; PESSANHA, R. *Espaço e economia*. Geografia Econômica e a Economia Política. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

TUNES, Regina. *Geografia da inovação no Brasil: território e inovação no Brasil no século XXI*. Rio de Janeiro: Letra Capital/Observatório das Metrôpoles, 2020.

VALE, Mario. *Conhecimento, inovação e território*. Lisboa: Edições Colibri, 2012.

# Disputa no *e-commerce* de varejo no Brasil: entre o intangível do digital e a materialidade da infraestrutura de logística

*Roberto Moraes Pessanha*

O varejo é a atividade comercial em pequenas quantidades. É a última etapa do modo de produção capitalista que depende ainda da circulação para fazer chegar a produção ao consumidor. O varejo é constituído em vários setores de comércio em pequenas quantidades: alimentos e bebidas; remédios e cosméticos; roupas e calçados; móveis, eletrodomésticos, eletrônicos e informáticas etc. Existe ainda a classificação do varejo ampliado para o comércio de automóveis e materiais de construção.

Atualmente, o varejo vive uma expansão extraordinária do comércio eletrônico (*e-commerce*) em todo o mundo. O uso das plataformas digitais tornou essas fronteiras entre os tipos de varejo ainda mais tênues. As empresas-plataformas ao investirem no *e-commerce* e no *marketplace* (venda entre outros lojistas dentro de suas plataformas), passaram a ter uma atuação mais ampla, mesmo que mantendo foco e prioridade nos ramos originais de seus negócios.

Uma análise contemporânea do varejo (mesmo que em uma parte dele) exige que se identifique a relação existente entre o universo digital e o mundo real. O intangível do fluxo informacional e o tangível da logística de transportes dos produtos.

Quando da expansão do comércio eletrônico há mais de uma década, as empresas de varejo partiram na direção de criar em suas estruturas uma empresa específica para trabalhar com a plataforma digital do comércio eletrônico e sua logística. Porém, com o passar do tempo e a experiência, a maior parte desses grupos empresariais que já possuíam rede de lojas, começaram a perceber que a sinergia entre eles trazia vantagens comparativas, especialmente em termos

de distribuição e entregas em suas lojas e pontos fixos de venda. Além disso, a ameaça de empresas-plataformas que conheciam o esquema digital e que se baseavam em grupos internacionais, representavam – e ainda representam – grandes ameaças concorrenciais a serem enfrentadas.

## Entre o virtual da plataforma digital e o real da logística de entrega da mercadoria

O universo digital do *e-commerce* trabalha com os dados “commodificados” que conhecem a demanda, fazendo a propaganda direcionada a partir dos algoritmos (Pessanha, 2020a). Assim, realiza a venda e processa o pagamento, através das Plataformas Digitais (PDs). É o sistema digital intangível. Porém, ele depende e se vincula ao segundo sistema que é o mundo real, tangível da infraestrutura (IE) de logística que se constitui de uma potente e vasta capilaridade para efetuar a entrega dos produtos até o consumidor num país continental.

A Plataforma Digital amplia o mercado para diferentes e distantes lugares, mas depende de uma extensa e complexa rede de logística. Essa infraestrutura (IE) de logística é dotada de vários e gigantes centros de distribuição (CDs), grandes transportadoras e minitransportadoras, *hubs*, *minihubs* e rede de entregadores que completam a logística na ponta do sistema.

Tudo isso exige instalações prediais e enormes galpões instalados na periferia das metrópoles e das cidades de porte médio, articulados às lojas físicas (em alguns casos) e também a redes de milhares de entregadores, onde se tem enorme precarização com quarteirização da logística de entrega ao final da cadeia.

As plataformas digitais (PDs) funcionam como infraestruturas de intermediação. Nesse sentido, a categoria que vai mais auxiliar nesta análise é a tríade marxiana: produção, circulação, consumo. As PDs fazem parte da etapa de circulação. A platformização reduz o tempo de circulação entre a produção e o consumo e assim, reduz a desvalorização do que é produzido, transportado, estocado e vendido.

Figura 1 – A lógica da plataformização



O conceito do modo de produção capitalista permite que conheçamos as etapas interdependentes existentes na relação entre produção, circulação e consumo. A plataformização é simultaneamente parte da etapa de circulação e também um meio, uma infraestrutura digital-logística que realiza a intermediação desde a produção até a entrega da mercadoria.

Nesse raciocínio, é oportuno recuperar o conceito de Marx sobre as Condições Gerais de Produção, desenvolvido pela professora Sandra Lencioni da USP, que lembra que “a duração da circulação é desvalorizante”<sup>1</sup> (Lencioni, 2020). Por essa razão, o capital busca “a redução da distância e do tempo de percurso” para superar barreiras que retiram valor da produção.

É exatamente nesse ponto que as empresas-plataformas atuam num *mix* entre ações informacionais e logísticas. Daí, seguindo essa ideia, é possível também afirmar que a “plataformização” tem funções como “meio de circulação”, onde o intangível do sistema digi-

tal se encontra com o tangível e material da logística. Adiante essa questão será aprofundada.

Como meio de circulação, as Plataformas Digitais aproximam as distâncias e assim diminuem o tempo desse processo, com o uso da infraestrutura de logística, através da qual se romperá a barreira da distância. Sendo assim, as Plataformas Digitais, como condições gerais de produção, são ao mesmo tempo condições prévias e resultados do próprio processo capitalista de produção e, portanto, relacionadas ao valor em movimento.

Sem aprofundar demais nesse conceito, é ainda importante lembrar que a transformação de um produto em mercadoria só se completa, na forma de mercadoria, quando é vendido. Em estoque é apenas uma mercadoria em potencial. É nesse ponto que se deve entender a ligação que o varejo do *e-commerce* faz entre o intangível das relações e dos negócios digitais com o mundo tangível da infraestrutura que fará o produto se tornar mercadoria entregue ao consumidor em sua casa (Lencioni, 2020).

Assim, Plataformas Digitais e as gigantes de infraestrutura de logística se constituem em partes das Condições Gerais de Produção e se tornam a base para a reprodução ampliada do capital. A produção capitalista amplia enormemente o seu poder com essa junção da infraestrutura digital das plataformas de informática com a infraestrutura física do mundo real no território.

Esse processo representa uma mudança colossal em relação às condições anteriores, em que a venda era intermediada por atacadistas e pelo varejo das lojas e comerciantes locais. Essa junção do intangível digital com o tangível da logística do que é real, se trata de uma “quase revolução” na etapa de circulação das mercadorias, ao contribuir para promover um deslocamento do capitalismo, para o que eu tenho chamado de *plataformismo* (Pessanha, 2020a; Dowbor, 2020)

É nesse contexto que as empresas-plataformas não só reduzem a desvalorização do produto na etapa de circulação, como também sugam uma parte maior do valor tanto da produção (que evita essa desvalorização). Além disso, elas também capturam e incorporam os ganhos de renda da etapa da distribuição e venda dos comércios locais, recolhendo os excedentes regionais que são levados para os



fundos financeiros que hoje controlam boa parte dos ativos dessas empresas-plataformas.

A esse processo eu tenho denominado figurativamente como sendo o “vampirismo digital” da renda do trabalho que leva à precarização do trabalho, tanto na etapa da produção (daí os cortes nos direitos trabalhistas e previdenciários), quanto, em especial – e hoje de forma mais conhecida e debatida –, da precarização da atividade informal e sem direitos que é executada pelo trabalho dos entregadores na ponta do sistema. Assim, as empresas-plataformas se tornam gigantes oligopólios, sem correr maiores riscos e sem produzir nada, incorporando colossais comissões que são derivadas do trabalho dos outros.

É um processo que amplia enormemente a concentração de capital e a formação de oligopólios que tendem a ser supranacionais, porque representam vantagens de ganhos em escala, como já é possível observar mundo afora. Adiante vamos falar desses casos no *e-commerce* do varejo no Brasil.

## Cinco empresas-plataformas disputam o *e-commerce* do varejo no Brasil

Este texto descreve uma análise em um dos setores de varejo que possui forte atuação no *e-commerce* no Brasil. É o de comércio de utensílios domésticos, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e equipamentos de informática etc., mas é fácil perceber que com a incorporação das plataformas digitais, essa fronteira do *mix* de produtos vendidos foi se reduzindo e se dissipando com a expansão do leque de mercadorias oferecidas.

Em relação à maioria dos demais países, o Brasil, também pelas dimensões, possui características bem singulares em que o varejo era até então muito descentralizado. Esse é o contexto no qual o comércio eletrônico foi se desenvolvendo de forma paulatina. Porém, nos três últimos anos, a expansão do *e-commerce*, que já era grande, se ampliou e fechou, em 2019, com uma taxa anual de crescimento de 20%. Com a pandemia em 2020, no primeiro semestre o *e-commerce* cresceu, segundo levantamentos da empresa de consultoria Nielsen, 39,4%, em relação ao mesmo período de 2019 (Valor Econômico,

2020). Ou seja, o dobro. Sendo que, em 2020, as plataformas digitais passaram a representar 78% do varejo em comércio eletrônico no Brasil, tendo o *marketplace* (*shopping* virtual) um crescimento de 56% nesse mesmo período (O Globo, 2020a). Segundo a consultoria PricewaterhouseCoopers (PwC), o comércio eletrônico no Brasil ainda tem muitas chances de expansão. Antes da pandemia, o *e-commerce* no Brasil representava 6% das vendas no varejo, enquanto nos EUA esse percentual era de 15% e alcançava 25% na China (O Globo, 2020a). É certo que após a experiência do isolamento social e uso dessas ferramentas, no pós-pandemia, esses números deverão ampliar bastante.

Mesmo antes da expansão do *e-commerce*, já havia no Brasil uma expressiva concentração do setor, com aquisições e fusões das redes maiores sobre as redes menores e lojas avulsas. Nesse processo, muitas empresas desapareceram do mercado, outras foram adquiridas e passaram a ser controladas por fundos financeiros que seguiram – e seguem – fazendo incorporações e aquisições. Assim, com a expansão do *e-commerce* há uma intensificação com entrada em novo patamar com ainda maior concentração do setor sobre as (*players*), maiores empresas-plataformas do setor.

A análise será aqui desenvolvida sobre o *e-commerce* do varejo no Brasil observando as cinco maiores empresas-plataformas do setor: Magazine Luíza, B2W, Via Varejo, Mercado Livre e Amazon. As três primeiras brasileiras, mais a argentina Mercado Livre – que desde 1999 atua no Brasil apenas como plataforma digital – e a gigante americana Amazon, que começou a operar no Brasil em 2019 e já representa uma ameaça para as demais.

Duas das três empresas brasileiras mais expressivas desse setor tiveram origem no comércio tradicional: Magazine Luíza e a Via Varejo. O Magazine Luíza foi criado em 1957, no município de Franca, no interior do Estado de São Paulo e hoje tem mais de 1.000 lojas (pontos fixos de venda), 43 mil trabalhadores e 20% do mercado eletrônico brasileiro e 20 milhões de clientes ativos. Os lojistas cadastrados em seu *marketplace* já tinham crescido em 219% em 2019, ainda antes da pandemia. No *Anuário 2019 Valor 1000*, a Magazine Luíza ficou na sexta posição, em termos de receita entre todas as empresas de varejo no Brasil, com um volume de R\$ 15,5 bilhões (*Anuário Valor 1000*, 2019)

A empresa-plataforma Via Varejo nasceu em 2010, fruto da incorporação de empresas do varejo tradicional como as lojas Ponto Frio (Rio) e Casas Bahia (originária de SP) e adiante acrescentou a subsidiária do comércio eletrônico do Extra e também a comercialização da indústria de móveis Bartira. Em 2020, a Via Varejo reunia cerca de 500 lojas físicas, instaladas em 400 municípios e possuía um total de 41 mil trabalhadores. Na área digital, em 2020, o aplicativo (App) da Via Varejo tinha alcançado o número de 15 milhões de usuários. Em julho de 2020, a Via Varejo tinha um valor de mercado de R\$ 24,3 bilhões. No *Anuário Valor 1000*, edição 2019, a Via Varejo se situava na terceira posição em termos de receita entre todas as empresas de varejo no Brasil com um volume de R\$ 26,9 bilhões (*Anuário Valor 1000*, 2019)

A B2W nasceu em 2006 já com a face do comércio eletrônico, ao reunir as empresas Shoptime e Submarino, que já tinham surgido como concorrentes na venda à distância. Nesse processo há ainda a junção com as Lojas Americanas, que depois passa a controlar o grupo. Em 2020, todas estão sob o controle do mesmo dono, o fundo 3G. As Lojas Americanas já possuíam tradição nos magazines e agora possui pequenos e milhares de pontos de varejo espalhados pelas regiões metropolitanas e cidades de porte médio. Em 2020, a B2W, incluindo as Lojas Americanas, possui espalhado em todo o Brasil um total de 17 centros de distribuição, 200 locais de apoio e 1.700 lojas (pontos físicos). Também em 2020, o *marketplace* da B2W já representava 60% de seu faturamento total. No *Anuário 2019 Valor 1000 (2019)*, as Lojas Americanas ficaram na quinta posição em termos de receita entre todas as empresas de varejo no Brasil, com um volume de R\$ 17,6 bilhões. Na pontuação entre todas as varejistas analisadas num *ranking* com oito critérios, a Lojas Americanas ficou na oitava posição, na frente da Via Varejo em nono, mas atrás de outras varejistas de outros setores. A líder total do varejo em 2019 foi a Lojas Renner, do setor de roupas, sapatos e acessórios (*Anuário Valor 1000*, 2019). Em termos de valor de mercado, a B2W tinha alcançado em junho de 2020 o volume de R\$ 55 bilhões.

O Mercado Libre, nasceu na Argentina, em agosto de 1999 e, apenas dois meses depois, foi também instalado no Brasil. Hoje, a

Mercado Livre opera em 19 países, tem cerca de 4 mil funcionários e é a plataforma de *e-commerce* mais popular da América Latina em número de visitantes. Segundo dados divulgados pela própria empresa-plataforma, a mesma teria cerca de 170 milhões de usuários na América Latina. No balanço e resultados de 2019 da empresa, o volume total de pagamentos com Mercado Pago alcançou US\$ 8,7 bilhões, um aumento ano a ano de 63,5% em dólar e 98,5% em moeda corrente. Ainda em 2019, a operação da companhia no Brasil representou 63,5% da receita líquida total. Na lista Top 100 do *Financial Times*, divulgada em 19 de junho de 2020, o Mercado Livre foi a única empresa latina, onde apareceu na 37ª posição do *ranking*. Só nos primeiros meses da pandemia, O Mercado Livre viu seu valor de mercado ampliar em US\$ 18 bilhões de dólares, alcançando o valor total de US\$ 55 bilhões (Financial Times, 2020; Pessanha, 2020b).

Hoje no Brasil, o Mercado Livre já é reconhecido até pelos concorrentes como maior *shopping* virtual brasileiro. O aplicativo (App) do Mercado Livre está presente em um terço dos *smartphones* dos brasileiros com 52 milhões de usuários. Possui mais de 70 mil comerciantes engajados em seu *marketplace*. A maior rede de *marketplace* do país. Ao final do primeiro semestre de 2020, o Mercado Livre tinha US\$ 60,6 bilhões em valor de mercado com ações negociadas na bolsa eletrônica americana Nasdaq. Ao final do primeiro semestre de 2020, o Mercado Livre controlava 37% das vendas do comércio eletrônico brasileiro.

Em 2020, a base de infraestrutura digital e de logística de todas as cinco líderes do varejo *online* está instalada no Estado de São Paulo, o que reafirma a centralidade espacial do controle desse setor de *e-commerce* do varejo no país. Nos demais estados, estão localizados apenas centros de distribuição, onde transportadoras menores e a rede de entregadores articulados às suas plataformas digitais são acionadas. Das cinco empresas-plataformas, três possuem lojas (pontos físicos) que servem também como vitrine e pontos de distribuição da venda pelo *e-commerce* de suas plataformas digitais.

## A ameaça do gigante predador, a americana Amazon

A Amazon, a plataforma-gigante do varejo foi criada em 1994, com sede em Seattle nos EUA, no bojo das empresas .com. Em 2020, a Amazon já estava há algum tempo no Brasil, mas apenas para comercializar o seu leitor Kindle. Adiante, a corporação estadunidense também deu acesso aos lojistas locais para usarem a sua plataforma de *e-commerce* como *marketplace*. Com vendas diretas e logística de entrega, a Amazon começou a funcionar no país no início de 2019, mas com propostas de ganhar espaço entre as demais plataformas que atuam no maior país (mercado) na América Latina.

No plano global, no final de 2019, a Amazon era uma das cinco Big Techs (Morozov, 2018) com maior valor de mercado no mundo, com US\$ 924 bilhões. Em junho de 2020, já durante a pandemia, a Amazon liderava a lista Top 100 do *Financial Times* entre as empresas do mundo que mais lucraram durante a contaminação da Covid-19, tendo aumentado o seu valor de mercado em US\$ 401 bilhões (Pessanha, 2020b). A Amazon é hoje uma *holding* com atuação em vários outros setores como logística, *streaming* de vídeos, serviços de arquivos em nuvens, através da Amazon Web Services, áudio *books*, jogos etc.

No Brasil, a Amazon chegou ofertando pela sua plataforma 20 de milhões de produtos em 15 diferentes categorias, todas vendidas e entregues pela companhia. A companhia inaugurou, em janeiro de 2019, na cidade de Cajamar, na Grande São Paulo, um centro de distribuição de seus produtos com 47 mil metros quadrados e articulado às mesmas tecnologias logísticas que outros de seus armazéns espalhados pelo mundo. No local trabalham parte dos 1,5 mil funcionários da empresa no Brasil. Outros quatro CDs foram montados no país.

Aos poucos a estratégia mais forte da empresa foi se tornando a intermediação de venda de outros lojistas, através do *marketplace* e, em especial, a entrega em prazos bem reduzidos. No final do primeiro semestre de 2020, a Amazon já possuía 62 mil lojistas cadastrados em seu *marketplace*. Um esquema violento de redução do tempo e da distância com uma geografia da logística que liga os gigantescos centros de distribuição às casas das pessoas. Esse esque-

ma é vinculado à assinatura da Amazon Prime, que também oferece acesso ao seu *streaming* de vídeo.

O valor da assinatura que dá acesso ao Amazon Prime com fretes grátis e entregas mais rápidas no Brasil é de R\$ 9,90 mensais. No mundo, a Amazon divulga que possui mais de 150 milhões de assinantes no Prime. Em setembro de 2020, a Amazon, que não tem a prática de divulgar dados por país, informou que seus clientes já estavam localizados em 95% dos municípios brasileiros. No planejamento de sua logística no Brasil, a Amazon esquadrinhou as regiões de maior mercado em 110 microrregiões para ampliar seu poder e conferir mais eficiência às suas entregas. Uma estratégia de planejamento geográfico que trabalha com dados georreferenciados do mercado brasileiro. O objetivo é enfrentar e ganhar das concorrentes em termos de entregas mais baratas e mais rápidas, para assim fidelizar os usuários em sua plataforma.

O esquema montado pela Amazon é o de oferecer para os seus usuários, em mais de 90 cidades brasileiras, incluindo as áreas metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Brasília, capitais e principais cidades do Sul e Sudeste, fretes com prazo de entrega de até dois dias úteis, de forma gratuita e ilimitada. Para as outras regiões, o Prime também divulga que disponibiliza entregas com frete grátis, mas com prazos de entrega a partir de três dias úteis. Em setembro de 2020, ainda não se tem acesso aos números gerais e dados sobre o crescimento da atuação da Amazon no Brasil, em termos de vendas diretas e *marketplace*, durante o período de um ano e meio de *e-commerce* no país, incluindo um semestre de pandemia. Porém, ao final do primeiro trimestre de 2020, ainda durante a pandemia, uma pesquisa da Nielsen informou que a Amazon – que na primeira semana de 2020 possuía 25% do mercado de livros no Brasil –, em julho de 2020 já era responsável por 64% dos livros vendidos no país (O Globo, 2020b).

Para se ter uma ideia mais geral sobre as empresa-plataformas de *e-commerce* que atuam no Brasil, foi montado um quadro (abaixo) com um resumo das informações coletadas sobre elas, com o objetivo de síntese e realização de comparações de forma mais direta. No quadro estão reunidos dados sobre a data da criação das empresas; locais de instalação; estruturação e identificação da *holding* (grupo)



e suas empresas subsidiárias; as plataformas digitais de intermediação entre consumidor e produtor; e ainda um resumo de suas infraestruturas de logística e alguns resultados que essas empresas-plataformas apresentavam ao final do primeiro semestre de 2020. É um quadro ainda em construção em termos de dados e indicadores, mas que já permite identificar a partir dos dados e indicadores as estratégias, os potenciais e as fragilidades que essas empresas do varejo que atuam no Brasil possuem. Isso possibilita identificar o potencial de cada uma diante da disputa comercial que pode levar a uma ampliação da concentração no setor, com possibilidades de aquisições e fusões com aumento do processo de oligopolização.

**Quadro 1 – Empresas-plataformas digitais de e-commerce de varejo no Brasil**

Empresas-plataformas digitais de e-commerce de varejo no Brasil				
Empresa-Plataforma	Ano/Valor mercado	Sede e Subsidiárias	PDs	IE de logística e resultados
<b>Magazine Luiza</b>	<b>1957</b> R\$ 110 bi (Mai-2020) Aumento de valor 55% em 2020	SP  <b>Magazine Luiza</b>	<b>Magalu</b> Super APP  <b>Logbee</b> Adquirida em 2008  <b>Marketplace</b> Parceria Magalu-Sebrae treinamento lojistas	17 CDs (galpões) e mais de 1000 lojas físicas e 43 mil trabalhadores. Na Pandemia 98% das vendas foi por e-commerce. 64% chegam em 2 dias e 35% em 24 h. Marketplace com 1 mil lojistas e 20% das vendas. Trabalha na Logbee 4 mil mini e microtransportadoras.
<b>B2W</b>	<b>2006</b> R\$ 55 bi (Jun-2020) Aumento valor 87% em 2010 Capitalização LA: R\$ 7,8 bi julho 2020	SP Controle L.Americana  <b>Submarino, Shoptime e Americanas</b>  <b>Submarino-Finance</b>  <b>Sou Barato</b>	<b>B2W Digital</b>  <b>LETs</b> (Plataforma de gestão compartilhada de CDs). <b>AmeFlax</b> App logística  <b>Marketplace</b> B2W vai permitir lojista com loja virtual marca layout próprios em sua plataforma.	Aquisição Click Rodo (2013) e Direct (2014), maiores operadoras logística e-commerce da ocasião. 17 CDs em 8 estados (SP, RJ, MG, PR, SC, RS, PE e PA). 200 locais de apoio e 1.700 lojas físicas. App Ame Flash conecta "Rede de parceiros" de 20 mil entregadores de motos e bicicletas em mais de 700 cidades; 30% em 24 h. 61% vendas em Marketplace com 70 mil lojistas.
<b>Via Varejo</b>	<b>2010</b> R\$ 24,3 bi	SP <b>Ponto Frio Casas Bahia</b> E-commerce <b>Extra.com.br Móveis Bartira</b>	<b>ASAP Log</b> 15 milhões usuários APP (2T2019); 1,7 milhões downloads App CB; PF e Extra.  <b>Marketplace</b>	26 CDs e 500 lojas, pontos físicos. 41 mil funcionários em 400 municípios. Transportadora VVLog. Marketplace com 6 mil lojistas. Em abril 2020 comprou ASAP Log conecta loja a entregadores. 380 Minihubs. 25%-30% entrega 24 horas.
<b>Mercado Livre</b>	<b>1999</b> US\$ 60,6 bi (Ago2020) Aumento de valor + US\$ 18 bi em 2020	Argentina Brasil – SP  <b>Mercado Envios</b>  <b>Mercado Pago</b>	<b>Mercado Pago</b>  <b>Mercado Envios</b>  <b>Marketplace</b>  <b>Kangu</b> (Minihub, e-commerce vizinhança Aquisição 2020	Mais de 70 mil comerciantes em seu marketplace. O maior do país. CDs alugados: 2 SP + 1 BA + 1 RS(*). R\$ 4 bi em investimentos 2020. Acordo 70 transportadoras. 95% das vendas passam pela sua rede Logística (Melinet/Mercado Envios). Pandemia 75% entregas em 2 dias.
<b>Amazon</b>	<b>1994-EUA</b> <b>2017-BR</b> Vendas diretas 2019 <b>US\$ 1,1 trl</b>	Seattle-EUA  BR – SP  <b>Amazon</b>	<b>Amazon Prime</b> Assinatura: Frete Grátis; Prime Vídeo, Music, Reading, Twitch, Amazon Day  <b>Marketplace</b> <b>Alexa</b> : Assistente virtual comando voz	1,1 mil CDs no mundo. 5 CDs no Brasil, a partir 2020 para venda 20 milhões de produtos em 15 categorias. 62 mil lojistas em seu marketplace. CD Cajamar em SP com 47 mil m <sup>2</sup> e 1,5 mil funcionários. Armazéns em Barueri e outros lugares. Entrega até 2 dias em 90 cidades Sudeste e Sul e 3 dias em outras regiões.

Elaboração do Autor. Fontes: Valor, O Globo, sites das empresas, etc. [5] [10] [11] [12] [13] [14] [15] [16] [17]

A velocidade das mudanças no setor de *e-commerce* de varejo é muito expressiva. A aceleração do tempo leva essas empresas a instituírem novas subsidiárias, novas plataformas digitais, fazer aquisições e incorporações de outras empresas antes terceirizadas etc. A disputa que se intensifica sugere a tendência para que ocorram outras incorporações e ainda maior oligopolização. No momento, se vê que além da disputa por novos aplicativos digitais para facilitar os negócios, há uma busca desenfreada pela ampliação da infraestrutura de logística para reduzir os prazos de entrega. A entrega em menor tempo é o elemento que vai arrastar a fidelização dos clientes-usuários das plataformas-digitais, conferindo vantagens de uma em relação às outras, na disputa que levará uma empresa a incorporar – pelo menos parte – as demais.

Os riscos e a disputa pelo *e-commerce* no Brasil já podem considerar a presença de um sexto *player*, a chinesa Alibaba, a maior concorrente da Amazon e também a que possui a maior quantidade de lojistas em *marketplace* do mundo. A Alibaba não possui bases territoriais no Brasil, mas traçou estratégias recentes e muito agressivas, exatamente para competir com as cinco empresas-plataformas de varejo de *e-commerce* que atuam no Brasil e que foram listadas acima. Desde o início do segundo semestre de 2020, a Alibaba, através de sua empresa de logística material (AliExpress), utiliza três aviões, tipo Boeing 747, em viagens semanais, no trajeto China-Brasil, para realizar entregas. Até o ano de 2019, a Alibaba realizava entregas no Brasil em cerca de 40 dias. Em 2020, esse tempo caiu para 12 a 25 dias e o planejamento da Alibaba é chegar a 72 horas, em até quatro anos. Além do modal aeroviário, a Alibaba adotou três outras estratégias para sua atuação no Brasil: redução pela metade o valor mínimo para compras com frete grátis para US\$ 15 (cerca de R\$ 85); parcelamento das compras em seis vezes sem juros no cartão; adoção de um modelo de publicidade com contratação de *influencers* com remuneração conforme as compras indicadas. Assim, em 2020, a *holding* Alibaba (AliExpress) alcançou no Brasil 40% de aumento de vendas em relação ao ano anterior, quando o país passou a figurar entre os seus cinco maiores mercados (O Globo, 2020).

O quadro exposto acima permite uma visão ampliada desse setor, apontando os esforços que essas empresas-plataformas estão



adotando, tanto na infraestrutura de logística quanto nas plataformas digitais (e aplicativos) usadas no varejo para dinamizar suas atuações de *e-commerce* no Brasil. Essas cinco grandes empresas buscam estreitar a relação entre o digital com a logística, para assim ter agilidade e eficiência na articulação entre a imaterialidade das informações digitais (propagandas/vendas/pagamentos) e o comando para disparar a logística, a fim de obter agilidade no processo de entrega ao consumidor no final do processo. Assim, a questão estratégica passa ser a distribuição geográfica e a localização dos centros de distribuição (*hubs*), assim como as conexões com a rede de entregadores na ponta do sistema.

As empresas-plataformas brasileiras (Magalu, Lojas Americanas e Via Varejo) participam de uma forte disputa com o Mercado Livre e a Amazon, tanto nas vendas quanto na logística. Nessa disputa, elas buscam utilizar as vantagens por já possuírem uma rede de lojas físicas. Assim, estrategicamente se organizaram para que elas sirvam não apenas para vendas, mas também – e cada vez mais – como pequenos centros de distribuição, onde os consumidores, podem tanto ver o produto presencialmente (espécie de vitrine e tira dúvidas com o vendedor), quanto apanhar a mercadoria comprada e com isso eliminar os custos de fretes.

Além dos prazos de entrega, os custos dos fretes, em especial após o violento reajuste de preços do combustível no Brasil entre 2016 e 2017, se tornou um ponto importante na escolha dos consumidores nas compras efetuadas no *e-commerce*. Inicialmente, houve uma enorme disputa envolvendo as promoções com “frete grátis”, mas depois essa estratégia foi suprimida, em função do aumento de custos de transportes. Porém, em 2020, as empresas-plataformas voltaram a pensar na estratégia dos fretes como forma de competição para a realização da venda, o que tornou a questão da logística ainda mais importante. Assim, promoções são repensadas a todo o instante. O movimento de uma empresa-plataforma suscita a resposta de outra, porém o potencial da resposta depende do sistema integrado que cada uma consegue viabilizar na disputa de infraestruturas e processos de gestão da logística de entrega.

Nesse mesmo período, início do segundo semestre de 2020, o Mercado Livre decidiu retornar com uma promoção antiga de ofere-

cer frete grátis para compras acima de um valor básico, no caso, de R\$ 99,00 conforme a região do país. O Magazine Luíza, no mesmo período, também lançou a ferramenta *cash back*, onde o comprador recebe parte do dinheiro de sua compra de volta, mesmo mecanismo utilizado pelas empresas do grupo B2W. No meio dessa disputa intercapitalista, se observa que a captura de valor na concorrência entre elas acaba levando a uma pressão por competitividade que recai sobre o trabalhador. Amplia-se o processo de precarização com redução dos direitos sociais com diminuição dos custos que cada vez representam e impõem maiores ameaças sobre o trabalhador, esteja ele em qualquer das etapas do processo, na produção, na circulação e/ou na entrega dos produtos.

## “Appficação” e logística de transportes: potentes ferramentas do *e-commerce* do varejo

A publicidade, as vendas, os pagamentos e a articulação com a logística de entregas se dá através das plataformas digitais, mas em boa parte elas estão cada vez mais mediadas pelos aplicativos que funcionam nos celulares (*smartphones*) e que foram sendo ainda mais utilizados com a Internet móvel. Por conta disso, a medição do número de *downloads* dos aplicativos e a informação sobre seus usos e localização nas primeiras páginas dos *smartphones* passaram a ser considerados questões importantes sobre a fidelidade e a intensidade de relação entre o usuário e a empresa-plataforma.

Uma pesquisa da empresa RankMyAPP de setembro de 2020 trouxe estatísticas sobre os aplicativos com maior quantidade de *downloads* no Brasil. Os indicadores encontrados de *downloads* dos aplicativos foram tabulados a partir de três grupos: compras, *delivery* (entregas) e entretenimento. Na parte de compras é possível identificar o peso dos aplicativos do *e-commerce* do setor de varejo. Entre os dez aplicativos mais baixados de compra, sete são vinculados aos grupos das empresas-plataformas constantes nesta pesquisa e detalhadas no Quadro 1. Outro dado interessante é que a líder em *downloads* de aplicativos de compras identificados na pesquisa é da varejista *online* asiática, Shopee, criada em 2015 e que possui bases

em Taiwan, no Sudeste Asiático, região onde concorre com a varejista chinesa Alibaba (Valor Econômico, 2020d).

O destaque em *downloads* no Brasil chama a atenção e mostra a velocidade com que esse processo de plataformização vinculada ao *e-commerce* se desenrola em todo o mundo. A Shopee passou a atuar com plataforma no Brasil em outubro de 2019 e menos de um ano depois já aparece como líder em *downloads* de aplicativos de compras no país. A Figura 2 abaixo mostra o infográfico com dados da pesquisa da RankMyApp (que) com o destaque para os aplicativos de compra do Mercado Livre, Americanas (B2W), Casas Bahia e Ponto Frio (Via Varejo), Magazine Luíza e a grande varejista americana Amazon.

**Figura 2 – Ranking de download de aplicativos em setembro de 2020.**



Fonte: Valor em 28 set. 2020, p. F5. *Downloads* crescem 25% na pandemia. Aplicativos mais baixados são os de entrega de comida, reuniões on-line, comércio eletrônico e *fitness* (Valor Econômico, 2020d)

Na infraestrutura de logística, a demanda por transportes de produtos até o consumidor final se ampliou fortemente, junto com a ampliação extraordinária do *e-commerce*, a partir da pandemia e do isolamento social. Antes, o transporte da indústria onde se dá a

produção até o consumidor final era intermediado por estoques em centros de distribuição que depois seguia para as lojas físicas até a venda e entrega para o consumidor final. Agora, algumas dessas etapas estão sendo suprimidas, ampliando a agilidade entre a produção e a entrega com maior apropriação de valor por parte da empresa-plataforma.

Nesse processo, as transportadoras se tornaram estratégicas. Várias grandes transportadoras, entre elas a Jadlog, confirmam que as entregas de vendas *online* são responsáveis pela maior parte dos seus faturamentos. Em 2020, a transportadora JadLog, uma das líderes em logística, já contava com 500 franqueados, 17 filiais para atender a mais de 40 mil clientes no Brasil, desde consumidores individuais, pequenos varejistas indo até empresas de grande porte e volume de vendas e entregas, como Mercado Livre, Carrefour e Via Varejo. Em 2020, a base principal da Jadlog estava instalada numa área de 40 mil m<sup>2</sup> ao lado da rodovia Anhanguera, em São Paulo. Outra base (*hub*) havia sido inaugurada em Joinville (SC) para atender e integrar as entregas da região Sul. De 2017 para 2020, a JadLog conseguiu quase que quadruplicar os volumes entregues e expandir suas operações para o comércio *on-line* no Brasil. O executivo responsável pelas operações da JadLog no Brasil diz que “hoje, o segmento B2C, como é chamada a logística de entrega do vendedor ao consumidor final, já é principal atividade da empresa e dobra de tamanho a cada dois anos. Em 2020, a JadLog já era controlada (98% das ações) pela empresa DPPgroup e tinha um faturamento estimado de R\$\$ 1 bilhão com 35 milhões de entregas” (O Globo, 2020a, 2020c; ViaVarejo, 2020; Valor Econômico, 2020b, 2013, 2020c).

Toda essa expansão e integração com as empresas-plataformas de varejo e de *e-commerce* no Brasil, atraiu o interesse da empresa global de logística DPPgroup, vinculada à Geopost, que pertence à *holding* La Poste (Correios da França), que hoje tem atividade em 47 países, sendo 22 da União Europeia. A La Poste hoje é uma empresa pública, limitada por ações, que além da empresa Geopost, que atua em serviços logísticos, controla ainda um banco e uma seguradora (La Banque Postale) e ainda uma operadora de rede móvel, a La Poste Mobile (Valor Econômico, 2020e). Essas relações indicam a concentração, já em curso também no setor de logística, na etapa de

circulação material da produção. Além disso, os dados, os agentes e os movimentos apontam os interesses e as estratégias que estão em curso com a privatização dos Correios no Brasil, tema que será tratado adiante.

Desde o início do segundo semestre de 2020, essas cinco grandes redes de *e-commerce* de varejo no Brasil, lutam para oferecer vantagens aos clientes na tentativa de fidelizá-los e, assim, ampliar as comissões das vendas dos lojistas, engajados em seus *marketplaces*. Há uma enorme disputa para capturar e manter ativos esses lojistas em seus *marketplaces*. Com esse objetivo, a Magazine Luíza fechou acordo com o Sebrae num programa que chamou de “Parceira Magalu-Sebrae”, que visa “auxiliar os pequenos negócios que atuam com loja física e estão com dificuldades para chegar ao cliente digitalmente”. Com a parceria, “o Sebrae concentra seus esforços na preparação e na conexão dos pequenos negócios ao mercado digital, em especial à atuação em *marketplaces*, enquanto a Magazine Luiza cumpre o seu papel de digitalizar os pequenos negócios a partir da plataforma” (Sebrae, s.d).

Assim, as empresas-plataformas do varejo cada vez oferecem mais apoio dos lojistas para uso das suas infraestruturas digitais e também para a utilização de suas bases de logísticas e transportes para realizar as entregas das vendas feitas através dos seus *marketplaces*. Dessa forma, elas conseguem massificar o uso de suas plataformas, ampliando os ganhos de comissão e também aumentando o valor capturado dos serviços de transportes que acompanham as vendas. As empresas de *e-commerce* chamam essa estratégia de “passar por dentro” da plataforma e, dessa forma, capturam a comissão pelos serviços de intermediação digital e de logística que realizam. Essa é a mesma lógica da oligopolização das plataformas-raiz<sup>2</sup> que essas redes de varejo de *e-commerce* utilizam.

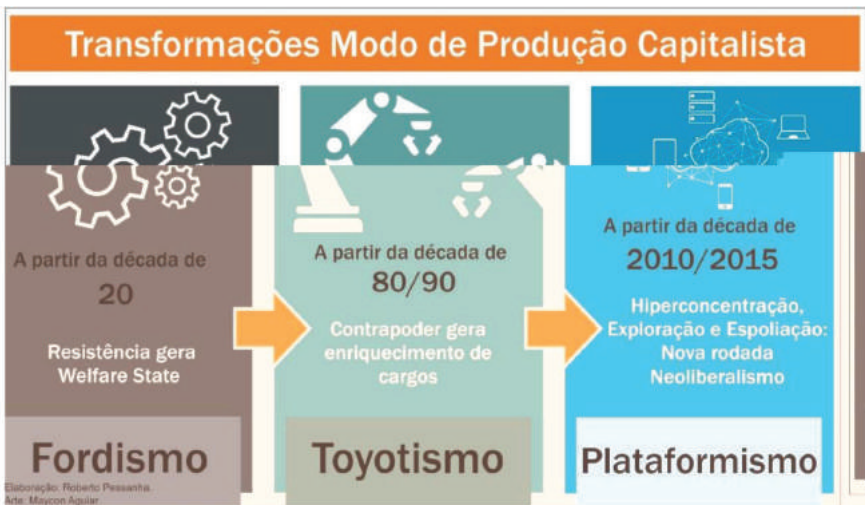
## Plataformismo: transformações no Modo de Produção Capitalista

Uma análise mais ampla e numa perspectiva de totalidade sobre a pesquisa empírica aqui descrita a respeito do setor de *e-commerce* de varejo no Brasil exige que se observem os processos e as

reestruturações que estão em curso. A partir daí é possível interpretar, mesmo que ainda inicialmente, que as estratégias e a integração dos processos adotadas pelas empresas-plataformas, permitem que elas promovam uma colossal extração de valor que representa uma “quase revolução” realizada a partir da etapa de circulação dentro do Modo de Produção Capitalista (MPC) (Marx, 2014).

Na prática, o “meio de circulação” articula o intangível digital (informacional) à infraestrutura de logística, através de esquemas multimodais, num regime que está sendo chamado de “Plataformismo”. Ele representa mudanças e também a convivência e simultaneidade com as demais etapas do modo de produção capitalista. Ou seja, o fordismo não deixou de existir com a chegada da acumulação flexível do toyotismo, da mesma forma que a chegada do plataformismo não representa o fim do fordismo (taylorismo), mesmo que agora sob o controle digital. Dimensão que pode ser observada pela violenta precarização e controle georreferenciado do trabalho das entregas e também na produção. Para poupar descrições sobre as bases históricas da reestruturação produtiva, se buscou uma síntese que expõe a leitura desse fenômeno com o esquema gráfico da Figura 3 abaixo (Pessanha, 2020a).

**Figura 3 – Plataformismo – Transformações no Modo de Produção Capitalista**



Fonte: Pessanha, 2020a.

Além das suas Plataformas Digitais (PDs) viabilizarem o *marketplace* que faz a intermediação da venda de outros lojistas, algumas dessas empresas-plataformas também fazem a logística dessas entregas, ampliando, assim, a competitividade dos lojistas engajados em suas plataformas, o que acaba por garantir maior relação e fidelidade, questão estratégica na disputa por monopólio. A fidelização é também com o consumidor-usuário da plataforma, na medida em que entregas mais rápidas garantem a fidelização dos clientes que buscam ter acesso mais rápido aos produtos comprados.

Outra estratégia de fidelização dessas redes de varejo tem sido a adoção e oferta de cartões de crédito aos seus usuários. Além da fidelização com o *marketplace*, a ferramenta dos cartões vincula as plataformas-empresas ao circuito financeiro em que a rentabilidade tende a ser tão grande quanto aquelas obtidas com as vendas diretas e com as comissões cobradas aos lojistas pelo uso de suas plataformas. Na verdade, se tem aí um circuito integrado de captura de valor.

Todas as cinco empresas-plataformas estudadas trabalham com o *marketplace*. Trata-se de um mercado em praça digital, uma espécie de *shopping* virtual, onde lojistas realizam vendas dentro de suas plataformas digitais, controladas pela empresa que fica com comissão que varia entre 10% e 20%. Em 2020, algumas dessas plataformas de *e-commerce* já tinham iniciado o uso de um processo (modelo) – *fulfillment* – que visa ampliar a relação com os lojistas dentro do seu *marketplace*. Trata-se de um pacote de serviços para estoques dos terceiros (lojistas), que podem assim, além de usar o transporte, também armazenar seus produtos nos centros de distribuição das empresas-plataformas.

A lógica é sempre ampliar a fidelização dos lojistas com as empresas-plataformas, com a ampliação e integração de toda a logística e seu sistema e dessa forma ampliar a extração de valor. Nesse sentido, o uso do *fulfillment* isentaria os lojistas do *marketplace* da cobrança da *take rate* (taxa cobrança) feita pelas empresas-plataformas. Ou seja, novas estratégias incorporam a logística e a integração do sistema a uma nova lógica. A lógica da plataformação que une a estratégia digital imaterial à infraestrutura da logística de entrega que incorpora outros lojistas à sua rede, o que reforça a tendência oligopolista.



## O interesse estratégico na privatização dos Correios: pressionar a concorrência e ampliar o oligopólio do *e-commerce* de varejo no Brasil

As questões referentes à logística se referem à etapa de circulação material do produto como mercadoria que, depois de comprada através de um processo digital, precisa ser entregue ao consumidor. É o meio de circulação onde se busca eficiência para evitar a desvalorização do produto.

Por tudo que já foi aqui apresentado, é possível perceber que essa é uma etapa cada vez mais estratégica na plataformação dos negócios, na medida em que o transporte se torna integrado à logística digital, sendo tudo comandado e controlado pela empresa-plataforma. Essa corporação tem domínio e controle sobre todo o processo. Detém as informações sobre os interesses do consumidor, a quem dirige a publicidade do que é vendido (ou intermediado) por sua plataforma, utiliza as ferramentas de propagandas das plataformas-raiz (que controlam as redes sociais), oferece o uso de seus aplicativos para facilitar e realizar a venda também nos celulares. Em seguida, a mesma empresa-plataforma garante o recebimento pela venda efetuada, quando também fica de posse das informações. E, por fim, é quem integra tudo isso e garante a logística da entrega do que foi comprado. Todo esse processo gera uma enorme quantidade de informações (dados) que são armazenados e processados, um processo que intitulo como “commodificação” de dados (Pesanha, 2020c), que se tornou uma nova propriedade com enorme potencial para garantir outras vendas.

É relativamente fácil para uma empresa-plataforma de *e-commerce* tomar uma decisão de promoção e preço de produtos no ambiente digital, porém o mundo real da logística de transporte da mercadoria vendida é um processo mais complexo e demorado e exige vultuosos investimentos em infraestrutura com centros de distribuição (CDs), galpões, veículos, rede de entregadores etc.

A lógica das empresas-plataformas é não imobilizar ativos na expansão de sua rede de logística (Valor Econômico, 2020). Assim, elas buscam a ampliação da infraestrutura de logística evitando a imobilização em capital fixo com a construção e instalação de gal-



pões e centros de distribuição, optando pelo aluguel dessas instalações em contratos de longa duração, em que os custos são incorporados às suas estratégias de negócios e fretes.

Dessa forma, na prática, as empresas usam menos capital e assim montam e controlam grandes infraestruturas, desde a tecnologia das plataformas digitais, onde faz intermediação entre consumo e produção, realizam a venda e garantem a articulação com a logística de entrega dos produtos. Tudo de forma integrada, garantindo a captura e extração de maior valor ao fazer com que “tudo passe por dentro dos seus sistemas”. Sustenta tudo isso incluindo os aluguéis dos vários imóveis e os veículos de transporte, usando apenas uma pequena parte do valor que conseguem extrair dessa intermediação.

É exatamente nesse campo da logística, principal ponto da atual disputa entre elas, que o interesse pela compra da estatal brasileira dos Correios naturalmente surge como decisão estratégica. Quem levar essa tradicional empresa, irá adquirir uma vantagem enorme sobre os seus concorrentes. Não apenas por acessar a admirável *expertise* da estatal de logística, como também ter o controle sobre a potente rede que inclui centros de distribuição e 11 mil agências com extensa capilaridade em praticamente todo o território nacional e ainda reduz ou elimina as chances de os Correios vir a ser utilizada pelas suas concorrentes.

Em 2019, os Correios do Brasil alcançou uma receita de R\$ 18,3 bilhões com lucro de R\$ 102 milhões. Esse contexto, em setembro de 2020, permite interpretar melhor a lista de grupos econômicos interessados na privatização dos Correios. Ficam evidentes as razões pelas quais esse interesse passa, exatamente, pelas empresas-plataformas, sozinhas ou em consórcio com fundos financeiros e outras empresas de logística que já atendem o varejo e, em especial, o comércio eletrônico. Em agosto de 2020, se divulgou a lista de interessados na aquisição dos Correios: a Amazon, Alibaba, Mercado Livre, Magalu, Fedex, DHL, UPS. Destas empresas-plataformas interessadas nos Correios, só o Magazine Luíza é brasileira. As demais são oligopólios mundiais de *e-commerce*.

As atuais estruturas de logística montadas por essas empresas-plataformas (ver última coluna do Quadro 1) deixam evidentes como elas foram se preparando para usar os Correios, de forma

especial, nas cidades distantes dos seus centros de distribuição, que eles chamam como a “última perna da entrega”. É aí que algumas dessas cinco empresas-plataformas montaram estratégias com uso de aplicativos que ligam as suas rede de entregadores. Os entregadores são localizados por aplicativos para apanhar as mercadorias nos CDs dos Correios e levar até o consumidor, de carro, moto, bicicletas ou a pé. Isso hoje já é feito em muitos lugares do Brasil, não apenas para baratear os custos, como para fugir dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores dos Correios que lutam para fugir da precarização que atinge os entregadores dos aplicativos no Brasil e em todo o mundo.

## Considerações finais

Este texto-ensaio é um complemento do texto publicado na revista *ComCiência* do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Unicamp, em parceria com a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC): “Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma” (Pessanha, 2020a), em que se buscou apresentar uma leitura mais totalizante sobre o fenômeno do capitalismo de plataformas, identificando a formas de extração de valor e as várias dimensões e escalas em que ele se manifesta e que necessita ser ainda mais estudado, investigado e debatido (Kenney, Zysman, 2020; Srnicek, 2018).

Esse artigo é mais um esforço nesse sentido. Ele trabalha, em especial, a dimensão econômica da atuação das plataformas digitais no setor de *e-commerce* no Brasil. O texto traz uma síntese de uma intensa investigação empírica sobre os agentes (empresas-plataformas) que atuam no Brasil, fazendo ainda uma relação, mesmo que breve, com a teoria do valor e dois conceitos marxianos: condições gerais de produção e a trilogia produção/circulação/consumo, que explica o Modo de Produção Capitalista. (Lencioni, 2020; Marx, 2014)

Este ensaio descreve os movimentos desses agentes econômicos e realiza uma análise sobre vários fatos relacionados ao setor de *e-commerce* no Brasil, quando se busca compreender os processos que estão por trás dessa nova etapa da reestruturação produtiva.

As grandes corporações do setor têm como projeto reduzir a descentralização que historicamente o varejo no Brasil possui. Essas empresas projetam uma atuação maciça apenas das *players* que, se levada a cabo, reduzirá significativamente parcelas dos comércios locais. Segundo o diretor de varejo da consultoria Nielsen, Roberto Butragueño, “há espaços no Brasil para uma sexta *player*”. Afirmção feita à atuação crescente da chinesa Alibaba, junto das outras cinco empresas-plataformas no Brasil (O Globo, 2020a). Fato que reforça uma das interpretações deste ensaio sobre o forte e acumulativo processo concentração que o setor de varejo *e-commerce* já desenvolveu – e se amplia – no Brasil e em outras partes do mundo.

Assim, se pode observar a expansão do uso das plataformas digitais, a ampliação do papel da tecnologia (para além de fator de produção), o gigantismo das empresas desse setor, a relação delas com a financeirização e com a mudança do modo de produção capitalista (plataformismo). Uma colossal centralização com oligopolização dos grupos econômicos vinculados à etapa de circulação, ao comércio intranacional e global. Assim, esses novos oligopólios vão produzindo o território de uma forma distinta daquela vivenciada no capitalismo industrial e que vai passando para uma nova fase de um capitalismo que é hegemonicamente financeiro e informacional.

O comércio local está sendo, paulatinamente, reduzido a alguns setores e em muitos casos também ligados a redes nacionais e às franquias que, em boa parte, são hoje também controlados pelos fundos financeiros. Dessa forma, os excedentes econômicos regionais estão sendo capturados pelas plataformas digitais que são, em última instância, também controladas pelas Big Techs que funcionam como plataformas-raiz. Essa captura da distribuição e das vendas diretas de mercadorias, que antes eram realizadas pelo comércio local, por parte das empresas-plataformas digitais, já provoca desdobramentos importantes, que também necessitam ser melhor investigados no que diz respeito aos arranjos e circuitos econômicos regionais e de organização das cidades.

O crescimento em ritmo muito acelerado do varejo *online* (*e-commerce*) está também produzindo um expressivo rearranjo do setor de logística, atrelado às empresas-plataformas e aos seus esquemas de *marketplace*. O universo digital do *e-commerce* – considerado como

atividade intangível (virtual) por alguns – se vinculou ao mundo real e material da infraestrutura de logística através das plataformas digitais, que impulsionam o *e-commerce* e levam a uma oligopolização crescente.

Esse processo de plataformização por parte das empresas de varejo vem acompanhado de sua vinculação ao mercado de capitais para acesso a recursos dos fundos financeiros, ofertas de ações nas bolsas que são acompanhadas da oferta de altos rendimentos, por conta de um aumento do controle de mercado por parte das empresas-plataformas, que passam a entrar numa disputa com as grandes *players* globais do setor.

As plataformas digitais, como infraestruturas intermediárias, atuam entre a produção social no território e os donos dos capitais de risco e produzem enormes transformações nas relações entre produtores e consumidores, reduzindo o papel de parte do comércio local, em especial nesse setor do varejo abordado nesta análise e que é dos que mais lucram atualmente no país.

Como foi recordado no texto, a transformação de um produto em mercadoria só se completa, na forma de mercadoria, quando é vendido. Esse é o nó górdio que explica a ligação que o varejo do *e-commerce* realiza entre o intangível das relações e dos negócios digitais com o mundo tangível da infraestrutura que fará o produto se tornar mercadoria entregue ao consumidor em sua casa.

O texto e o quadro aqui expostos apresentam indicadores empíricos e bases conceituais que auxiliam na compreensão sobre as duas principais estratégias dessas plataformas-empresas no varejo *online* no Brasil e (a) em nível global. O desenvolvimento tecnológico das plataformas digitais e a logística de transporte dos produtos que constituem uma nova arquitetura de negócios dentro do capitalismo.

Essas plataformas digitais (empresas-plataformas) conectam e fazem a intermediação entre dois mundos reais: o digital dos fluxos informacionais e o material da logística. Os fluxos digitais são intangíveis, mas também prescindem do que também é material e tangível, como as infraestruturas com instalações de cabos, redes, computadores, *expertises* qualificadas em tecnologia da informação e comunicação (TIC), da mesma forma que precisa dos caminhões e armazéns gigantes da infraestrutura de logística.

Nas plataformas digitais se realiza a captura de dados dos clientes e o desenvolvimento de publicidade direcionada, montagem de uma infraestrutura de Big Data e uso de aplicativos e da Inteligência Artificial (IA) entre outros. Juntos, eles compõem um sistema informacional de fluxos imateriais com uso de plataformas digitais (PDs) e aplicativos (APPs) que permitem a união desse sistema à potente logística de transportes, matéria da produção no ambiente real.

Ambas as estratégias se desenvolvem na etapa de circulação da mercadoria, exatamente onde as empresas-plataformas lucram, ao extrair valor dessa etapa em si, mas também da produção e ainda da fase da distribuição para o consumo, que antes era feita, direta e exclusivamente, pelos comércios locais.

Assim, o controle desse processo passa a ser feito pela etapa de circulação das mercadorias. É nessa etapa que a arquitetura digital-logística confisca enormes volumes de renda que agigantam essas empresas, a partir do trabalho de intermediação que realizam.

As plataformas digitais e logísticas são em boa parte ativos das gestoras de fundos financeiros que como proprietários dessas corporações controlam a etapa de circulação informacional e material e assim completam e realizam a captura e a concentração das rendas extraídas de todo esse processo que está emergindo dessa nova etapa da reestruturação do modo de produção capitalista. Já na condição de oligopólios, essas corporações constituem na prática uma potente arquitetura do fenômeno da plataformização, que se desenvolve com tendências monopolistas, conferidas pelo avanço tecnológico dos meios de circulação (digital e logístico) que constituem a hegemonia atual do capitalismo financeiro-informacional, como etapa posterior às fases comercial e industrial.

## Referências

DOWBOR, Ladislav. *O capitalismo se desloca: novas arquiteturas sociais*. São Paulo: Edições Sesc São Paulo: São Paulo, 2020.

FINANCIAL TIMES. FT Series. 19 junho de 2020, p. 1-11. Coronavirus economic impact Prospering in the pandemic: the top 100 companies. <https://www.ft.com/content/844ed28c-8074-4856-bde0-20f3bf4cd8f0>

KENNEY, Martin; ZYSMAN, John. The platform economy: restructuring the space of capitalist accumulation. *Cambridge Journal of Regions, Economy and So-*

*ciety*, publicado em 19 de março de 2020. Revista: Regiões, Economia e Sociedade de Cambridge. <https://oup.silverchair-cdn.com/UI/app/svg/pdf.svg>

LENCIONI, Sandra. Condições gerais de produção e espaço-tempo nos processos de valorização e capitalização. No prelo. São Paulo, 2020.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Boitempo, 2014.

MOROZOV, Evgeny. *Big Techs: A ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

*O Globo*, 27 de setembro de 2020a, p.33. Avião próprio e 'influencers': a estratégia do Alibaba no Brasil - Gigante chinesa dona do AliExpress entra na disputa pelo comércio eletrônico no país, que cresceu muito com a pandemia. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/com-aviao-proprio-influencers-dona-do-aliexpress-reforca-estrategia-no-brasil-1-24662907>

*O Globo*, coluna Lauro Jardim, 20 julho de 2020b: Amazon, uma máquina de vender livros no Brasil. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/lauro-jardim/post/amazon-uma-maquina-de-vender-livros-no-brasil.html>

*O Globo*, 13 de setembro de 2020c: 'E-commerce' vive disputa acirrada para chegar primeiro na casa do cliente. Link: <https://oglobo.globo.com/economia/e-commerce-vive-disputa-acirrada-para-chegar-primeiro-na-casa-do-cliente-1-24637503>

PESSANHA, Roberto Moraes. Commoditificação de dados, concentração econômica e controle político como elementos da autofagia do capitalismo de plataforma. Revista ComCiência do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp e SBPC, 2020a. Disponível em: <http://www.comciencia.br/commoditificacao-de-dados-concentracao-economica-e-controle-politico-como-elementos-da-autofagia-do-capitalismo-de-plataforma/>

PESSANHA, R. M. no *Portal 247*, 25 de agosto de 2020b. Com pandemia, setor de tecnologia é hegemônico no Top 100 do Financial Times. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/com-pandemia-setor-de-tecnologia-e-hegemonico-no-top-100-do-financial-times>

PESSANHA, R. M. publicado em seu *blog* e no *Portal 247*, 27 de setembro de 2020c. Nossos dados precisam deixar de ser a commodity mais valiosa do mundo. Disponível em: <https://www.brasil247.com/blog/nossos-dados-precisam-deixar-de-ser-a-commodity-mais-valiosa-do-mundo>

Sebrae. Portal do Sebrae. Plataforma do Magalu-Sebrae de parceria e apoio para atração ao seu marketplace. Venda mais pela internet com a parceria Sebrae e Magalu. Disponível em: [https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parcerias?br\\_mktplc\\_afinidade\\_conversao\\_conversao\\_cp\\_a\\_idmp0017-20033007&gclid=CjwKCAjw5Kv7BRBSEiwAXGDEldNr8s8cfUTKw2gxtACvs5s2LI9z7opecQT0esJ\\_6rxbzSri826-4zxoCzYYQAvD\\_BwE](https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/parcerias?br_mktplc_afinidade_conversao_conversao_cp_a_idmp0017-20033007&gclid=CjwKCAjw5Kv7BRBSEiwAXGDEldNr8s8cfUTKw2gxtACvs5s2LI9z7opecQT0esJ_6rxbzSri826-4zxoCzYYQAvD_BwE)

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

Valor Econômico, 29-31 de agosto de 2020a, capa e p.B7. Varejistas on-line mudam os rumos da logística. Varejo faz gestão de entrega de produtos e muda

setor de logística: Mercado Livre, B2W, Magazine Luíza e Via Varejo ampliam serviços na área. B2W acirra disputa por lojistas no marketplace. Link: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2020/08/31/varejistas-on-line-mudam-os-rumos-da-logistica.ghtml>

Valor Econômico. *Anuário Valor 1000*, Edição 2019, Agosto de 2019. Comércio Varejista, p.164-166.

Valor Econômico, 31 de agosto de 2020b. Varejistas on-line mudam os rumos da logística. Empresas como Mercado Livre, Magazine Luiza, B2W e Via Varejo avançam cada vez mais na gestão da entrega de produtos. Disponível em: <https://valor.globo.com/impreso/noticia/2020/08/31/varejistas-on-line-mudam-os-rumos-da-logistica.ghtml>

Valor Econômico, 27 setembro de 2013. Aplicativo realiza integração entre a venda e o frete. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2013/09/27/aplicativo-realiza-integracao-entre-a-venda-e-o-frete.ghtml>

Valor Econômico, 24 de junho de 2020c. Transportadoras ganham fôlego com encomendas do e-commerce. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/06/24/transportadoras-ganham-folego-com-encomendas-do-e-commerce.ghtml>

Valor Econômico, 28 set. 2020d, p. F5. Downloads crescem 25% na pandemia – Aplicativos mais baixados são os de entrega de comida, reuniões on-line, comércio eletrônico e fitness. Disponível em: <https://valor.globo.com/publicacoes/suplementos/noticia/2020/09/28/downloads-crescem-25-na-pandemia.ghtml>

Valor Econômico, 27 de agosto de 2020e. Operadora logística europeia GeoPost passa a deter 98% da JadLog. Com 500 franqueados e 17 filiais, a Jadlog atende mais de 40 mil clientes no Brasil, desde pequenos varejistas até empresas como Mercado Livre, Carrefour e Via Varejo. Disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/08/27/operadora-logistica-europeia-geopost-passa-a-deter-98percent-da-jadlog.ghtml>

VIAVAREJO. *Relatório de Resultados da Via Varejo, 2º Trimestre 2020*. Disponível em: [https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/fe441073-bded-48c6-b86e-fb4e0032ddf9\\_2t20\\_vvar\\_novo%20formato\\_vf\\_pt.pdf](https://s3.amazonaws.com/mz-filemanager/ce9bff9f-fb19-49b9-9588-c4c6b7052c9c/fe441073-bded-48c6-b86e-fb4e0032ddf9_2t20_vvar_novo%20formato_vf_pt.pdf)

# Da praça-pública ao espaço ciberpolítico: inovação na política?

Wanisy Roncone  
Maria Alice Nunes Costa

## Introdução

Na atual conjuntura social e política, as modernas ferramentas midiáticas, advindas de uma teia comum de protocolos conhecida por “Internet” (*world wide web*<sup>1</sup>), ou ainda, *Web 2.0*<sup>2</sup>, tem exercido novos papéis contrastantes em relação aos tradicionais meios de *media*, tais como a TV, o jornal e o rádio, que se destacaram no histórico de surgimento das mídias no Brasil e influenciaram as campanhas e movimentações políticas brasileiras, desde então. No *ciberespaço*<sup>3</sup>, como

---

<sup>1</sup> “É interessante notar que essa possibilidade de aprofundamento de um tema que tenha sido apenas superficialmente tratado em um site através do link imediato com outro site mais especializado (que pode estar fisicamente situado em qualquer parte do mundo [...]) é uma das grandes originalidades e uma das mais impressionantes vantagens da Web” (LÉVY, 1999, p. 88).

<sup>2</sup> “A *Web 2.0*, também chamada de web participativa, foi a revolução dos *blogs* e *chats*, das mídias sociais colaborativas, das redes sociais e do conteúdo produzido pelos próprios internautas. Nesse momento, a internet se popularizou em todo o mundo, e começou a abranger muito mais do que algumas empresas para se tornar obrigatória para qualquer um que queira ter ‘sucesso’ no mercado”. Por meio do *YouTube*, *Facebook*, *Flickr*, *Picasa*, *Wikipédia*, e muitas outras redes, todos passaram a ter uma ‘voz’ a ser escutada e *postada*. O termo *Web 2.0* (posterior à *Web 1.0*) foi criado pelo especialista no setor Tim O’Reilly, classificando essa nova forma de utilizar a internet como uma ‘web como plataforma’. Os sites criados para esse momento da internet já não são estáticos e possuem um *layout* claramente focado no consumidor e também na usabilidade dos buscadores. E é nesse momento em que estamos: no auge da navegação mobile uso de aplicativos. Já se fala de uma *Web 3.0*, apesar de ser difícil nomear movimentos da história enquanto eles ocorrem. Esta seria aquela cada vez mais próxima da Inteligência Artificial”. Disponível em: <<https://ex2.com.br/blog/web-1-0-web-2-0-e-web-3-0-enfim-o-que-e-isso/>>. Acesso em: 15 de junho de 2020.

<sup>3</sup> “A palavra ‘ciberespaço’ foi criada, em 1984, por Willian Gibson em seu romance de ficção científica *Neuromante*. No livro, esse termo designa o universo das redes



coabitantes de uma *cibercultura*<sup>4</sup> emergente, presenciamos uma série de discursos políticos que se fortalecem de acordo com o crescimento das “bolhas algorítmicas” a que servem: ora em favor da democracia, ora por meio de discursos e práticas de “censuras invisíveis” (ou “desvios invisíveis”) contraditórios a essa democracia. O ganhador será aquele ou aquela que melhor orquestrar o espaço *ciberpolítico*.

Com o benefício de ampliar campanhas eleitorais, devido às possibilidades de difundir ideias e práticas eleitoreiras, muitas vezes sem custos elevados, tais ferramentas possibilitadas através da Internet e de fácil manuseio, são disponibilizadas, por exemplo, em aplicativos para celulares (79,3% dos brasileiros possuem aparelhos celulares, sendo que 84,4% das pessoas com aparelhos móveis acessam a *rede* por meio deles<sup>5</sup>). Isso têm contribuído, sobremaneira, para a ascensão política e social de várias personalidades, principalmente porque dispensa os filtros utilizados nos tradicionais meios de mídia como os jornais e a TV, visto que dispensa a figura do jornalista ou

---

digitais, descrito como campo de batalha entre as multinacionais, palco de conflitos mundiais, nova fronteira econômica e cultural. [...]. Eu defino o ciberespaço como o espaço de comunicação aberto pela interconexão mundial dos computadores e das memórias dos computadores. Essa definição inclui o conjunto dos sistemas de comunicação eletrônicos (aí incluídos os conjuntos de redes hertzianas e telefônicas clássicas), na medida em que transmitem informações provenientes de fontes digitais ou destinadas à digitalização. Insisto na codificação digital, pois ela condiciona o caráter plástico, fluido, calculável com precisão e tratável em tempo real, hipertextual, interativo, e, resumindo, virtual da informação que é, parece-me, a marca distintiva do ciberespaço”. (LÉVY, 1999, p. 92-93).

<sup>4</sup> A definição que aqui se propõe para o neologismo “cibercultura” aproxima-se, embora seja atualmente mais influenciada pelo surgimento de novos mecanismos *cibernéticos-sociais*, daquela fornecida por Pierre Lévy em seu livro *Cibercultura*, de 1999. Para ele, em abrupto resumo, a cibercultura é o “conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço” (LÉVY, 1999, p. 17).

<sup>5</sup> O uso do celular para acessar a Internet cresceu no Brasil. Os aparelhos são o principal meio de acesso à rede no país, usados por quase todos os brasileiros. As informações são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (PNAD Contínua TIC) 2018, divulgada hoje (29) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-04/celular-e-o-principal-meio-de-acesso-internet-no-pais>>. Acesso em: 10 de setembro de 2020.

de quaisquer outros tipos de mediação, e faz um *link* direto entre eleitores e candidatos.

Uma rede social realiza a conexão de usuários permitindo a comunicação quase instantânea, além do compartilhamento e a disseminação de conteúdo em um mesmo sistema de informação, através de contas conectadas ou acessíveis entre si de forma articulada. Através delas é possível diminuir ou eliminar alguns dos principais obstáculos para a comunicação política, como as distâncias, agendas de campanha, custos com material (ainda que sejam investidas altas quantias na contratação de serviços virtuais, por detentores de capital).

O Twitter, por exemplo, é um serviço *sui generis*. Essa rede social se destaca pelo formato, onde os usuários atuam de modo diferente do Facebook e semelhante ao Instagram: a relação é entre seguidos e seguidores, porém “*repostam*” (o famoso *retweet*) com extrema facilidade qualquer tipo de conteúdo publicado: um agente político de grande projeção ou um líder de determinado segmento, até mesmo jogador de futebol, artista famoso na TV ou Youtube, a título de exemplo, podem ter milhões de seguidores e o triplo de *retweets*.

Dessa forma, visualizamos uma nova fase social recente, com transmissão de dados cada vez mais rápidas, em tese, seguras<sup>6</sup>, e pra-

---

<sup>6</sup> Se um usuário possuir um nível de conhecimentos básicos da navegação via *web*, é possível utilizá-la sem muita dor de cabeça no quesito segurança. Além dos requisitos básicos como a utilização de um bom aplicativo antivírus e senhas fortes, outra forma de navegar de maneira resguardada é a utilização da criptografia de dados, um dos métodos mais eficazes de segurança digital. Consiste em codificar uma informação, ou melhor, “ocultar” a escrita para que somente o devido receptor consiga decodificá-la e ter acesso através de uma chave criptográfica específica para tal. Resumindo, a criptografia é o processo de codificação de algo para que não seja facilmente entendido por aqueles que não possuem autorização para acessá-lo. Sempre que se visualiza um pequeno ícone de cadeado na parte superior do seu navegador (Google Chrome, Internet Explorer ou Mozilla Firefox, por exemplo), à esquerda do nome da página, e se usa um endereço *web* que começa com HTTPS (em vez de HTTP), significa que seus dados estão sendo criptografados. O “S” no HTTPS significa “seguro”, ou seja, que as suas informações estão criptografadas, o que aumenta a segurança na transmissão de dados entre o computador e o *site*. Todos os principais sistemas operacionais, assim como muitos aplicativos de *software* populares, oferecem a opção de criptografar arquivos ou pastas no seu dispositivo. Quando você usa essa opção, deve escolher uma senha que permita (você ou qualquer outra pessoa com quem compartilhe a senha) desbloquear e descriptografar esses arquivos.

ticamente em tempo real, facilitada via *Web*, considerada uma das maiores invenções dos últimos tempos, que atua como verdadeiro megafone contemporâneo – transmissor instantâneo de mensagens sociais e políticas.

Através dessas novas *conexões*, conteúdos e opiniões são expostos muito mais rapidamente do que outrora – às vezes se confundem na mesma “página”, onde são expostas as desinformações, notícias falsas (as *fake news*), discursos totalitários, violentos e de medo, com a conseqüente criação das “classes perigosas” (COIMBRA, 2011) e de uma sociedade de risco e atuações grotescas, tudo ao mesmo tempo, na mesma *rede*. Disparidades navegam, ao lado de receitas para bolos e fotos de bichinhos de estimação.

Em meio a essa *cibercultura* emergente, testemunhamos novos mecanismos semelhantes, porém distintos, às “censuras invisíveis”. Os recentes mecanismos desse moderno *ciberespaço* ocupam e afetam um “novo” lugar político-social. Contudo, bebendo das palavras de Hannah Arendt (1989), com uma “mescla do otimismo temerário e do desespero temerário”, acreditamos também que:

A convicção de que tudo o que acontece no mundo deve ser compreensível pode levar-nos a interpretar a história por meio de lugares-comum. Compreender não significa negar nos fatos o chocante, eliminar deles o inaudito (...). Compreender significa, em suma, encarar a realidade sem preconceitos e com atenção, e resistir a ela – qualquer que seja (ARENDR, 1989, p. 12)

## A transcodificação do espaço político das “praças públicas”

Para dar sentido a esses espaços de levantes democráticos, é importante a utilização do conceito de “praça pública” (ou “as praças da cidade”) enquanto local em que, historicamente, foram erguidas estruturas sociopolíticas e espaços de convivências. Esses locais, onde circulam pessoas e compõe-se a opinião pública, agora possuem novos significados e mudanças de sentido em nosso atual

tempo-espaço *black mirror*<sup>7</sup> com conexões (não tão reais-materiais assim) possibilitadas via *wi-fi*.

A pesquisadora do Centro de Ensino Universitário de Brasília, Junia Marques Caldeira, defendeu, em sua tese<sup>8</sup>, a trajetória do espaço da praça, na sua origem até as transformações da cidade e a importância que esses ambientes vão adquirindo em algumas das principais cidades brasileiras no contexto político. Em suas análises, constata a praça como espaço coletivo, como espaço de domínio público, que não constitui elemento urbano apenas brasileiro, por isso parte de sua pesquisa trata do conceito de praça a partir da formação das cidades. Na Antiguidade greco-romana a praça era o espaço urbano mais importante, o que também vai acontecer nas praças das primeiras cidades coloniais brasileiras. No século XVII, muitas cidades surgem de projetos urbanos e seus autos de fundação instituem praças em que deverão ser instalados todos os edifícios administrativos e cívicos: a casa da redenção, câmara, cadeia, praça do pelourinho, estabelecendo regras de ocupação que refletem o momento social e político, além de atenderem a determinados valores simbólicos. “É ela o centro irradiador da cidade” (CALDEIRA, 2007).

Seus estudos remetem também à organização espacial indígena, que serve de contraponto para mostrar a ruptura com a estrutura que existia no Brasil preteritamente à chegada dos portugueses. As cidades jesuítas também desmontam a organização espacial indígena, colocando no centro da praça o cruzeiro e a igreja. Para a pesquisadora, tanto nossos ancestrais indígenas quanto os colonizadores portugueses usufruem, de certa forma, da centralidade que já existia, e dessa (forçada) simbiose se originaram várias cidades brasileiras.

---

<sup>7</sup> *Black mirror*, em tradução livre, “espelho preto” – em analogia às telas frias, escuras e brilhantes dos modernos dispositivos eletrônicos, tais quais aparelhos de TV, *smartphones*, monitores, *tablets* etc. – é uma série antológica britânica de ficção científica (não tão mais ficção assim), criada por Charlie Brooker e disponibilizada pela rede de streaming Netflix, que explora, obscura e satiricamente, temas de um futuro (bem próximo) onde a natureza humana e as consequências imprevistas de uma tecnologia avançada, e por vezes incontrolável, entram em conflito.

<sup>8</sup> Caldeira, J. M. “A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano-origem e modernidade”. Tese. Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.

É importante destacar que as imposições dessas formas espaciais funcionaram como um significativo mecanismo de dominação dos colonizadores perante a nossa primeira civilização nativa. O Rio de Janeiro sofreu drásticas transformações com a chegada da Corte, enfatiza Caldeira, quando passou a ser o centro político da nação. A atual Praça XV, então Largo do Carmo, dá lugar ao Paço Imperial. Mas a cidade cresceu e o advento da República determinou outro tipo de organização espacial. Surgiram várias praças que alojaram o poder municipal, o palácio do governador, a igreja, ao mesmo tempo que as atividades normais e rotineiras, como as de lazer.

Algumas cidades se destacaram pelo crescimento, como é o caso de São Paulo, e novos espaços começaram a aparecer. A praça, até então única, se desmembra em outras, o que de certa forma conduz também à fragmentação de sua conotação simbólica, afirma a pesquisadora. A partir de praças símbolos, a tese analisou três cidades que passaram por esse processo: a Praça da Sé, em São Paulo; a Praça da Liberdade, em Belo Horizonte, e o Largo do Carmo, no Rio de Janeiro.

Na modernidade, as cidades crescem de modo heteronômico e cada vez mais as pessoas perdem seus espaços de convivência espacial para se confinarem em espaços privados como *shoppings*, cafés, restaurantes, bares, e os locais públicos – e locais como a praça e a rua – deixam de ser o principal espaço simbólico de convívio. A sociedade apartada presente nas grandes cidades é visível em todos os cantos: edifícios cada vez mais altos, prédios projetados para suporte a um grande número de moradores, centro comerciais inseridos a todo custo e publicidade nas *medianeras*<sup>9</sup>. Mas essa

---

<sup>9</sup> “*Medianeras*” é a designação dada às paredes costumeiramente sem janelas dos edifícios, também conhecidas como “paredes cegas”. Essas paredes laterais tornam-se impossibilitadas de qualquer tipo de abertura, como janelas, devido à proximidade com áreas vizinhas. São comuns na utilização de *outdoors* ou qualquer tipo de publicidade. *Medianeras: Buenos Aires da Era do Amor Virtual* (2011) também dá nome ao filme argentino, dirigido por Gustavo Taretto. A história é narrada pelos personagens que tentam se libertar das amarras da solidão que a cultura virtual e a arquitetura de Buenos Aires acarretaram para portenhos que vivem sozinhos. Quanto à temática central do filme, o diretor Gustavo Taretto explica que quis retratar uma solidão que não é dramática, mas “uma solidão a que já estamos acostumados. De todos os dias. Solidão urbana. A solidão que sentimos quando

arquitetura moldada para grandes movimentações nas cidades, ao mesmo tempo em que faz presente uma grande soma de pessoas, as afasta, “encaixotando-as” em apartamentos cada vez menores e apartando as mesmas, como a palavra “apartamento”<sup>10</sup> já diz (RIBEIRO, 2017, p. 6).

A socialização das praças públicas imaginada, inicialmente, cede lugar a outros desdobramentos, o excedente de carros nos grandes centros como resultado de uma enorme quantidade de pessoas nos eixos centrais da cidade, da mesma maneira que a individualização exacerbada (somada às falhas na prestação de serviço de mobilidade pública) e as comunicações virtuais sendo os atuais encontros – ou então, as “praças da cidade”. Uma pequena amostra dessa realidade pode ser a utilização do metrô na região central de São Paulo a partir das 17 horas: pessoas aceleradas, em sua maioria com seu aparelho celular, comunicando-se com outras através destes, e vorazes no compartilhamento de informações. O ambiente urbano moderno, resultante desses processos, se caracteriza como um espetáculo cuja nova ordem mundial capitalista o transformou em uma cenografia, um cenário completo.

A sociedade que modela tudo o que a cerca construiu uma técnica especial para agir sobre o que dá sustentação a essas tarefas: o próprio território. O urbanismo é a tomada de posse do ambiente natural e humano pelo capitalismo que, ao desenvolver sua lógica de dominação absoluta, pode e deve agora refazer a totalidade do espaço como seu próprio *cenário* (DEBORD, 1997, p. 112).

Desse modo, o cotidiano moderno na cidade, por sua vez, rege-se agora por princípios segregatórios, que a transformam em uma

---

estamos rodeados de desconhecidos”. O termo “*medianeras*” não se encaixaria tão bem no contexto do filme se o desenvolvimento das cidades não estivesse intrinsecamente ligado às relações humanas. (Disponível em: <<https://guia.folha.uol.com.br/cinema/973114-medianeras-mostra-solidao-do-delivery-e-do-sms-diz-diretor.shtm>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020)

<sup>10</sup> Em termos semânticos, a palavra nos remete ao ato ou efeito de “apartar”, separar. E, ainda, no Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, podemos encontrar sinônimos como ausência, retiro, solidão. Disponível em: <<http://www.priberam.pt/DLPO/apartamento>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

verdadeira *mise-en-scène* mercadológica, turística e consumista. Os cidadãos experimentam uma cidade cada vez mais em concreto e em obras. As suas vivências aceleradas, advindas das conquistadas obrigações da vida moderna, resultaram em um empobrecimento da experiência urbana e social daqueles que habitam, com o crescimento, por outro lado, das barreiras sociais e dos muros, onde a única coisa que se compartilha é a solidão.

É o que se passa no filme *Medianeras* com o personagem Martín, que divide sua vida em um pequeno apartamento, e sua única interação física é com o cachorro de estimação. O filme é uma excelente amostra da realidade citadina, onde vivemos um paradoxo: os indivíduos pouco se conhecem, mas às vezes muito se interagem, no momento em que se tornou muito mais fácil estar “presente” através de um sinal *wireless*.

A modernidade implicou um mundo fenomenal – especificamente urbano – que era marcadamente mais rápido, caótico, fragmentado e desorientador do que as fases anteriores da cultura humana. Em meio à turbulência sem precedentes do tráfego, barulho, painéis, sinais de trânsito, multidões que se acotovelam, vitrines e anúncios da cidade grande, o indivíduo defrontou-se com uma nova intensidade de estimulação sensorial. A metrópole sujeitou o indivíduo a um bombardeio de impressões, choques e sobressaltos. O ritmo de vida também se tornou mais frenético, acelerado pelas novas formas de transporte rápido, pelos horários prementes do capitalismo moderno e pela velocidade sempre acelerada da linha de montagem. A modernidade, em resumo, foi concebida como um bombardeio de estímulos. Como afirmou Simmel em seu ensaio de 1903, “A metrópole e a vida mental” [...], a modernidade envolveu uma ‘intensificação da estimulação nervosa’ (SINGER, 2004, p. 96).

A Internet trouxe consigo uma sensação de proximidade, porém, vazia, como é percebido no filme *Medianeras*: as virtualizações das relações. “Não é o isolamento em si que aliena e distancia os homens, reduzindo-os a si próprios. Pelo contrário, é uma forma específica de se relacionar com eles, de tal modo que implica anonimidade” (SIMMEL, 2005, p. 28). A aglomeração típica das grandes cidades ao mesmo tempo em que aproxima, afasta.

As cidades, é claro, sempre foram movimentadas, mas nunca haviam sido tão movimentadas quanto se tornaram logo antes da virada do século. O súbito aumento da população urbana (que nos Estados Unidos mais do que quadruplicou entre 1870 e 1910), a intensificação da atividade comercial, a proliferação dos sinais e a nova densidade e complexidade do trânsito das ruas [...] tornaram a cidade um ambiente muito mais abarrotado, caótico e estimulante do que jamais havia sido no passado (SINGER, 2004, p. 96).

Podemos citar como exemplo o caso da Daniela, moradora do Edifício Master em Copacabana, que em entrevista a um documentário homônimo<sup>11</sup> dirigido pelo saudoso cineasta Eduardo Coutinho, relata sua vivência citadina como uma terrível experiência:

Eu tenho problemas de neurose e de sociofobia, e a aglomeração típica do vai e vem [sic] em Copacabana faz com que eu chegue em casa muito estressada. [...] Eu não sei se são pessoas demais ou calçadas muito estreitas ou se é uma fusão desagradável dos dois elementos. Eu sei que pode ser feio, mas eu muitas vezes fico contente quando eu subo e desço no elevador sozinha, não porque eu não [sic] vou perder tempo parando num andar, mas porque eu sei que eu não vou ter que ver e nem ser vista<sup>12</sup>.

Nas experiências relatadas pelas lentes dirigidas por Eduardo Coutinho, o que chama a atenção é a sociabilidade nos espaços públicos permeada pelo anonimato, as pessoas circulam pela cidade, mas não se conhecem, a aglomeração e a diversidade fazem da cidade um palco a céu aberto. Esse documentário traz à superfície o que

---

<sup>11</sup> *Edifício Master* (2002) é um excelente documentário que narra a experiência da vida em sociedade sob os olhares dos moradores do Edifício Master, um antigo e tradicional edifício, que possui em média 500 moradores, com 276 apartamentos conjugados, 12 andares e 23 apartamentos por andar, localizado em Copacabana, um bairro cartão-postal da cidade do Rio de Janeiro, conhecida por atrair uma grande soma de pessoas de todos os lugares do mundo, e movimentada por natureza. O cineasta Eduardo Coutinho e sua equipe alugaram um apartamento nesse edifício por um mês, e filmaram a vida no prédio por uma semana, e o resultado pode ser visto através das 37 entrevistas que formam o documentário, realizadas com os moradores do prédio.

<sup>12</sup> O trecho citado é parte integrante da entrevista realizada com a Daniela, moradora do edifício Master, que se declara portadora de neurose e sociofobia, deixando clara a sua intolerância ao modelo de vida dos grandes centros.



é “invisível aos olhos”, enxergar no outro algo além do meu próprio espaço individual.

Assim, a configuração da cidade como personagem no filme argentino conversa com os “personagens” do documentário brasileiro. Em tempos nos quais o olhar sobre o outro é visto de forma banal. Não é difícil afirmarmos que todos nós carregamos conosco as nossas *medianeras* portáteis. Seja pelo uso indiscriminado dos espaços virtuais que, ao propagar maior proximidade, por vezes, afastam – é o caso dos aparelhos celulares, computadores e semelhantes, ou até mesmo pela busca do elevador vazio, como é o caso da Daniela do Edifício Master, ou o fone de ouvido ao transitar pelas ruas, todas essas ferramentas constituem as nossas *medianeras* diversas dos muros de concreto.

Atualmente, as “grandes cidades” são conhecidas como aquelas em que há um grande número de pessoas por metro quadrado e um modo de vida que se assemelha às máquinas – agitado, acelerado e incansável, transformando até mesmo os corpos daqueles inseridos nesse mecanismo – assemelhando-se ao personagem Carlitos de Charles Chaplin no filme *Tempos Modernos*<sup>13</sup>, onde ele se transforma em uma engrenagem, passa a viver como se fosse máquina.

Impossível não lembrar da obra cinematográfica *Her (Ela)*, de 2013, do diretor Spike Jonze. No filme, Theodore (Joaquin Phoenix) equipa seu computador com um novo sistema operacional, e se apaixona pela voz feminina emanada pelo *software*. Apesar de o filme ser uma “ficção futurista”, tudo aquilo é real e possível. Spike Jonze disse ter a ideia de produzir o filme quando leu um artigo *online* sobre Cleverbot<sup>14</sup>, um robô/*bot online* que simula um ser humano na conversação com as pessoas. O objetivo é responder as perguntas de tal forma que elas tenham a “real” impressão de estar conversan-

---

<sup>13</sup> *Tempos Modernos (Modern Times)*, filme produzido pelo próprio Chaplin em 1936, nos serve como base para discussões e críticas ao modo capitalista de produção e ao liberalismo econômico. É considerado hoje um clássico do cinema moderno, onde mostra seu famoso personagem “O Vagabundo” (*The Tramp*) em meio ao mundo moderno e industrializado, trabalhando em uma grande fábrica, sofrendo as ingerências do sistema, e transformando-se em um instrumento mecanizado e rotinizado.

<sup>14</sup> *Cleverbot* é um *chatbot* que aprende como imitar conversas humanas através de conversas com os próprios humanos. Ele foi criado pelo veterano de Inteligência Artificial Rollo Carpenter, que já havia criado outros aplicativos similares para a *web*. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2011/09/robo-que-bate-papo-pode-se-passar-por-humano.html>>. Acesso em: 17 de janeiro de 2020.

do com outra pessoa e não com um programa de computador – e é nessa seara que os conhecidos algoritmos aparecem para recordar que tudo isso é mais palpável do que supúnhamos.

E isso nos remete aos estágios em que chegamos do debate público. A instantaneidade e o imediatismo inerente ao moderno estilo de vida conectado, imerso em uma civilização que vive cotidianamente o caos dos grandes centros, combinado com a falta de tempo necessária à reflexão, nos imergem em dinâmicas autoritárias, abrem alas para autoritarismos de todas as formas. Tais “inovações” podem também caracterizar o que chamo de “censuras invisíveis”, semelhante a outros panoramas que venho contextualizar a seguir, como “desvios invisíveis” ou “implícitos”.

Apesar de não serem mídias do tipo *broadcasting*<sup>15</sup>, as novas ferramentas de comunicação e interação da Internet promoveram uma conectividade antes não prevista. Essas conexões possibilitadas através das redes sociais desvelam *desvios* contemporâneos presentes em diversos mecanismos da nossa *cibercultura* moderna. É prática comum observar a tela do celular mesmo sem ter nada para se ver ali, naquele instante, e já ser bombardeada com alguma notificação aleatória.

Os paradigmas hodiernos como a ansiedade, aliados ao excesso visual de informação, corroboram para a formação de uma sociedade poluída pelos excessos – a modernidade transformou os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva (SINGER, 2004). A vida por si só é um ato político, e a presença desses extremos sensoriais em períodos conturbados como o atual retratam ascensões políticas perigosas, permitidas, inclusive, por processos eleitorais que acontecem em meio a essa austera *mise-in-scène*.

A fila na padaria ou a que se projeta na direção do guichê onde será comprado um bilhete corriqueiro, tudo isso oferece informações banais, mas não menos importantes, sobre o comportamento humano. A gente se revela sem fazer alarde. (...) Nisso, a ‘polis’ se constrói. As relações humanas, portanto, são políticas (MARCHIONI, 2019).

---

<sup>15</sup> É a transmissão por meio de ondas eletromagnéticas de áudio ou vídeo mais vídeo. Termo também utilizado para qualificar os equipamentos utilizados na produção e transmissão dos produtos audiovisuais das rádios e TVs.

O moderno bombardeio de estímulos afeta os corpos e, por conseguinte, a vida social como um todo. Desde o súbito aumento da população urbana e a intensificação da atividade comercial, assim como a proliferação dos códigos visuais e a complexidade do trânsito das ruas, a vida (principalmente na cidade) se tornou muito mais abarrotada, caótica e estimulante do que jamais havia sido.

O caos na cidade (enquanto construção de espaço público) instilou na vida moderna uma sensação de exposição ao perigo (SINGER, 2004, p. 106) e, com isso, presenciamos atualmente uma geração de individualidades cada vez mais *afetadas* subjetivamente e atravessadas por práticas midiáticas que acertam em cheio esses corpos políticos.

Walter Benjamin, quando produziu seu ensaio sobre *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (2017, p. 87), lembrou que dentre as funções sociais do filme, “a mais importante é gerar o equilíbrio entre o ser humano e a aparelhagem”<sup>16</sup>, numa experiência moderna quase completa.

A cidade moderna parece ter transformado a experiência subjetiva não apenas quanto ao seu impacto visual e auditivo, mas também quanto as suas tensões viscerais e suas cargas de ansiedade. A experiência moderna envolveu um acionamento constante dos atos reflexos e impulsos nervosos que fluíam pelo corpo ‘como a energia de uma bateria’, tal como descreveu [Walter] Benjamin (SINGER, 2004, p. 106).

Esses impulsos nervosos, já protagonizados em séculos passados, propagavam uma tímida realidade que se iniciava. Lembrar da “energia de uma bateria” é remeter facilmente ao nosso tempo presente. São tempos “carregáveis”, os estímulos são literalmente “carregados”, de um lado para o outro, através principalmente de um aparelho celular. Vivemos afetados.

---

<sup>16</sup> “Essa tarefa é resolvida pelo filme não somente pelo modo como ele apresenta o mundo para si com ajuda dessa aparelhagem. Enquanto, por um lado, o filme aumenta a compreensão das coerções que regem nossa existência – por meio de *close-ups*, enfatizando detalhes escondidos em objetos de cena correntes, por meio da investigação de ambientações banais sob a liderança genial da objetiva –, por outro, ele nos assegura um campo de ação monstruoso e inesperado” (BENJAMIN, 2017, p. 87).

E ainda com a possibilidade de produzir imagens por meio dessas tecnologias mais acessíveis e portáteis de captura em vídeo (comumente anexas a esses aparelhos celulares), além de distribuir tais imagens nas redes de pessoas e computadores conectadas (VICENTE, 2015, p. 18), estamos sendo filmados em tempo real, *postados*, expostos, “*curtidos*” e aglomerados em uma soma de números de seguidores ou então, de “amigos”, no caso do Facebook.

E é no descobrir nesses movimentos conhecidos, outros completamente desconhecidos (BENJAMIN, 2017, p. 88) que situamos outros passos, até então singulares, dessa nova dança contemporânea social possibilitada pelo advento das redes sociais como um todo. Os desvios invisíveis estão entremeados em todo esse novelo de lâ<sup>17</sup>.

Se por um lado é comum que notemos, mesmo que apenas de modo grosseiro, o andar das pessoas, não sabemos nada de sua posição na fração de segundo de uma passada. Se o movimento de apanhar um isqueiro ou uma colher nos é grosseiramente familiar, não sabemos quase nada daquilo que realmente ocorre entre a mão e o metal, e ainda menos de como isso se concatena com os diferentes estados em que venhamos a nos encontrar. Aqui entra em ação a câmera, com seus meios auxiliares – seu descer e subir, seu interromper e isolar, sua dilatação e compressão do ocorrido, seu ampliar e reduzir (BENJAMIN, 2017, p. 88).

As análises feitas por Walter Benjamin em meados do século XX que desencadearam um estudo subjetivo das possibilidades de atuação de uma câmera (então analógica) e seus prismas sociais, nos serve de subsídio prático ao situarmos a presença das novas redes de comunicação *on-line* – somente por meio *delas* “chegamos a conhecer o inconsciente óptico, assim como conhecemos o inconsciente pulsional por meio da psicanálise”<sup>18</sup> (BENJAMIN, 2017, p. 88).

Essas variadas sensações que, em excesso, beiram a uma “anestesia de estímulos”, se assemelham às *timelines* da nossa con-

---

<sup>17</sup> “Fazer de uma tese um cachecol. Desfazer o cachecol e voltar novelos. Emaranhar as linhas coloridas da vida, acompanhar as cores, as pequenas luzes do desejo, os vagalumes. Enlaçar em tese subjetividades...” (VICENTE, 2015, p. 16)

<sup>18</sup> “O consumo de uma quantidade avassaladora de acontecimentos grotescos no cinema é uma drástica evidência dos perigos que ameaçam a humanidade nas repressões que a civilização traz consigo” (BENJAMIN, 2017, p. 89).

temporaneidade e aos *feeds* de notícia que vivenciamos. Nesses auditórios de plateias sem apresentador, detemos sentimentos de familiaridade com aqueles que nos estão conectados, ainda que não se “conheça” aquela pessoa – vivemos um período histórico no qual é possível “conhecer” alguém sem ser pessoalmente, mas sim, virtualmente, e se identificar com ela e seus ideais, inclusive políticos. Não se pode pensar as artes e a estética [e a nova configuração social permitida pela Internet] sem se levar em conta a política (BENJAMIN, 2017, p. 26).

Uma das maiores invenções dos últimos tempos, a Internet, configura um verdadeiro megafone contemporâneo de transmissão instantânea de mensagens sociais e configurações políticas. Através desse gigante transmissor, os encontros, as informações, os conteúdos, notícias (verdadeiras e falsas), artigos de opinião, ou simplesmente um ponto de vista são exibidos na mesma página, ou melhor, no mesmo *feed* de notícias.

A nova “guerra” *cibernética* não é apenas entre posicionamentos políticos “de esquerda ou de direita”, é também entre a verdade e o discurso não verdadeiro. Os fatos são moldáveis, os acontecimentos são “variáveis”, a ciência é desacreditada e a imprensa é intensamente atacada<sup>19</sup>. Chegamos ao ponto de a história correr o risco de ser “reescrita” por meio de novas leituras, quando não apagada dos contemporâneos, sob a tutela de governos autoritários. Isso se constitui em um grave perigo à nossa história, em especial à nossa suada e recente conquistada democracia.

---

<sup>19</sup> Segundo a ONG Repórteres sem Fronteiras, Bolsonaro atacou a imprensa ao menos 53 vezes no primeiro semestre de 2020. Segundo a organização, pelas redes sociais, Carlos Bolsonaro, vereador pelo Rio de Janeiro, disparou 43 ataques contra jornalistas; Flávio Bolsonaro, senador, foi autor de 47; e Eduardo Bolsonaro, deputado federal, de 63. Além dos ataques partidos do presidente da República e dos filhos dele, o relatório da Repórteres sem Fronteiras cita 17 agressões feitas pelo então ministro da Educação, à época, Abraham Weintraub. Ao todo, foram 101 ataques diretos a veículos de comunicação no primeiro semestre: mais de 70 comentários negativos com intenção de desmoralizar o trabalho da imprensa, 28 ataques diretos a jornalistas, sendo 15 a jornalistas mulheres (como é de praxe no governo Bolsonaro), e dois cerceamentos da informação, classificados pela ONG como censura.

Disponível em: < <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/14/bolsonaro-atacou-a-imprensa-ao-menos-53-vezes-no-primeiro-semester-diz-ong.ghtml>>. Acesso em: 6 de outubro de 2020.

É nesse panorama que, a partir de lugares aparentemente inócuos, fomos conduzidos das ruas para as telas brilhantes, e nesse mesmo movimento permitimos que os encontros, os movimentos sociais, os registros de resistências históricas<sup>20</sup> fossem deslocadas do digital para o analógico, do Facebook para as praças.

O panorama *cibernético* proporcionado pela Internet forneceu uma espécie de “megafone” a vozes outrora silenciadas (ou não), do mesmo modo que discursos cada vez mais intolerantes e agressivos, o aparente crescimento dos “reacionários” e de manifestações dos chamados *haters* possibilitadas pelo anonimato permitido pelas novas conexões *wireless*.

Os “números” do Facebook (além de outras redes como, por exemplo, o Twitter e o Instagram) elegeram Barack Obama<sup>21</sup>, Donald Trump, Jair Bolsonaro, além de diversas outras personalidades políticas. Atuaram no Brexit<sup>22</sup>, promoveram *impeachment*, ocasionaram golpes políticos, prisões midiáticas e participaram de inúmeras operações através dessas redes.

Tais mídias seguem articuladas pelos apoiadores de campanha política até mesmo após o pleito eleitoral: nesse rol de apoiadores estão incluídos aqueles imbuídos oficialmente para exercer tal função, assim como os “usuários” *on-line* que atuam gratuitamente – normalmente vestem a camisa no combate ao “inimigo comum”, no caso, quaisquer posicionamentos políticos opositores –, e estes são os “fãs” políticos que, muitas vezes, se utilizam de violência verbal

---

<sup>20</sup> É importante lembrar de movimentos sociais significativos como *A Marcha das Vadias*, que se internacionalizou e saiu das redes sociais para percorrer, inclusive, as ruas do Rio de Janeiro. *A Marcha* é retratada intensamente por Laila Domith, pesquisadora e doutora em Estudos da Subjetividade, que com “uma câmera na mão e uma ideia na cabeça” (VICENTE, 2015) produziu sua tese de doutorado, em 2015: “Constelações Vadias: enlances entre produções de subjetividade e performatividades de gênero”. Está disponível virtualmente em: <[https://app.uff.br/slab/uploads/2015\\_t\\_Laila.pdf](https://app.uff.br/slab/uploads/2015_t_Laila.pdf)>. Acesso em: 7 set. 2018.

<sup>21</sup> Obama utilizou bastante as redes sociais em sua campanha e durante o seu governo. Porém, Donald Trump se tornou mais famoso na utilização das redes sociais para fins eleitorais, principalmente pelo escândalo da Cambridge Analytica. Todavia, vários outros líderes políticos já haviam utilizado essas ferramentas para tanto – e ainda usam, e muito.

<sup>22</sup> O Brexit é uma abreviação para “British exit” (“saída britânica”, na tradução literal para o português). Esse é o termo mais comumente utilizado quando se fala sobre a decisão do Reino Unido de deixar a União Europeia.

na defesa do seu ídolo político, quando não levam tal fervor para práticas cotidianas do mundo externo às conexões *wi-fi*, além dos *bots* (robôs) – que são, na prática, como programas de computador criados para realizar tarefas repetitivas e automatizadas – ou “semi-*bots*”, os “*ciborgues*”: podem ser assim “considerados perfis ciborgues nas redes sociais online os usuários performando humanos-robôs ou robôs-humanos agindo na rede em um período e espaço alterando os ecossistemas de informação online” (REGATTIERI, 2019, p. 2).

## O megafone e a ciberpolítica no Brasil

A utilização da Internet como forma de espaço político tem sido palco de debates inflamados, de ataques virtuais gravíssimos, elegendo candidatos à presidência de países como Barack Obama, Donald Trump e Jair Bolsonaro. Tanto elege personalidades quanto colabora na promoção de importantes agendas públicas, manifestações que atravessam a esfera virtual e chega às ruas, além de ser uma facilitadora na transmissão de ideias e fomentos de políticas públicas.

Os atuais mecanismos desse recente *ciberespaço* ocupam um “novo” lugar político-social em contraposição aos tradicionais meios de mídia, que exerceram (e ainda exercem) espaços conhecidos, permeados de *censuras invisíveis* que habitam outro nível semelhante, porém diferente, dos atuais meios de comunicação *cibernéticos algoritmizados*. Tais distintas censuras podem afetar, e de fato alteraram, os rumos políticos e sociais do país, em destaque para o ano eleitoral de 2018, que refletiu insurgências em tempo real no cotidiano político brasileiro, em um país com aproximadamente 210 milhões de habitantes e mais de 130 milhões de usuários do Whatsapp<sup>23</sup>.

As análises do processo eleitoral brasileiro de 2018 devem levar em consideração parte dos significativos acontecimentos político-sociais brasileiros ocorridos, preteritamente, enquanto base dessa construção histórica, para que não se perca de vista o impacto em

---

<sup>23</sup> Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-05/usuarios-de-smartphone-devem-atualizar-whatsapp-orienta-empresa>>. Acesso em: 4 de setembro de 2020.

potencial proporcionado através das “imagens” produzidas pelos atores desses novos mecanismos *cibernéticos*.

É possível percebermos em cenário de grave crise econômica e política, um aumento da polarização social, que foi extremamente favorável para a emergência de lideranças políticas de extrema direita, na medida em que “as polarizações têm o poder de matar a democracia, gerar uma retórica da divisão e eleger apenas demagogos que não representam os desejos de justiça, segurança, ética, igualdade, os quais, suponho, são de todos nós” (SCHWARCZ, 2019, p. 235). Na visão da historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz,

a saída para a crise que experimentamos, desde 2013, só pode vir de um pacto constitucional amplo e democrático, firmado com os múltiplos setores da sociedade, por meio da progressiva implementação de direitos num país tão desigual como o nosso, e do fortalecimento institucional (SCHWARCZ, 2019, p. 235).

É essencial tecer uma costura desses expressivos momentos políticos do país, que se dá, primordialmente, pelo golpe-*impeachment* de Dilma Roussef (aquela que fora reeleita com 54 milhões de votos em 2014 e a primeira mulher a presidir o país), em um processo de base jurídica frágil e questionado por ampla parcela da sociedade. O processo foi instigado por uma (já polarizada) manifestação de 2013, seguida da midiática prisão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorrida no dia 7 de abril de 2018, após expedição do mandado pelo *midiativo* juiz Sérgio Moro. Tal cerceamento de liberdade é decorrente da também *midiativa* “Operação Lava Jato” que, “com o apoio ativo do imperialismo norte-americano, tiveram por objetivo enfraquecer as forças de esquerda que governaram o país nos últimos treze anos – e conseguiram” (SANTOS, 2018, p. 50).

Todo o enredo político brasileiro deixou frestas abertas e “leveu juízes a se transformarem em heróis nacionais quando combateram a corrupção vigente no país; mas, igualmente, quando usaram de seu poder de forma muitas vezes subjetiva e ao sabor dos afetos políticos” (SCHWARCZ, 2019, p. 233).

Com certeza, os protestos de 2013 e a crise política que se agravou com o *impeachment* da presidente Dilma, bem como os escân-



dalos do Mensalão e da Lava Jato, impactaram negativamente a imagem dos políticos, de uma forma geral, e foram responsáveis por um ambiente generalizado de desconfiança. Não obstante, em países de tradição autoritária, a crise é capaz de fazer reviver e de renovar histórias de mais longo curso, de desrespeito às leis, descrença nas instituições e que sinalizam saídas dogmáticas e que se apresentam como as ‘salvadoras da pátria’. Nessas horas, sofrem as Constituições (SCHWARCZ, 2019, p. 232)

Foi no tom de aversão à corrupção que tal palavra se banalizou nos noticiários em 2013 (como se alguém fosse “a favor” dela). Foi da insistência antiga no combate à insegurança das ruas e ao crime organizado – protagonista no horário nobre dos jornais brasileiros, críticas à desorganização dos Poderes (instigado por poderes privados e seus interesses mercadológicos) -- à aversão aos intelectuais, à imprensa, aos novos atores políticos; enfim, a uma mistura plural de tendências e percepções que, naquele momento, eclodiu o *boom* nas ruas em 2013: “Seria bom se desenvolvessemos outras aversões: aos racismos, aos feminicídios, aos crimes de gênero, ou à ditadura militar, que suprimiu os direitos dos brasileiros” (SCHWARCZ, 2019, p. 216).

A partir das redes sociais, com eventos organizados pela plataforma Facebook e atualizações, em tempo real, através do Twitter ou em mídias alternativas que surgiram na época, como o “Mídia Ninja”<sup>24</sup>, que o protesto que ficou conhecido como “Jornadas de Junho” ou “Manifestações dos 20 centavos”/“Não é por 20 centavos,

---

<sup>24</sup> A Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) é uma rede descentralizada de mídia, com atuação em mais de 250 cidades do Brasil. Sua abordagem ficou conhecida pela ativa militância sociopolítica, sendo uma alternativa à imprensa tradicional. É uma rede de comunicação livre que busca novas formas de produção e distribuição de informação a partir da tecnologia e de uma lógica colaborativa de trabalho. A Mídia Ninja foi fundada em 2013 e ganhou notoriedade durante as manifestações de junho, que reuniram milhões nas ruas do Brasil. À ocasião, realizou coberturas ao vivo de dentro dos protestos, com múltiplos pontos de vista invisíveis na mídia tradicional. Em 2016 foi uma das principais iniciativas de resistência na luta pelo fortalecimento da democracia em meio à instabilidade política. Hoje a rede engaja mais de 2 milhões de apoiadores e cerca de 500 pessoas diretamente envolvidas com o suporte de casas coletivas pelo Brasil. Em 2013, ganhou o Shorty Awards for our Social Media Profile. Disponível em: < <https://midianinja.org/quem-somos/>>. Acesso em: 28 de agosto de 2020.

é por direitos!” que transformou o mês de junho em um “mês que não terminou”, em 2013.

Inicialmente, uma série de manifestações contra o aumento das tarifas do transporte público adquiriu pauta diversa conforme foi ganhando corpo, e revelou mecanismos invisíveis (e outros não tão invisíveis assim), além da insatisfação com a classe política que não arrefeceria – pelo contrário, evoluiria até se tornar personagem central das eleições presidenciais de 2018. Uma das consequências mais visíveis dos protestos foi a drástica e imediata redução na aprovação do governo da então presidente Dilma Rousseff (PT). Segundo o Datafolha, Dilma passou de 65% de aprovação em março para 30% no final de junho de 2013<sup>25</sup>.

Para a socióloga Ângela Afonso, professora da Universidade de São Paulo (USP) e atual presidente do Centro Brasileiro de Pesquisa e Planejamento (Cebrap):

Desde a chamada ‘Batalha de Seattle’, em 1999, temos as chamadas mobilizações globais. Ali se estabeleceu um novo estilo de protesto que vem sendo usado em vários países desde então. Ele é mais midiático, recorre a recursos artísticos, tem pautas genéricas sem uma demanda única mais clara, usa diferentes estratégias de ação e é formado por diferentes grupos. O que aconteceu em Seattle se tornou famoso por causa dos confrontos entre parte dos manifestantes que usou a tática *black bloc* e as autoridades. Mas o importante é que ali estavam em uso várias táticas diferentes, várias causas diferentes e que adquiriram visibilidade por causa de um grande evento internacional (a reunião da Organização Mundial do Comércio) em curso paralelamente. Ao longo de uma década e meia, muitas manifestações seguiram essa linha pelo mundo e foram umas impulsionando as outras. Elas foram sendo agendadas por ativistas que combinavam estratégias, localizações e táticas, como a de ocupar um espaço físico, por exemplo. Foram os casos do 15-M, em Madri, ocupando a Plaza Puerta del Sol, e do Ocuppy, em Nova York, no Zuccotti Park. Algumas estratégias vão sendo testadas e repetidas em outros lugares (AFONSO, 2018)<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em 28 de agosto de 2019.

<sup>26</sup> Ângela Afonso, “Junho de 2013 é um mês que não terminou’, diz socióloga”,

Nessas novas narrativas inseridas pelo “Junho de 2013”, foram percebidas solidificações nas simbologias das cores nas manifestações: o preto, com uma estética de estilo *punk* que, de início, pertencia à tática *black bloc*<sup>27</sup>. Em seguida, os grupos mais preocupados com as esferas sociais e políticas misturavam-se em várias cores até recorrerem à tradição do “vermelho” enquanto bandeira [que associaram mais tarde à causa comunista, assim como as cores do Partido dos Trabalhadores (PT)]. Ao mesmo tempo, uma massa emergiu com uma simbologia nacional-patriota no “verde-amarelismo” que, em um primeiro momento, não se sabia ao certo quem eram, quais as suas pautas e ideologias. As motivações se misturavam – “assim se dissemina a figura do cobrador (como na obra de Rubem Fonseca de 1979), daquele que não tem muitas responsabilidades, porém demanda direitos” (SCHWARCZ, 2019, p. 217).

Diante daquelas muitas bandeiras, nas ruas em 2013, além dos movimentos organizados, estavam presentes também muitos outros sujeitos que não pertenciam a nenhuma organização política. O que agregou, a praticamente todos, foi a agenda “anticorrupção”, sendo o golpe institucional de 2016, aquele atravanque antidemocrático, a “solução para a crise da corrupção do Brasil”, especialmente para os “verde-amarelistas” e seus espectros públicos. Essa manobra que se iniciou em 2013, passou por 2016, fermentando-se em 2018, e aterrissa ainda mais densa, em 2020.

Depois, quando a campanha anti-PT e anti-Dilma já estava avançada, o campo socialista voltou em defesa ao governo. Uma

---

*BBC Brasil*, 3 junho 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

<sup>27</sup> Apesar de amplamente divulgado pelas grandes mídias o entendimento de *black bloc* como uma organização internacional unificada, essa “tática” foi amplamente utilizada por várias pessoas que inclusive, por vezes, não mantinham muitas conexões entre si, ou possuíam demandas distintas. Todavia, esses grupos geralmente são formados por integrantes com ideologias anarquistas, anticapitalistas e movimentos afins, que se reúnem para determinada ação de protesto. Por mais que em um primeiro momento essa “comunidade” detivesse uma identidade própria nas manifestações brasileiras de 2013, no fim das contas muitas pessoas colocavam um lenço no rosto e identificavam-se como *black bloc*, e alguns não faziam ideia do que significava essa denominação. E como uma tática, qualquer um que estivesse na rua poderia afirmar “hoje eu vou fazer isso também”; por isso preferimos denominar aqui o ocorrido como uma *tática* e não como uma estratégia unificada.

defesa tibia, em que pesava mais a defesa de uma agenda que da pessoa da presidente. A esquerda demorou muito para se articular na defesa do governo e, quando o fez, reuniu menos gente do que o campo oposto. Isso vai em um crescente até o *impeachment* da Dilma, depois disso, todas as manifestações esvaziaram (AFONSO, 2018)<sup>28</sup>.

A Jornada de Junho, em 2013, já anunciava, ainda naquele contexto, dois lados de uma avenida que jamais convergiram. Desde o midiático *impeachment* de Dilma e da prisão-midiática do ex-presidente Lula é muito difícil encontrar grupos com diferentes perspectivas, tendências, ideologias e preferências, juntos, num mesmo espaço de rua. As polarizações que outrora conviviam nas subjetividades, hoje acenam para um cenário ainda mais agressivo, em uma eclosão de ressentimentos que desagua numa política deliberada de ódios e uma intolerância extremada.

As manifestações que invadiram as avenidas em 2013 possuíam lados diversos, e agregavam setores e os mais variados reclames da sociedade. A diferença, nesse sentido, não seria o problema – pelo contrário, faz parte do jogo –, mas a intolerância, sim. Desde então, alcançou a superfície um movimento autoritário, frio, cinza e desbotado que sempre existiu, mas camuflava-se em alguns momentos. E a partir de então, veste uma camisa “verde e amarela” da seleção brasileira, distribui intransigências, sem freios na falta de respeito às diferenças, raças, crenças, orientações sexuais e opiniões políticas.

## O flerte entre a ciberpolítica e o neototalitarismo

Temos como exemplo no Brasil o delineamento de governo do atual presidente brasileiro. Aciona apoiadores que operam como massas semiuniformes, tal como máquinas na difusão de postagens, e não como uma classe ou grupo de interesses bem determinados.

---

<sup>28</sup> Nessa entrevista citada, fornecida à BBC, em 2018, a socióloga Ângela Afonso ditava um cenário que ainda rabiscava as movimentações eleitoreiras, e a candidatura de Jair Bolsonaro não era levada tão a sério enquanto uma possibilidade real de governo. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.

Dizemos massas no sentido dado por Hannah Arendt (1989) durante os anos de 1930 na Alemanha:

[...] como aquelas instiladas por clichês morais e notícias falsas, autodeclaradas homogêneas e combatendo inimigos comuns, e, sobretudo, incapazes de pensamento, dada sua tendência incontável a reagir, superficial e coletivamente, frente a qualquer estímulo que lhes pareça contrário às suas certezas fúteis (FELTRAN, 2020).

Esses indivíduos, em sua maioria jovens recém-chegados ao debate político, começaram a receber (e enviar para outros) milhares de mensagens em seus celulares, através de suas redes sociais ativas em tempo (quase) real, contendo praticamente uma única ideia, dita de muitas maneiras, formas, imagens, *memes*<sup>29</sup> e notícias, muitas delas de origem falsa ou desconhecida:

‘O nosso mundo está se degenerando em corrupção e violência por causa da esquerda, mas nós, unidos, cidadãos de bem, podemos vencê-los’. ‘Vamos retomar esse Brasil para Cristo, para Deus, colocar ordem nessa terra e salvar a nossa pátria. Unidos’. Milhões e milhões de trabalhadores manuais, donas de casa e informais, aposentados e até profissionais liberais que nunca haviam se interessado por política, foram assim convidados para compor um movimento moral, virtuoso, de *limpeza* do país. Frações das elites proprietárias, pouco educadas e pouco alfabetizadas politicamente, também se juntaram a eles conforme crescia a publicidade de seus discursos. Famílias e grupos de amigos antigos se cindiram, porque a política passou a ser assunto, literalmente, do conjunto da população (FELTRAN, 2020).

---

<sup>29</sup> “É provável que o primeiro *meme* tenha sido criado, em 1998, por Joshua Schachter, de 24 anos, no serviço Memepool. Nele, os usuários postavam na Internet *links* interessantes. No evento Contagious Media, em 2000, a palavra *meme* foi utilizada pela primeira vez. O objetivo foi traduzir em uma expressão uma mensagem que rapidamente é difundida e ganha novas versões de acordo com o contexto. Depois disso, a palavra *meme* caiu no gosto das pessoas. Outra explicação possível, destacada pelo escritor Richard Dawkins no livro *O gene egoísta*, de 1976, se refere a ‘uma unidade de evolução cultural’, que espalha a mensagem de uma pessoa para outra. A partir disso, podemos interpretar que toda a informação com aspecto cultural propagado entre indivíduos é considerado um *meme*”. Disponível em: <<https://www.techtudo.com.br/artigos/noticia/2012/04/o-que-e-meme.html>>. Acesso em: 7 set. 2018.

Assim se fez Jair Bolsonaro. Ou ainda, os *memes* elegeram o presidente (atualmente, sem partido) e, foi dessa maneira que *ele*<sup>30</sup> mobiliza politicamente sua base eleitoral. Inclusive, enquanto o país demandava ações coletivas orquestradas, atuou de modo contrário aos esforços de contenção da violenta pandemia global de COVID-19<sup>31</sup>, no presente ano de 2020, que matou milhares de pessoas em todo o mundo (e continua matando).

Percepções de cuidados de si e do outro são, por lógica, fundamentais ao combate do vírus, ainda que poucas sejam as certezas de uma doença como essa. Porém, não é o que foi visto no governo Bolsonaro. Em um momento que se fez necessária uma postura drástica e coesa do chefe do Executivo brasileiro, este foi incapaz de lidar com a complexa situação sanitária e econômica provocada pela Covid-19, intitulando a pandemia, inclusive, como uma “gripezinha”, e que não seria contaminado pela doença devido ao “seu histórico de atleta”<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> Quando falamos d“*ele*”, se intenciona mencionar toda sua equipe e seu plano de governo.

<sup>31</sup> A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou, em 30 de janeiro de 2020, que o surto pandêmico causado pelo COVID-19 [do inglês Coronavirus Disease 2019, doença infecciosa causada pelo coronavírus, mesmo vírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2)] constitui uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. Foram confirmados no mundo 15.012.731 casos de COVID-19 (247.225 novos em relação ao dia anterior) e 619.150 mortes (7.097 novas em relação ao dia anterior) – dados atualizados até o dia 23 de julho de 2020. Dados extraídos através do site da OPAS Brasil (Organização Pan-Americana da Saúde), em parceria com a OMS. Disponível em: <[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875)>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

<sup>32</sup> O presidente Jair Bolsonaro, na noite do dia 24 de março de 2020, em um dos momentos mais tensos do surto virótico global, que exigia uma postura séria e drástica a ser tomada em relação ao isolamento social e outras providências sanitárias a serem tomadas, declarou que a rotina no país deveria retornar à normalidade e que a imprensa brasileira espalhou o pânico em torno do Coronavírus. Em pronunciamento em rádio e televisão, Bolsonaro também criticou governadores por determinarem quarentena, com fechamento de comércio e fronteiras, e questionou o motivo pelo qual escolas foram fechadas: “No meu caso particular, pele meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria, quando muito, acometido de uma gripezinha, ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico daquela conhecida televisão. Algumas

É discurso corrente na sociedade brasileira, principalmente pela esquerda, a utilização do termo “fascista” ou “neofascista” para descrever criticamente o nosso presente, até porque estamos acostumados a identificar como tal a presença de um líder de massas autocrata. É verdade que, hoje, embora os governantes não se alcem à figura do autocrata, “operam com um dos instrumentos característicos do líder fascista, qual seja, a relação direta com ‘o povo’, sem mediações institucionais e mesmo contra elas” (CHAUÍ, 2019). Outros elementos “fascistas” também podem ser percebidos como o discurso de ódio ao outro e o extenso rol de intolerâncias como racismo, homofobia, transfobia, lesbofobia, misoginia, dentre diversas outras práticas de vigilância, controle e censura, além do cinismo típico ou a atuação que insiste na recusa da distinção entre verdade e mentira, como forma institucionalizada de governar. Há uma tradição autoritária, uma cultura que coloca o indivíduo em uma posição de fascista em potencial.

Esse ‘fascismo potencial’, aliás detectado e analisado na pesquisa conduzida por Theodor W. Adorno e retratada em seus estudos sobre a personalidade autoritária, que está presente no psiquismo de cada indivíduo, faz com que práticas fascistas sejam facilmente naturalizadas. O fascismo, porém, não necessita de racionalizações, uma vez que se refere a dados intuitivos e imediatos, que não dependem de reflexão (ao contrário, o fascismo se alimenta de dados que não suportam qualquer juízo crítico), e, portanto, aptos a serem incorporados por todos e, com mais facilidade, pelos mais ignorantes. Fascismo, aliás, é uma palavra que precisa ser bem compreendida. Ela se origina de *fascio* (do latim *fascis*), símbolo da autoridade dos antigos magistrados romanos, que utilizavam feixes de varas com o objetivo de abrir espaços para que passassem (exercício de poder sobre o corpo do indivíduo que atrapalhava o caminho). Em sua origem, por-

---

poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércio e o confinamento em massa”. Durante os pouco mais de cinco minutos de fala do presidente, vários painéis contra ele foram realizados em cidades brasileiras. Vídeo do pronunciamento disponível na íntegra em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/24/leia-o-pronunciamento-do-presidente-jair-bolsonaro-na-integra.htm>>. Acesso em: 24 de julho de 2020. No entanto, em julho de 2020, Bolsonaro afirmou ter contraído o novo coronavírus.

tanto, os feixes eram instrumentos a serviço da autoridade e, por essa razão, passaram a ser utilizados como símbolos do poder do Estado. Não por acaso, durante o regime fascista italiano (Fascismo Clássico) essa insígnia foi recuperada com o objetivo de simbolizar a força em torno do Estado. O fascismo recebeu seu nome na Itália, mas Mussolini não estava sozinho. Diversos movimentos semelhantes surgiram no pós-guerra com a mesma receita que unia voluntarismo, pouca reflexão e violência contra seus inimigos. [...] Hoje, os neofascistas se contentam em disseminar o ódio contra o que existe para conquistar o poder e/ou impor suas concepções de mundo, sem maiores preocupações com a formulação de um projeto alternativo (por vezes, apostam em projetos reacionários de retorno a um passado *mítico marcado por desejos de 'ordem' e 'pureza'*, na verdade, uma representação que funciona como 'fantasia', capaz de dar conta e suporte ao desejo fascista) (TIBURI, 2015, p. 11-12).

Nesse sentido, concordamos com Marilena Chauí (2019) quando propõe o não emprego do termo “fascismo” para o atual modelo de governo. A autora prefere associar ao *neoliberalismo* o termo (*novo*) *totalitarismo*. Ao utilizarmos o termo fascista corremos o risco de projetarmos a ambição da imagem de uma sociedade homogênea, e, portanto, ativarmos a recusa da heterogeneidade social, da existência de classes sociais, da pluralidade de modos de vida, de comportamentos, de crenças e opiniões, costumes, gostos e valores. Segundo Chauí, o governo atual seria um “novo” modelo totalitário, porque em lugar da forma do Estado absorver a sociedade, como acontecia nas formas totalitárias anteriores, vemos ocorrer o contrário, isto é, a forma da sociedade absorve o Estado, ou seja:

Nos totalitarismos anteriores, o Estado era o espelho e o modelo da sociedade, isto é, instituía a estatização da sociedade; o totalitarismo neoliberal faz o inverso: a sociedade se torna o espelho para o Estado, definindo todas as esferas sociais e políticas não apenas como organizações, mas, tendo como referência central o mercado, como um tipo determinado de organização: *a empresa* – a escola é uma empresa, o hospital é uma empresa, o centro cultural é uma empresa, uma igreja é uma empresa e, evidentemente, o Estado é uma empresa. Deixando de ser considerada uma instituição pública regida pelos princípios e valores



republicano-democráticos, passa a ser considerado homogêneo ao mercado. (CHAUÍ, 2019).

Além do mais, os atuais projetos de governo mundiais detêm práticas que ultrapassam o sentido do fascismo.

[...] Tem um cunho militarista que apesar das ameaças de Trump à Venezuela ou ao Irã, as ações de Nathanayu sobre a faixa de Gaza, ou a exibição da valentia do homem armado pelo governo Bolsonaro e suas ligações com as milícias de extermínio, não podem ser identificados com a ideia fascista do povo armado; [...] porque o fascismo propõe um nacionalismo extremado, porém a globalização, ao enfraquecer a ideia do Estado-nação como enclave territorial do capital, retira do nacionalismo o lugar de centro mobilizador da política e da sociedade; (c) porque o fascismo pratica o imperialismo sob a forma do colonialismo, mas a economia neoliberal dispensa esse procedimento usando a estratégia de ocupação militar de um espaço delimitado por um tempo delimitado para devastação econômica desse território, que é abandonado depois de completada a espoliação (CHAUÍ, 2019).

E como consequência, esse novo totalitarismo põe fim à social-democracia, principalmente através da privatização dos direitos sociais, do aumento da desigualdade, da exclusão social ao definir a política como *gestão* e não mais como pautas a serem discutidas e decididas no espaço público democrático. Esses “novos gestores” criaram a imagem de que são os representantes do verdadeiro povo, da maioria silenciosa com a qual se relacionam ininterruptamente e diretamente por meio do Twitter, e de suas redes sociais em geral – isto é, por meio do *digital party*, governando, ou melhor, atuando em sua gestão sem uma mediação institucional. Questionam a validade dos parlamentos políticos e das instituições jurídicas, ao promover, inclusive, manifestações contra essas instituições.

Além disso, esses atuais “gestores públicos” trabalham por meio da judicialização da política, pois, em uma relação empresarial, os conflitos são dissolvidos pela via jurídica e não pela via política propriamente dita. Desse modo, “sendo o Estado uma empresa, os conflitos não são tratados como questão pública e, sim, como

questão jurídica, no melhor dos casos, e como questão de polícia, no pior dos casos” (CHAUI, 2019).

## Considerações finais

O viés “*auditoresco*” percebido nos discursos de programas televisivos tradicionais, sobressaem também em nosso atual *cibercenário*, com a presença de personagens políticos como trampolins (ou escoregadores) políticos na corrida eleitoral. Os atuais candidatos à política trazem consigo uma espécie de “estesia grotesca” (SODRÉ; PAIVA, 2002), exibidos aos montes na programação dos grandes conglomerados de mídia *hiperconectados*. Consideramos “estesia” o estado de mobilização sensorial ao qual nosso corpo é submetido aos estímulos, mesmo que essa percepção de sentidos não seja visível ou óbvia, que, somada ao grotesco, provoca sensações como o espanto ou o riso, senão o horror, ora o nojo. Para Muniz Sodré e Raquel Paiva (2002), o grotesco é uma desproporção risível, que funciona por catástrofe, seria a mutação brusca, ou a quebra insólita de uma forma canônica, de uma deformação inesperada. Sodré e Paiva expressam muito bem essa categoria no livro *O império do grotesco* (2002), através de símbolos e reflexões grotescas:

Em 99, a emergente Vera Loyola comemorou o aniversário de ‘Pepezinha’, sua cadela de estimação, com uma festa ricamente decorada, a que compareceram dezenas de cachorros. Eram saudados por humanos, que tentavam latir parabéns-pra-você. O decorador da festa lamentou-se à imprensa por ter ‘pisado em cocô’. Vera terminou ganhando um programa de tevê. Desde meados da década de 90, as aberrações recrudesceram na televisão brasileira. No ‘Domingão do Faustão’, atores da Rede Globo saboreavam comida japonesa servida sobre o corpo de uma modelo nua; o ‘Programa do Ratinho’ notabilizou-se por brigas de família e palavões, pontuados pelo enorme cassetete brandido pelo apresentador. Orientam-se por esta linha as atrações de programas como ‘Leão’, Gugu Liberato [e sua banheira] etc. (SODRÉ; PAIVA, 2002, p. 13).

Os exemplos fornecidos pelos autores são vários, mas o que mencionamos é simbolicamente suficiente para procurarmos en-

tender o que há de comum nessa heterogeneidade das situações descritas, e a resposta imediata é o grotesco, que também pode ser percebido em narrativas bolsonaristas, desde o início de sua campanha eleitoral, destacando-se em 2018, com os seus absurdos sendo ainda mais explicitados, que serviram de curva exponencial em sua ascensão política.

Eleito, a postura do presidente é apoiada por uma massa de apoiadores fiéis, que executam muito bem a sua função de “guardiões” e ao mesmo tempo “fãs”, onde *retuítam* suas postagens, comentam favoravelmente os seus atos, riem dos gestos mais absurdos, suavizam suas atitudes errôneas, o protegem em investigações processuais, e agridem a todos que tecem críticas a Jair Bolsonaro, com xingamentos e campanhas nas redes sociais.

Não são apenas as paródias no sentido estrito do termo, mas também todas as outras formas do realismo grotesco que rebaixam, aproximam da terra e corporificam. Essa é a qualidade essencial desse realismo, que o separa das demais formas ‘nobres’ da literatura e da arte medieval. O riso popular que organiza todas as formas do realismo grotesco, foi sempre ligado ao baixo material e corporal. O riso degrada e materializa (BAKHTIN, 2010, p. 18)

Bolsonaro é a mostra de uma realidade, uma tradução política de um movimento social engendrado por uma massa que estava sedenta, há muito tempo, por torcer para qualquer liderança que correspondesse as suas expectativas de uma imagem “nova”, que pudesse punir as forças políticas progressistas e voltar suas bandeiras para líderes e movimentos cada vez mais extremistas de direita, com discursos de ódio, violentos e de medo, na medida em que tratar a política no jogo democrático salutar parece não ser tão atraente para as atuais redes sociais. Conforme Muniz Sodré (2002), Nietzsche afirmou que a preferência pelos acontecimentos terríveis é um sintoma de força (da alma); no entanto, é um ponto de vista discutível:

Não falta quem lhe contraponha o argumento de que o amante dos afetos trágicos e sádicos, ou mesmo dos espetáculos truculentos e excrementícios – essa subversão do ‘bom gosto’ que os estetas italianos chamam de *disgusto* [grifo do autor] – é o espelho de um

espírito fraco e sublimador de suas frustrações libidinais. Pode-se, entretanto, rir do terrível ou das desproporções escandalosas das formas, transformando-os em veículos de irrisão e de provocação aos cânones do esteticamente correto. Esta possibilidade tem garantido a permanência do grotesco na História, assim como sua recorrência na vida, nas artes e na mídia contemporâneas (SODRÉ, 2002, p. 9).

A ala brasileira de viés democrático, progressista e garantidora de direitos e garantias fundamentais necessita reaver a camisa “verde-amarela”, sob pena de, em 2022, não nos sentirmos à vontade de vesti-la nunca mais. Dessa forma, acreditamos que a “esquerda” brasileira precisa, necessariamente, articular-se entre si e ocupar as redes de forma mais propositiva, horizontal e articulada, para formar um ecossistema mais inclusivo. Os campos mais “tradicionais” dessa antiga esquerda necessitam se abrir, fomentar alianças amplas da mesma forma que suas linhas progressistas de debate. Importa entender como funcionaram algumas práticas dessa direita – “velha com roupagens novas” –, em especial no campo *cibersocial*, e fornecer um projeto de governo que não se detenha apenas no academismo e alcance lugares, atravesse pontes, para que ocupe o lugar da desinformação e dos discursos de medo e ódio enraizados pela extrema direita.

## Referências:

- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. 7. ed. Tradução de Yara Frayeschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: a obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*. Obras escolhidas. Porto Alegre: L&PM, 2017.
- CALDEIRA, J. M. *A praça brasileira: trajetória de um espaço urbano-origem e modernidade*. Tese. Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2007.
- COIMBRA, Cecília. *Operação Rio: o mito das classes perigosas. Um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discursos de segurança pública*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertextos, 2001.

- DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.
- LÉVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Ed. 34, 1999.
- REGATTIERI, Lorena Lucas. Perfis Ciborgues: humanos-robôs e robôs-humanos nos ecossistemas de informação online. In: VII ReAC – Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia, 2019, Florianópolis – SC. *Anais da VII Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia*, 2019, v. 4, n. 4, 2019.
- RIBEIRO, Wanisy Roncone. *Balanço geral: o espetáculo, o jornalismo-chanchada e o discurso de violência: análises narrativas do programa Balanço Geral (RJ) / Wanisy Roncone Ribeiro*. Niterói, 2017. 99 f. Dissertação (mestrado em Sociologia e Direito), Programa de Pós-graduação em Sociologia e Direito, Universidade Federal Fluminense (UFF), 2017.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Esquerda do mundo, uni-vos!* São Paulo: Boitempo, 2018.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SIMMEL, Georg. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Mana*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, out. 2005. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132005000200010&script=sci_arttext)>. Acesso em: 5 ago. 2014.
- SINGER, Ben. Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. (Org.) *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- SODRÉ, Muniz; PAIVA, Raquel. *O império do grotesco*. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.
- SOUZA, Jesse; ÖELZE, Berthold (Orgs.) *Simmel e a modernidade*. 2. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005.
- TIBURI, Marcia. *Como conversar com um fascista*. Rio de Janeiro: Record, 2015.
- VICENTE, Laila Maria Domith. Constelações vadias: enlaces entre produções de subjetividade e performatividades de gênero. 2015. 182 f. Tese (Doutorado), Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de Psicologia, 2015.

## Endereços eletrônicos

- Ângela Afonso. “Junho de 2013 é um mês que não terminou”, diz socióloga”, *BBC Brasil*, 3 jun. 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44310600>>. Acesso em: 28 de agosto de 2019.
- CHAUÍ, Marilena. O que é a nova “ultradireita”? *Outrasmídias*, 3 set. 2020. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/outrasmidias/marilena-chaui-o-que-e-a-nova-ultradireita/>>. Acesso em: 3 de set. 2020.
- FELTRAN, Gabriel. Formas elementares da vida política: sobre o movimento

totalitário no Brasil (2013-). *Novos Estudos CEBRAP*. Disponível em: <<http://novosestudios.uol.com.br/formas-elementares-da-vida-politica-sobre-o-movimento-totalitario-no-brasil-2013/>>. Acesso em: 24 de julho de 2020.

MARCHIONI, Rubens. Até a banalidade do gesto é um ato político. *Blog da Editora Contexto*, 2019. Disponível em: <<http://blog.editoracontexto.com.br/ate-a-banalidade-do-gesto-e-um-ato-politico-rubens-marchioni/>>. Acesso em: 3 de julho de 2020.

## Filmes

*EDIFÍCIO MASTER*. Direção: Eduardo Coutinho. Produção: João Moreira Salles e Mauricio Andrade Ramos. Roteiro: Eduardo Coutinho. Elenco: moradores do edifício Master. Brasil: Videofilmes; 2002. 1 filme (110 min).

*HER*. Direção: Spike Jonze. Produção: Megan Ellison, Spike Jonze e Vincent Landay. Roteiro: Spike Jonze. Intérpretes: Joaquin Phoenix, Amy Adams, Rooney Mara, Olivia Wilder, Scarlett Johansson e outros. Estados Unidos: Annapurna Pictures; Warner Bros. Pictures; Entertainment Film; 2014. 1 filme (126 min).

*MEDIANERAS*: Buenos Aires na era do amor virtual. Direção: Gustavo Taretto. Produção: Natacha Cervi e Hernán Musaluppi. Roteiro: Gustavo Taretto. Intérpretes: Javier Drolas, Pilar López de Ayala, Inés Efron e outros. Argentina: Eddie Saeta S.A.; Instituto Nacional de Cine y Artes Audiovisuales (INCAA); Pandora Filmproduktion; Rizoma Films; Televisió de Catalunya (TV3) e Zarlek Producciones; 2011. 1 filme (95 min).

*TEMPOS MODERNOS*. Direção: Charles Chaplin. Produção: Patrícia Santans. Roteiro: Charles Chaplin. Intérpretes: Charles Chaplin, Paulette Goddard, Henry Bergman, Stanley Sandford, Chester Conklin e outros. Estados Unidos: Charles Chaplin Productions; 1936. 1 filme (87 min).

# “Na favela a gente manda áudio”: uma análise sobre o Coletivo Papo Reto em rede

*Fabiola de Cássia Freitas Neves*

Nos estudos urbanos do século XXI um elemento importante surgiu de modo avassalador: as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's). O avanço do rádio, da TV e da Internet alterou percepções de categorias clássicas como Tempo e Espaço (SANTOS, 1991), já que nos tornamos capazes de assistir em tempo real acontecimentos em outros continentes, por exemplo. E ainda que a esperançosa ideia de um mundo com menos fronteiras não tenha se concretizado, as TIC's possibilitaram uma reorganização social que pode ser considerada como Sociedade em Rede (CASTELLS, 2000), uma sociedade na qual as conexões entre os indivíduos foram potencializadas à medida que os limites espaciais se expandiram.

É neste contexto que as cidades e todas as vivências nela experienciadas passam a ser lidas sob outros olhares. Em sua dimensão política e social, a cidade pode ser encarada como Ciberpólis (EGLER, 2007) já que a inovação tecnológica penetra nas mais distintas relações humanas; em seu aspecto espacial, ganha adjetivos comumente associados à humanos e possuir a nomenclatura *Smart* (EREMIA, 2017) parece ser o objeto de desejo de muitos governantes ao redor do mundo. Assim, a vida na cidade passa a ter uma mediação tecnológica informal e o objetivo do presente artigo é analisar como a conjuntura descrita acima influencia as práticas de movimentos sociais urbanos contemporâneos (CASTELLS, 2013).

Aqui questionamos como a Internet e as redes sociais tornaram-se elementos técnicos imprescindíveis para a construção de

ações coletivas em territórios periféricos da cidade do Rio de Janeiro e consequente questionamento de políticas públicas. Para tal, temos como objeto de investigação o Papo Reto, um coletivo midiático composto por moradores do Complexo do Alemão, Rio de Janeiro/Brasil.

Os resultados aqui apresentados são produto da minha dissertação de Mestrado intitulada “48 Mil Curtidas: o Coletivo Papo Reto em Rede”<sup>1</sup>. A metodologia usada para a pesquisa contou com um extenso trabalho de campo e uma cuidadosa análise das páginas do Papo Reto nas mídias sociais Facebook, Instagram, Youtube, Twitter e Whatsapp. Em cada mídia social identificamos atores sociais distintos além de haver uma grande variação das temáticas das publicações, motivo pelo qual utilizamos o conceito de Rede (EGLER, 2014) para estudar o Papo Reto à medida que eles conectam atores distintos, variando os lugares e as ações. Aqui focaremos em uma parte da Rede do coletivo expressa pelos integrantes que compõe os grupos criados por eles no Whatsapp e as ações que dali recorrem.

O caminho proposto será iniciado com uma exposição acerca do que é o Papo Reto para, logo em seguida, apontar uma de suas características principais que é a organização em Rede. Todavia, tanto no que diz respeito à organização interna quanto no tocante à comunicação com os moradores do Complexo do Alemão, o Papo Reto utiliza a mídia social Whatsapp como principal ferramenta, e aqui faremos uma análise sobre o modo como eles organizam e fazem uso de grupos dentro desta. Por último, veremos os produtos dessa ação coletiva expressa em movimentações e campanhas que questionam a política pública de segurança do governo do estado e do município do Rio de Janeiro.

Dessa forma, pretendemos ser capazes de apontar correlações entre o território do Complexo do Alemão e as estratégias de organização *online* do Papo Reto, a partir da hipótese de que a ação coletiva assume moldes de um movimento social, se esquia da vigilância direta do poder público por usar *chats online* privados e prioriza temáticas que dizem respeito à violência urbana.

---

<sup>1</sup> Dissertação defendida em maio de 2019 no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro para obter o título de mestre em Planejamento Urbano e Regional.



## Coletivo papo reto

Movimentos sociais brasileiros que utilizam páginas em redes sociais como braços técnicos de suas atividades têm se popularizado nos últimos anos (MAIA, 2012). Dentre eles está o Papo Reto, “um coletivo de comunicação independente composto por jovens moradores dos Complexos do Alemão e Penha que tem como foco propagar notícias dentro do morro: eventos, protestos, reivindicações” (COLETIVO PAPO RETO, 2018). Após alguns moradores do complexo ficarem desabrigados devido a uma forte tempestade em dezembro de 2013<sup>2</sup>, um grupo de jovens se reuniu para arrecadar donativos para que as famílias desabrigadas pudessem ser assistidas, movimento que ficou conhecido nas redes sociais como Juntos Pelo Alemão. Segundo Raul Santiago<sup>3</sup> (cofundador e integrante do Coletivo Papo Reto), devido ao resultado surpreendente da campanha, ele e mais alguns participantes do movimento se atentaram para a potência que há na comunicação e criaram o Coletivo Papo Reto, que atualmente é formado por Lana Souza, Ananda Trajano, Renata Trajano, Raul Santiago, Carlos Coutinho, Thainã de Medeiros e Bento Fabio.

Desde já se faz necessário ressaltar que o Papo Reto não é um caso isolado, haja vista que os primeiros anos da segunda década do século XXI foram marcados por efervescências políticas e sociais em vários países ao redor do mundo. Em 2010, um vídeo de um jovem vendedor tunisiano ateando fogo em seu próprio corpo como forma de protesto contra a polícia local foi compartilhado na Internet e se tornou uma espécie de estopim para uma série de protestos que se sucederam no país após o ocorrido<sup>4</sup>. Países como Egito, Líbano, Sudão, Iêmen, entre outros, foram palcos de protestos na mesma linha dos na Tunísia, o que se estendeu também à Espanha e aos Estados Unidos, respectivamente, através dos movimentos “Democracia Real Ya” e “Occupy Wall Street” (LOPES, 2017).

---

<sup>2</sup> Disponível em: <<http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2013-12-11/chuva-causa-desabamentos-no-complexo-do-alemao.html>> Acesso em: 23 jan. 2017.

<sup>3</sup> Entrevista concedida a Fabíola de Cássia Freitas Neves. Niterói, 28 jan. 2016.

<sup>4</sup> Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217\\_bouazizi\\_primavera\\_arabe\\_bg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2011/12/111217_bouazizi_primavera_arabe_bg)> Acesso em: 17 maio 2018.

Assim, sabendo que todos os movimentos acima citados fizeram uso de algum meio digital de comunicação, é preciso ressaltar que Manuel Castells (2005) aponta para um modo singular de organização da sociedade após o advento das TIC's, isto é, uma sociedade em rede na qual os atores sociais estão interconectados entre si e a Internet é um dos elementos-chave para a sustentação da mesma, já que, ao menos em sua jurisprudência, “a conexão é um bem em si [...] Este é o imperativo categórico da cibercultura” (LÉVY, 1999, p. 127). Se, de fato, as tecnologias da informação e a consequente transformação sociocultural oriunda das mesmas lança as bases para a formação de novos tipos de redes sociais que, segundo Júlio Lopes, podem ser “para a modernidade o que as corporações de ofícios foram para a Europa medieval: relações sociais emergentes e embrionárias de uma nova e diversa sociedade” (LOPES, 2017, p. 13), possivelmente os movimentos sociais também sofrerão alterações. O uso de ferramentas de comunicação *online* são cada vez mais recorrentes entre movimentos emergentes.

Como coletivo de comunicação, o Papo Reto possui páginas no Facebook, no Youtube, no Instagram e no Twitter<sup>5</sup>. Através delas estabelece seu trabalho midiático, noticiando informações variadas que vão desde moradores que necessitam de qualquer tipo de auxílio à divulgação de datas como o aniversário da morte do pastor Martin Luther King. Além disto, segundo relatado por Thainã de Medeiros<sup>6</sup> (cofundador do Papo Reto), “comunicar é disputar” e por isso o coletivo frequentemente divulga informações que dizem respeito à presença da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no complexo e denuncia ações que infringem os direitos humanos (MARSHAL, 2002), contrapondo-se a notícias divulgadas pela grande mídia favoráveis à presença da UPP no Alemão. Há também um conflito discursivo (FOUCAULT, 2012), isto é, através da divulgação das ações culturais que acontecem no local, o Papo Reto visa afirmar um discurso no qual os moradores do Alemão sejam citados por outros motivos que não a violência, para que haja um reconhecimento com ética (FRASER, 2007).

<sup>5</sup> Websites de relacionamento onde os indivíduos inscritos partilham informações.

<sup>6</sup> Entrevista concedida a Fabíola de Cássia Freitas Neves. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2016.

## Movimento social em rede

Quando aborda direitos humanos ou quando disputa discursos, o Papo Reto se organiza enquanto movimento social, possuindo “uma dupla e indispensável existência que os articula tanto aos processos de construção do tecido social quanto, simultaneamente, ao campo dos conflitos políticos” (RIBEIRO, 1991, p. 101) que já questiona políticas públicas. Assim como Ana Clara Torres Ribeiro (1991), “compreendemos os movimentos sociais como formas de organização e mobilização inscritas, como elos ativos entre os processos de reprodução social e esfera política” (p. 100, 5§) e, no caso do Papo Reto, tal elo se dá em torno do campo da segurança pública.

Uma das temáticas de maior recorrência nas publicações do coletivo é a violência, tanto no que diz respeito aos crimes cometidos dentro do Alemão quanto ao clima de tensão vivido pelos moradores devido aos perigos oriundos dos confrontos entre traficantes e policiais, o que chamou a atenção de jornais como a BBC Brasil<sup>7</sup>, que se referiu ao Papo Reto como referência internacional na denúncia de abusos policiais. Existir como movimento social nesse contexto, por vezes, é compartilhar informações que contribuam para a garantia da reprodução social na localidade, haja vista que o fenômeno “bala perdida”<sup>8</sup> encontra muitos moradores no curso de suas vidas e, de certa forma, altera a dinâmica da vivência no Alemão. Em última instância, é uma reafirmação do direito a ter direitos (ARENDRT, 1994).

Porém, o coletivo não é somente um movimento social; antes é melhor compreendido quando analisado sob a categoria de movimento social em rede. Assim como Manuel Castells (2000), aqui acreditamos que a virada do milênio passado possui especificidades que trouxeram as bases materiais para o desenvolvimento de novos tipos de relações sociais. Em outras palavras, as TICs, especialmente

<sup>7</sup> Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028\\_coletivo\\_papo\\_reto\\_alemao\\_jp](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151028_coletivo_papo_reto_alemao_jp)> Acesso em: 25 ago. 2018.

<sup>8</sup> No primeiro semestre de 2017, o Estado do Rio de Janeiro registrou 632 pessoas mortas por “balas perdidas”. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/estado-ja-teve-632-vitimas-de-balas-perdidas-em-2017-21558941>> Acesso em: 23 ago. 2018.

a Internet, ampliaram a capacidade de comunicação e associação. Assim, se

as redes são estruturas abertas que evoluem acrescentando ou removendo nós de acordo com as mudanças necessárias dos programas que conseguem atingir os objetivos de performance para a rede, [...] A sociedade em rede, em termos simples, é uma estrutura social baseada em redes operadas por tecnologias de comunicação e informação fundamentadas na microelectrónica e em redes digitais de computadores que geram, processam e distribuem informação a partir de conhecimento acumulado nos nós dessas redes (CASTELLS e CARDOSO, 2005, p. 20).

Além da perspectiva considerada crítica de Manuel Castells (2000), há ainda a abordagem positiva feita por Pierre Levy (1999). Enquanto “o primeiro, que avalia o uso das redes para ampliar os processos de dominação econômica e política; [e] o segundo, que avalia suas potencialidades para o desenvolvimento e emancipação social” (EGLER, 2010, p.212). No entanto, para além dos pontos de vista defendidos por cada um, ambos possuem um objeto de análise amplo, a saber: a sociedade em rede.

Ainda pensando em redes, mas na tentativa de afunilar o olhar, a teoria que Bruno Latour (2012) chama de “Ator-Rede” é de suma importância para que nos atentemos em quem são os integrantes do Papo Reto e quais suas trajetórias, haja vista que a rede do deles também é composta pelas redes de cada um de seus integrantes. Assim, o avanço aqui proposto na tentativa de entender o que faz do Papo Reto um movimento social em rede é o de seguir os processos dos principais atores sociais da rede coletivo (EGLER, 2005), e para seguir esses movimentos Latour (2012) sustenta que é preciso “seguir os atores em seu curso de associações, e não explicar o social como um conjunto de conceitos interligados” (BAUM e GONZALES, 2013, p. 150).

Dessa forma, ao seguir os atores que compõem a rede do coletivo, identificamos que as relações sociais em rede pressupõem uma coesão (EGLER, 2005), um conectivo (MARTELETO, 2007), um elemento compartilhado que seja forte o suficiente para sustentar tal rede. No caso do Papo Reto e, principalmente na sua estru-

turação e ação iniciais, tal elemento é o território do Complexo do Alemão. Frases como “isso aqui é nossa casa”, “aqui é nós por nós”, “nós não somos ong, somos beco” e “nós somos cria”, proferidas por diferentes integrantes do coletivo, apontam todas para o conjunto de favelas onde nasceram ou as relações sociais constituídas tendo esse território como pano de fundo.

O Complexo do Alemão, formado pelo Morro da Baiana, Morro do Alemão, Alvorada, Nova Brasília, Pedra do Sapo, Palmeiras, Fazendinha, Grota, Matinha, Morro dos Mineiros, Reservatório de Ramos, Casinhas, Morro do Adeus e Canitar, é o maior conjunto de favelas da cidade do Rio de Janeiro. Apesar de sua grande extensão territorial, o Alemão ficou conhecido no final de 2010 quando o Exército brasileiro ocupou parte de seu território<sup>9</sup>, como parte do processo de implementação de uma política pública de segurança específica, chamada Unidades de Polícia Pacificadora (LEITE, 2012).

“A proposta é de paz, mas se formos chamados à guerra, vamos responder com a mesma força”<sup>10</sup>, declarou o coronel da Polícia Militar (PM) do Rio de Janeiro ao se referir ao possível confronto com os traficantes de drogas que estivessem no local. Afinal “no dia 26 de novembro de 2010 o jornal *O Globo* anunciava, além de redigir um caderno especial, o dia D do combate ao tráfico em letras garrafais na primeira página: “população aplaude polícia e acompanha operação pela TV em clima de Tropa de Elite 3” (BATISTA, 2011, p. 110) e a prometida paz ou o “final feliz do filme” teria que chegar.

Poucos meses depois, já havia denúncias dos abusos policiais e atrocidades que aconteceram durante a ocupação do complexo (BATISTA, 2011), como foi o caso de Denilson Jorge, agredido por oito militares do Exército. Em entrevista à revista *Carta Capital*<sup>11</sup>, o açougueiro contou:

---

<sup>9</sup> Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101126\\_rio2\\_rc](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2010/11/101126_rio2_rc)> Acesso em: 30 jan. 2019.

<sup>10</sup> Idem.

<sup>11</sup> MARTINS, Rodrigo. Proteção pra quem? Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/protacao-para-quem-3>> Acesso em: 18 jan. 2017.

Estava voltando de uma festa, quando a molecada provocou os militares. Os garotos saíram correndo e eles vieram tirar satisfação comigo, que não tinha nada a ver com a história. Começamos a discutir e um deles jogou *spray* de pimenta no meu rosto. Revidei com um soco e fui espancado por oito, na maior covardia. Minha mulher gritava pedindo para eles pararem. Meus filhos viram tudo da janela de casa. Fiquei no chão, levando chutes nas costas, na cabeça. Perdi até uma unha do pé com uma botinada deles. Depois eles me largaram lá. Só me prenderam no dia seguinte porque eu disse que iria denunciá-los (2011).

Muitas denúncias contra o abuso de agentes das Forças Armadas – como a de Denilson e outras informações sobre a rotina no Complexo do Alemão – são publicadas até hoje em perfis de usuários do Facebook e o Papo Reto desenvolveu uma estratégia de coleta delas de modo semiprivado. O coletivo criou grupos no Whatsapp onde moradores do Alemão compartilham informações sobre os acontecimentos nesse território. É neste *chat online* que Papo Reto coleta, verifica e processa informações que serão publicadas em suas páginas em outras mídias sociais e, para nós, também é neste chat que uma parte importante da Rede do Papo Reto se organiza e age já que é ali que o contato com os moradores do Complexo ocorre.

## *Chats* como braço no território

O Whatsapp é hoje a terceira mídia social mais utilizada no Brasil<sup>12</sup>, e, ainda em janeiro de 2018, 56% dos usuários de mídias sociais estavam cadastrados no aplicativo. Devido a sua magnitude e importância, o Whatsapp, que hoje pertence ao grupo Facebook, já foi alvo de investigações no governo brasileiro e diversas vezes perdeu sua licença de funcionamento no Brasil por se recusar a liberar dados de seus usuários. No entanto, o sucesso do aplicativo persiste e é através dele que uma parte importante da rede do Papo Reto se conecta e interage: “Na favela a gente manda áudio” (MEDEIROS, 2018).

---

<sup>12</sup> Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/04/social-media-use-jumps-in-q1-despite-privacy-fears>> Acesso em: 7 ago. 2018.

Assim o Papo Reto possui três grupos no Whatsapp: o primeiro é composto somente pelos integrantes do coletivo; o segundo, composto por moradores convidados pelos integrantes do Papo Reto por serem considerados como personalidades importantes no Alemão; e o terceiro, e maior, é um grupo de moradores do complexo que tem como critério de aceite o fato de o usuário ter foto no perfil e conhecer alguém que já está no grupo. No entanto, quando falamos sobre a rede do Papo Reto que interage via Whatsapp é importante ressaltar que o Papo Reto não tem um número de celular específico para o qual moradores enviam mensagens, por exemplo. Quem possui números logados no aplicativo são os integrantes do coletivo e é a eles, individualmente, que os moradores se reportam, enviam mensagens ou fazem ligações. Dessa forma, os grupos do Papo Reto são, na realidade, grupos criados por alguns dos integrantes do coletivo, nos quais os outros componentes também se encontram e são administradores dos mesmos.

Antes de iniciar a análise propriamente dita, é necessário ressaltar que o fenômeno de *chats online* na periferia carioca data do início dos anos 2000 com o surgimento das *lanhouses*<sup>13</sup>. Esses estabelecimentos comerciais com vários computadores, onde cada cliente pagava por hora para acessar a Internet, foi o primeiro contato de muito moradores de favelas com o ciberespaço. Raull Santiago<sup>14</sup> relata que as *lanhouses* eram grandes espaços de sociabilidade entre os moradores do complexo, e deles com pessoas que não residiam na localidade.

Um dos *chats* mais populares nesse período era o MSN<sup>15</sup>, plataforma *online* da empresa Microsoft que possibilitava conversas com usuários cadastrados com seus respectivos emails. Mais recentemente, o Facebook popularizou o mercado de *chats* ao criar

---

<sup>13</sup> Para saber mais, ler a tese de doutorado de Pâmela Santos dos Passos, intitulada *Lan House na favela: cultura e práticas sociais em Acari e no Santa Marta*. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/224/1/Passos%2c%20Pamella-Tese-2013.pdf>> Acesso em: 13 mar. 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kht3pLLk-0>> Acesso em: 13 mar. 2019.

<sup>15</sup> O The Microsoft Network (MSN) é uma plataforma de serviços oferecidos pela Microsoft que permite conversas entre seus usuários.

uma extensão de sua plataforma chamada Messenger<sup>16</sup>, na qual é possível conversar individualmente ou em grupos com seus amigos dessa rede social. Foi no Messenger, como citado anteriormente, onde foi criada a conversa sobre comunicação e seus potenciais, que culminou na formação do Coletivo Papo Reto

Ainda que as salas de bate-papo, o MSN e o Messenger fossem populares e cumprissem a função técnica de possibilitar a comunicação entre dois ou mais indivíduos em tempo real, cabe ressaltar que a necessidade de ter computadores era um limitador importante. Em outras palavras, eram poucos os moradores do complexo que tinham computador e Internet em casa devido aos altos custos de ambos, e é somente a partir da popularização dos *smartphones* que boa parte dessas pessoas passam, de fato, a fazer uso de plataformas *online* com maior frequência.

É nesse momento de *boom* dos *smartphones* que surgem vários aplicativos dentre os quais está o Whatsapp, aplicativo em formato *chat*, vinculado a números de telefone celular e disponível para as plataformas Android e IOS. O aplicativo em sua esfera técnica sofreu muitas alterações desde sua criação em 2009 e aqui trabalharemos somente com as funções disponíveis a partir de 2017, quando já era possível criar grupos de conversas com mais de 100 membros.

Como dito anteriormente, o Papo Reto utiliza o Whatsapp para interagir em três diferentes grupos que compõem parte de sua rede. Nesse sentido, faz-se necessário perceber que o modo como os atores da rede estão distribuídos nos grupos se assemelha a uma esfera que contém outras duas esferas (ver Figura 1). Ou seja, os atores presentes no grupo I - Papo Reto - estão presentes em todos os outros grupos; os que compõem o grupo II - “moradores-chave” - estão presentes neste e no grupo III; já os integrantes do grupo III - moradores do complexo - aparecem somente nele (COSTA, 2004). Dessa forma, queremos aqui apontar que é somente a partir da criação do grupo I que todos os outros se originam e que, portanto, o Papo Reto é o centro propulsor dessa rede.

---

<sup>16</sup> Serviço de mensagens instantâneas e aplicação de softwares do *Facebook* que fornece serviços de textos e chamadas de voz e vídeo.



O grupo I é composto por todos os integrantes do Coletivo Papo Reto. É por lá que eles mantêm uma comunicação rápida e interativa entre si, compartilhando textos e mensagens, imagens e documentos. Quando questionado acerca de como eram feitos os textos para serem publicados nas páginas do coletivo nas diferentes redes sociais *online* que utilizam, Thainã (2017) relatou que é via o grupo I que informações são compartilhadas e é decidido quem formulará cada publicação. Mais do que isso, contou que “a gente [integrantes do Coletivo] pouco se encontra para fazer reuniões internas, decidimos muita coisa pelo *Whatsapp*” (MEDEIROS, 2018).

**Figura 1 - Grupos do Coletivo Papo Reto no Whatsapp**



Fonte: Facebook

Dessa forma, aqui cabe ressaltar a importância dos estudos de Milton Santos (1991) que identifica no espaço a tecnoesfera e a psicoesfera. Para o autor, o espaço deve ser percebido levando em consideração os elementos de caráter técnico e as dimensões que dizem respeito às relações entre os indivíduos, isto porque o espaço seria produto da relação entre estas suas esferas. Sem a tecnoesfera representada pelo Whatsapp, a con-

versa coletiva envolvendo vários indivíduos seria, no mínimo, mais complexa, o que resultaria no aumento do tempo necessário para a tomada de decisões e delegação de funções. Haja vista que a presença de todos os integrantes em determinado espaço físico não aconteceria o mesmo número de vezes que ocorre via Whatsapp, *a priori* as possibilidades de ação seriam alteradas graças a mudanças geográficas (BENJAMIN, 2014). Além disto, aqui podemos perceber, ao analisar o grupo I, que a organização interna do coletivo é em rede. Assim, o Papo Reto não constrói uma nova rede quando cria o grupo II; antes, amplia a rede já existente.

Sinal disso é que a rede composta por “moradores-chave”, o grupo II, é oriunda das redes de relações individuais de cada integrante do Papo Reto e, conseqüentemente, da rede do coletivo em si. Em outras palavras, não seria possível incluir o dono da maior padaria do Itararé no grupo II caso a Lana não conhecesse o estabelecimento e seu dono, ou não soubesse que a centralidade geográfica da padaria possibilita que seus funcionários vejam boa parte da movimentação dos moradores da favela. Assim, foi através dos integrantes do coletivo que o grupo II foi criado, fazendo um recorte nas redes individuais de cada componente a partir do critério relevância, “pensamos: quem sabe de tudo que rola na favela?” (MEDEIROS, 2017).

Os “moradores-chave” possuem uma função primordial na rede do Papo Reto: é nesse grupo que o coletivo verifica a veracidade das informações recebidas. Como nele estão moradores de todas as favelas do complexo, quando recebem informações de alguma área contactam alguém desse grupo que resida próximo ao local ao qual a informação se refere. Essa metodologia tem como finalidade separar quais são as informações falsas das que são verdadeiras através da confirmação de moradores-chave sobre o que está acontecendo na localidade, de modo que o coletivo não publique notícias falsas. Com critérios relacionados à vivência no complexo, os atores sociais que compõem essa parte da rede se assemelham aos âncoras de grandes jornais, que são o braço jornalístico fincado no território.

O grupo II, enquanto expansão inicial da rede do coletivo no Alemão, também possui uma segunda função: garantir a segurança. Por serem pessoas que apoiam o trabalho do Papo Reto, também desempenham a função de colher informações que digam respeito à segurança dos integrantes do coletivo, haja vista que há relatos de que alguns deles já foram ameaçados por policiais militares da UPP<sup>17</sup> e por traficantes (MEDEIROS, 2018). A pauta da garantia da integridade física é presente também porque os tiroteios são frequentes no Alemão, e é através da filtragem dessas informações que o Papo Reto mapeia as zonas de risco e noticia isso em sua página no Facebook, por exemplo. Dessa forma, filtrar as informações de modo a publicar notícias vinculadas à realidade e perceber quaisquer ameaças, são as funções dos moradores-chave. Mas a filtragem de informações só é necessária porque a quantidade recebida é grande, e a rede que traz o maior contingente de informações interage entre si via grupo III.

O Papo Reto possui um imenso banco de dados alimentado pelas mensagens enviadas por moradores do complexo e boa parte dele está armazenado nos documentos do grupo III porque é por lá que a maior parte das informações chega. Em uma publicação<sup>18</sup> feita por Raull Santiago, ele explica que o grupo III é “uma rede de confiança e informação segura, que tanto nos ajuda a entender em tempo real os cenários de conflito durante operação na favela” (SANTIAGO, 2018) através do compartilhamento de informações quase em tempo real. Todos os moradores do complexo do Alemão que preenche os pré requisitos estabelecidos pelo Papo Reto podem fazer parte do grupo três.

Como produto da experiência dos grupos apresentados acima, surgiu o projeto Calendário de Tiros.

---

<sup>17</sup> Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Kht3plLkc-0>> Acesso em: 13 mar. 2019.

<sup>18</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/euraulsantiago/photos/a.440485123084151.1073741843.440482079751122/454046031728060/?type=3&theater>> Acesso em: 16 jun. 2018

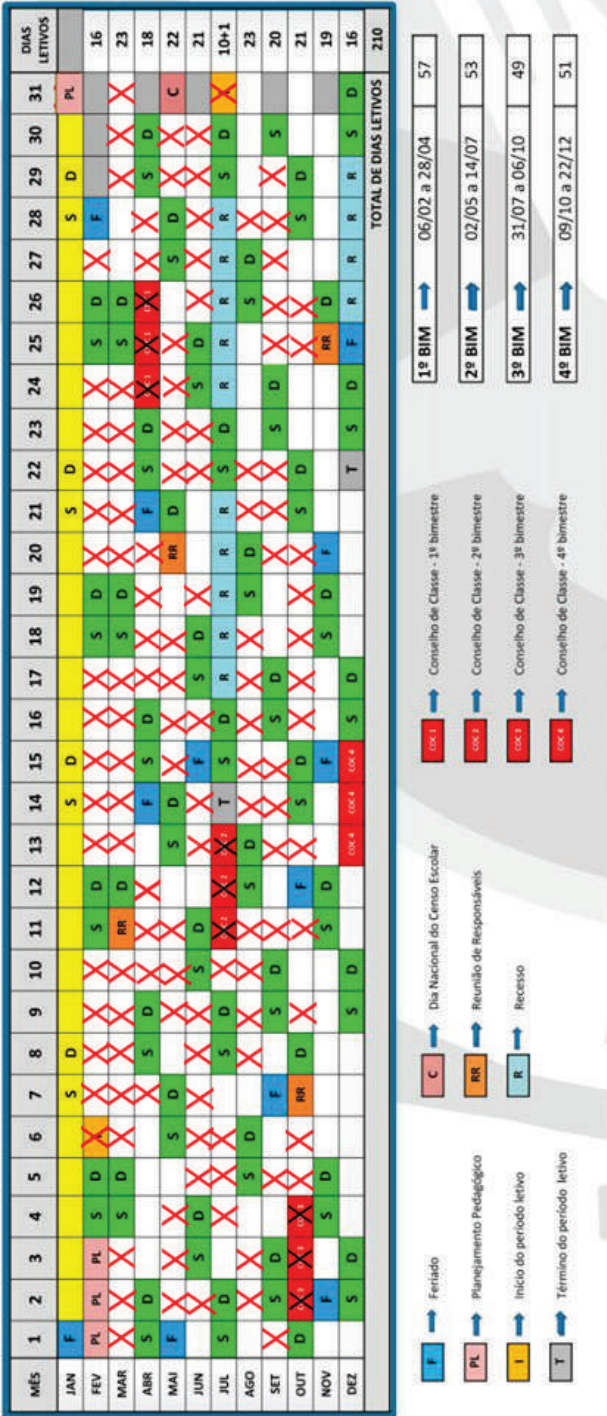
## Calendário de tiros

Em 2018 o Papo Reto formulou uma série de publicações no Facebook oriundas das informações colhidas no grupo III, verificadas no grupo II e analisadas no grupo I. O coletivo começou a contabilizar todos os dias nos quais algum morador compartilhava com eles ter ouvido barulho de tiro em algumas das localidades do Complexo do Alemão. Assim, ao final de cada mês eles lançavam em sua página no Facebook o calendário daquele mês assinalando com um xis vermelho em quais dias havia relatos de tiros.

No fim do mesmo ano, o Papo Reto condensou as informações obtidas mensalmente e as projetou no Calendário Escolar da Rede Estadual de Ensino. Nasceu, então, o Calendário Escolar de Tiros (ver Figura 2), no qual é possível identificar que em mais de 50% dos dias letivos, tiros foram ouvidos no Complexo do Alemão e, conseqüentemente, questionar a viabilidade do processo educacional nesse contexto. Ainda que os tiros ouvidos não sejam necessariamente nas circunvizinhanças das escolas, eles comprometem diretamente a mobilidade que desemboca na presença ou ausência dos estudantes em sala. Em outras palavras, a educação “não chega” se não é possível chegar até ela.

No entanto, o movimento realizado via Whatsapp só é possível porque o digital passou a ser uma espécie de ambiente que é parte do que hoje consideramos ser humano (HORST & MILLER, 2012), salvaguardas às disparidades de acesso e às desigualdades na oferta de conteúdo, ao menos no que diz respeito à comunicação, estamos mais digitais. E é nesse contexto que uma inteligência “que permite ao coletivo lidar com o imprevisto [...] lhe dá flexibilidade na ação” (COSTA, 2004, p. 2) inaugura mais uma faceta da relação indivíduo/grupo. Na dinâmica em rede do Papo Reto há separações bem definidas entre os grupos no Whatsapp, porém parece haver uma “percepção pública da força de uma ideia” (IDEM) que gera cada vez mais adesão. Um dia era só um comentário sobre tiroteios feito por alguns moradores, no outro era uma contagem dos tiroteios mensais feita dentro de uma estrutura organizada e, mais recentemente, se tornou um calendário que combinou mais de um direito básico.

Figura 2. - Calendário Escolar de Dias Letivos e Calendário de Tiros



Fonte: Coletivo Papo Reto.

## Considerações finais

Apontamos inicialmente que o Papo Reto se autodefine como mídia independente com dupla atuação: disputa de discurso e garantia de direitos humanos. Porém, no decorrer da análise percebemos que, mais do que uma mídia, o coletivo também é um movimento social à medida que se coloca na intersecção entre o poder público e a população no Complexo do Alemão. Nesse sentido, mais movimento social do que mídia independente, haja vista que a atividade do coletivo em várias de suas páginas em redes sociais *online* não é tão alta assim, mas no que diz respeito a questões relacionadas ao Complexo do Alemão, identificamos certa prioridade.

Na rede que faz uso do Whatsapp, a dinâmica dos grupos organizados de acordo com seus fins nos revela parte da complexidade oriunda da ampliação da comunicação pelas TIC's: a possibilidade de recebimento de um alto fluxo de informações distintas promove a necessidade de se verificar as informações no grupo de "moradores-chave". Todavia, apesar da comunicação poder ser plural, o enfoque nas questões do lugar de origem é mantido, o Complexo do Alemão é o tema central. O que nos permite afirmar a articulação da Rede com o território.

Dessa forma, o movimento primordial aqui demonstrado pode ser descrito como território-rede-território. Isto é, pudemos perceber que foram as questões específicas do território do complexo que impulsionaram os integrantes do Papo Reto a formarem o Coletivo e estes o fizeram no formato rede, no que diz respeito ao modo de organização das relações sociais, e via redes sociais *online* em sua dimensão técnica e comunicacional. Como uma autêntica rede, a organização do Papo Reto combina as subjetividades e relações dos seus integrantes; como filhos do seu tempo e contexto socioespacial usam o Whatsapp, afinal um *chat online* onde se envia mensagens no formato de áudio é estratégico para um povo de imensa cultura oral.

## Referências

- ARENDDT, Hanna. *Sobre a violência*. Tradução: André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. *Revista Justiça e Sistema Criminal*, v. 3, n. 5, p. 103-125, jul./dez. 2011.
- BENJAMIN, V.; CHEN, H.; ZIMBRA, D. Bridging the virtual and real: the relationship between web content, linkage, and geographical proximity of social movements. *Journal of the Association for Information Science and Technology*, v. 65, n. 11, p. 2.210-2.222, 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. Vol 1. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. A sociedade em rede: do conhecimento à política. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo (Orgs.) *A sociedade em rede: do conhecimento à ação política*. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2005.
- COSTA, R. Inteligência afluyente e ação coletiva: a expansão das redes sociais e o problema da assimetria indivíduo/grupo. In: *Razón y palabra*, revista electrónica en America Latina especializada em Tópicos de Comunicación, n. 41, 2004. Disponível em: <<http://www.cem.itesm.mx/dacs/publicaciones/logos/antiores/n41/rdacosta.html>> Acesso em: 14/12/2020.
- EGLER, Tamara Tania Cohen (Org.) *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.
- \_\_\_\_\_. Contribuição metodológica para a pesquisa de redes tecnossociais. *Revista Pré-Til*, v. 12, p. 10-28, 2006.
- \_\_\_\_\_. Da rede para a rua. *Anais do XII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores (RII)*. Salvador, 1-4 de setembro de 2014. [Online] Disponível em: <http://www.rii.sei.ba.gov.br/anais-do-xiii-seminario-rii/desen-territorialpoliticas-e-participacao/>. Acesso em: 9 fev. 2019.
- \_\_\_\_\_. *Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas*. In: XIII SEMANA PUR, 2008. RIO DE JANEIRO. *Anais SEMANA PUR*, 2008, Rio de Janeiro: janeiro de 2010. (NR: editora???)
- EREMIA, M.; TOMA, L.; SANDULEAC, M. The smart city concept in the(?) 21st century. *Procedia Engineering*, 12-19, 2017.
- FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética. In: SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.) *Teoria crítica no século XXI*. São Paulo: Annablume, 2007.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France*, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. São Paulo: Edições Loyola, 2012.



HORST, Heather; MILLER, Daniel (Ed.) *Digital anthropology*. London: Berg, 2012.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução a teoria do ator-rede*. Bauru (SP): EDUSC, 2012.

LEITE, Márcia Pereira. Da “metáfora da guerra” ao projeto de “pacificação”: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. São Paulo v. 6(2): p. 374-389, ago./set. 2012.

LEVY, Pierre. *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34, 1999.

MAIA, J. D. O. O twitter de Renê Silva e a ocupação da tecnologia: o morro (do Alemão) tem vez. *Trabalhos em Linguística Aplicada*, v. 51, n. 1, p. 261-275, 2012. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-18132012000100014&lng=pt&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-18132012000100014&lng=pt&tlng=pt)> Acesso: em 14/12/2020.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar, e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia Beatriz Fiori; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Coleção Zero à esquerda, Petrópolis: Vozes, 2000.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania e classe social*. [Ed. atual trad. e rev. Por EaD/CEE/MCT], 2. ed. Brasília: Senado Federal, Centro de Estudos Estratégicos, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2002.

MARTELETO, R. M. Informação, redes e redes sociais: fundamentos e transversalidade. *Informação & Informação*, Londrina, v. 12, n. esp., 2007. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1785>> Acesso em: 14/12/2020

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Movimentos sociais para a defesa de uma temática ou os desafios dos anos 90. In: *ANPOCS – Ciências Sociais Hoje*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1991.

\_\_\_\_\_. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2011.

SANTOS, Milton. *Técnica Espaço Tempo: globalização e meio técnico científico informacional*. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

\_\_\_\_\_. *Território e sociedade: entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001.



EIXO II  
Cidades inteligentes, algoritmos  
e banco de dados



# Ciência de dados e cidades: uma abordagem crítica<sup>1</sup>

*Fábio Duarte*

*Priyanka de Souza*

As abordagens baseadas em dados transformaram a maneira como analisamos, projetamos e tomamos decisões políticas sobre cidades. Isso vem acontecendo nesse período de pandemia Covid-19, quando os países usaram informações autorrelatadas e aplicativos de rastreamento para mapear as pessoas infectadas. O *Corona Map da Coreia do Sul*, por exemplo, fornece os endereços de todos os residentes infectados, e o *COVID19 de Cingapura* mapeia cada caso e suas redes sociais, para ajudar outras pessoas a identificar se tiveram contato com elas, se viajaram no mesmo voo ou usaram as mesmas instalações urbanas de uma pessoa infectada e, assim, ficarem cientes do risco de contágio.

Existem muitos exemplos de abordagens baseadas em dados sobre outros aspectos da gestão da cidade. A vegetação urbana traz vários benefícios para os moradores da cidade, incluindo o combate aos efeitos das ilhas de calor, melhorando a qualidade do ar e reduzindo os níveis de estresse. No entanto, mapear árvores de rua exige muito trabalho e não há tecnologias de baixo custo disponíveis que permitam uma análise comparativa entre cidades em todo o mundo.

Uma pesquisa foi realizada usando imagens do Google Street View e técnicas de aprendizado automáticas para quantificar, ao nível de *pixel*, a copa verde em cidades (CAI et al., 2018; LI et al., 2015 et al.). Esse algoritmo de código aberto permite que cidades

---

<sup>1</sup>\*O presente artigo foi inicialmente publicado em inglês no Harvard Data Science Review.

ao redor do mundo usam essa técnica para planejar como aumentar a vegetação em seus arredores.

Outro exemplo de urbanismo movido a dados é o esforço para abordar problemas de saúde relacionados à poluição do ar. Cidades como Nova Iorque vêm implementando uma rede de monitores fixos de qualidade do ar. No entanto, quando se trata de medir a exposição de um residente a poluentes, a pesquisa geralmente se baseia na localização da residência das pessoas. Usando dados de telefone celular como representação dos movimentos das pessoas nos bairros de Nova Iorque, os pesquisadores identificaram a exposição dos residentes a poluentes com resolução espacial e temporal mais apurada, considerando não apenas seu endereço residencial, mas também seu deslocamento diário bem como local de trabalho ou escola (NYHAN et al., 2016).

Por fim, em regiões em rápida urbanização, como na China, é preciso muito tempo para quantificar com precisão o crescimento urbano. Os pesquisadores descobriram que dados de restaurantes (incluindo o número de lugares, tipo de cozinha e taxas do consumidor) disponíveis em plataformas abertas como Dianping, o equivalente chinês do Yelp, são fortes indicadores do crescimento populacional em cidades chinesas no âmbito do bairro (DONG et al., 2019).

Em países que não realizam um censo populacional regular, ou onde os dados públicos não são confiáveis, uma abordagem usando dados abertos de origem coletiva pode ajudar empresas e funcionários públicos a mapear áreas que estão em rápida transformação e que necessitarão de infraestrutura pública e serviços.

Todas essas iniciativas visam melhorar a compreensão das questões urbanas como não era possível com os métodos e ferramentas anteriores. Surge, assim, um campo que vem sendo denominado ciência urbana. Reconhecendo a necessidade de profissionalizar a ciência urbana, iniciativas de ciência de dados foram introduzidas em programas acadêmicos, práticas privadas e agências públicas que focam em questões urbanas. Essas iniciativas envolvem principalmente a familiarização de acadêmicos e profissionais com novos métodos e ferramentas para coletar e analisar a abundância de dados, como aprendizado automatizado, coleta de dados e visualiza-

ção de dados (FRENCH et al., 2017). As escolas de planejamento também iniciaram programas de treinamento centrados no uso de métodos avançados de análise de dados para entender as questões urbanas, sinalizando assim uma transformação significativa na prática de planejamento. Os exemplos incluem o Centro para Ciência Urbana e Progresso da Universidade de Nova Iorque, o certificado de graduação da Universidade de Michigan em Informática Urbana e o curso de graduação do Instituto de Tecnologia de Massachusetts em Ciência Urbana.

Defendemos que ensinar conceitos e ferramentas de ciência da computação a planejadores e *designers*, por si só, não os transformará em cientistas urbanos. Para que a ciência urbana se torne um corpo de conhecimento distinto, deve ir além da profissionalização da ciência urbana. Os cientistas urbanos devem estar muito cientes das maneiras como sua ciência é usada em diferentes cenários de políticas e das possíveis consequências ambientais e sociais não intencionais de seu trabalho. Isso significa cientistas urbanos engajados com a dimensão intrinsecamente política da ciência urbana e as maneiras pelas quais seus dados e modelos preditivos produzem resultados que incorporam e agem em relações sociais específicas.

Stephen M. Stigler (2019) publica no jornal “Harvard Data Science Review”, como os dados tem uma vida útil, e a maneira como são coletados, e as ferramentas que empregamos para dar sentido a eles estão carregados de valores ideológicos e refletem entendimentos parciais da realidade vivida. Em suma, parafraseando um artigo clássico em ciência, tecnologia e sociedade (WINNER, 1980), dados estão impregnados de política. Os cientistas urbanos precisam estar constantemente questionando quem se beneficia com as novas paisagens informacionais e quais populações escapam pelas fendas. Por exemplo, cientistas urbanos tendem a trabalhar em cidades onde os dados são facilmente acessíveis, o que tende a ser em países ocidentais. Geografias como o Sul global geralmente são deixadas de fora das análises. Há o que David J. Hand (2020) chama de “dados escuros”, emergindo de fenômenos que não estamos preparados para observar diretamente, ou dados que não podemos coletar com as ferramentas atuais e não se encaixam nos métodos existentes, mas ainda podem ter efeitos importantes em nossas deci-

sões e ações. Os cientistas urbanos devem realizar o “árduo trabalho da teoria” para examinar criticamente as fronteiras ontológicas e epistemológicas do paradigma do *big data* (PICKLES, 1997).

Além disso, muitos conjuntos de dados que os cientistas urbanos usam são coletados e agregados por empresas para promover sua própria motivação: o lucro. Por exemplo, muitos artigos que usam reconhecimento de imagem e redes neurais usam vistas de rua disponíveis *online*, em particular Google Street View. No entanto, esses conjuntos de dados são de propriedade de empresas, que podem restringir o acesso aos dados em qualquer lugar – como o Google fez recentemente, cobrando pelo uso dessas imagens até mesmo para fins de pesquisa. Além disso, como o Google Street View fornece apenas dados sobre as características físicas visuais das cidades, em locais onde a segregação social e racial está frequentemente ligada a códigos postais, os resultados de análises que dependem apenas desses dados podem reforçar estereótipos e segregação – no que Sarah Brayne (2017) chama outra “modalidade quantificada de controle social”. Assim, os pesquisadores urbanos devem pressionar constantemente para que as cidades desenvolvam conjuntos de dados abertos para o bem público, o que é benéfico para todos.

Os cientistas urbanos devem também ser cautelosos quanto aos métodos e modelos que usam. Por exemplo, um truísmo geral dentro da comunidade de ciência de dados era que os algoritmos de aprendizado automatizados são análogos a uma caixa-preta: não conseguimos entender precisamente os modelos que processam os dados, mas vale a pena sacrificar a interpretação pela precisão. Cynthia Rudin e Joanna Radin (2019) publicam no “Harvard Data Science Review”. que tal compensação é uma falácia, que tem sido até benéfica para empresas que comercializam modelos de caixa-preta. Em estudos urbanos, as descobertas da caixa-preta correm o risco de impulsionar o planejamento, as políticas e as decisões de projeto que têm o potencial de reforçar o *status quo*, e apenas reforçam os preconceitos preexistentes. Cathy O’Neil (2016) discute a falta de responsabilidade em alguns modelos preditivos usados pela polícia, com o tratamento desigual de grupos sociais decorrentes dos dados de entrada de modelos de policiamento que se concentram em crimes que geralmente estão vinculados a certos grupos

populacionais e sentenças baseadas em evidências de atributos mais comuns em certos grupos específicos.

Paralelamente à obtenção de dados e ao desenvolvimento de modelos, os cientistas urbanos precisam abordar os limites e as consequências não intencionais das abordagens baseadas em dados, ou os “desconhecido-desconhecidos” (LAKKARAJU et al., 2017); quando os modelos preditivos atribuem rótulos incorretos a instâncias que geralmente se originam de modelos ou conjuntos de dados incompletos, mas que levantam questões éticas sobre o viés intrínseco algorítmico. No campo politicamente carregado de reconhecimento facial, por exemplo, Buolamwini e Gebru (2018) mostraram que os conjuntos de dados de treinamento para os algoritmos de reconhecimento facial mais amplamente usados sistematicamente sub-representam pessoas negras, e especificamente mulheres negras. O conjunto de dados de treinamento é, portanto, um reflexo pobre do mundo real. Como resposta, o grupo de trabalho IEEE P7013 Inclusão e Padrões de Aplicação para Tecnologia de Análise Facial Automatizada estão desenvolvendo padrões que limitam o escopo do uso de *software* de reconhecimento facial e determinam métricas para o sucesso dos algoritmos. Cientistas urbanos precisam se engajar ativamente e fazer parte de tais iniciativas.

As cidades são conjuntos sociotécnicos. Nem todos os aspectos sociais podem ser traduzidos em dados discretos e numéricos convenientes para uso nos métodos atuais de ciência de dados. Frequentemente, os métodos e métricas que empregamos moldam o fenômeno que observamos. Precisamos ter cuidado para não cair na “tirania das métricas” (MULLER, 2019), uma visão reducionista e abstrata da realidade – às vezes, fenômenos críticos de nossos tempos não produzem dados prontamente reconhecidos por computadores, e seus impactos sociais iriam escorrer pelas frestas das abordagens centradas nas métricas. Cientistas urbanos, portanto, precisam colaborar com cientistas sociais, comunidades, artistas para desenvolver ferramentas e modelos que beneficiem as pessoas a quem servem.

Resumindo: embora reconheçamos desde o início que a ciência urbana tem um enorme potencial para melhorar as cidades, não se pode esquecer o contexto sociopolítico de implantação dessas tec-

nologias, para que essas tecnologias melhorem as cidades. A ciência urbana precisa ir além da destreza em usar novos métodos para analisar a abundância de dados nas cidades e estar preparada para interrogar todos os aspectos de seu trabalho, desde o próprio conjunto de dados e os métodos que eles usam para entender, prever e informar fenômenos urbanos emergentes.

## Referências

BRAYNE, S. Big Data Surveillance: The Case of Policing. *American Sociological Review*, 82(5), p. 977-1.008, 2017. <https://doi.org/10.1177/0003122417725865>

BUOLAMWINI, J.; GEBRU, T. Gender shades: Intersectional accuracy disparities in commercial gender classification. In: *Conference on fairness, accountability and transparency*, 77-91, January, 2018.

CAI, B. Y.; LI, X.; SEIFERLING, I.; RATTI, C. Treepedia 2.0: Applying Deep Learning for Large-Scale Quantification of Urban Tree Cover. *2018 IEEE International Congress on Big Data (BigData Congress)*, 2018. <https://doi.org/10.1109/bigdatacongress.2018.00014>

DONG, L.; RATTI, C.; ZHENG, S. Predicting neighborhoods' socioeconomic attributes using restaurant data. *Proceedings of the National Academy of Sciences*, 116(31), 15.447-15.452, 2019. <https://doi.org/10.1073/pnas.1903064116>

FRENCH, S. P.; BARCHERS, C.; ZHANG, W. How Should Urban Planners Be Trained to Handle Big Data? In: THAKURIAH, P.; TILAHUN, N.; ZELLNER, M. (Eds.) *Seeing Cities Through Big Data*. Springer Geography. 2017. [https://doi.org/10.1007/978-3-319-40902-3\\_12](https://doi.org/10.1007/978-3-319-40902-3_12)

HAND, D. J. *Dark Data: Why What You Don't Know Matters*. Princeton University Press, 2020.

LI, X.; ZHANG, C.; LI, W.; RICARD, R.; MENG, Q.; ZHANG, W. Assessing street-level urban greenery using Google Street View and a modified green view index. *Urban Forestry & Urban Greening*, 14(3), p. 675-685, 2015. <https://doi.org/10.1016/j.ufug.2015.06.006>

LAKKARAJU, H.; KAMAR, E.; CARUANA, R.; HORVITZ, E. Identifying unknown unknowns in the open world: representations and policies for guided exploration. In: *Proc. 31<sup>st</sup> Association for the Advancement of Artificial Intelligence Conference on Artificial Intelligence*, 2017.

MULLER, J. Z. *The tyranny of metrics*. Princeton University Press, 2019.

NYHAN, M.; GRAUWIN, S.; BRITTER, R.; MISSTEAR, B.; McNABOLA, A.; LADEN, F.; BARRETT, S. R.; RATTI, C. "Exposure Track" The Impact of Mobile-Device-Based Mobility Patterns on Quantifying Population Exposure to Air Pollution. *Environmental science & technology*, 50(17), p. 9.671-9.681, 2016.



PICKLES, J.; n.d. Tool or Science? GIS, Technoscience, and the Theoretical Turn. *Annals of Association of American Geographers*. 87, p. 363-372. <https://doi.org/10.1111/0004-5608.00058>

RUDIN, C.; RADIN, J. Why Are We Using Black Box Models in AI When We Don't Need To? A Lesson From An Explainable AI Competition. *Harvard Data Science Review*, 1(2), 2019. <https://doi.org/10.1162/99608f92.5a8a3a3d>

SO, W. MIT Senseable City Lab [Photograph], 2020.

STIGLER, S. M. Data Have a Limited Shelf Life. *Harvard Data Science Review*, 1(2), 2019. <https://doi.org/10.1162/99608f92.f9a1e510>

WINNER, L. Do artifacts have politics? *Daedalus* 109(1): p. 121-136, 1980.

# A política de artefatos tecnológicos *smart*

*Lalita Kraus*

*Tainá Farias*

Desde o início do novo milênio, é crescente o interesse político e econômico para modelos de *smart city*, incentivado pelo acelerado processo de inovação tecnológica, um crescente interesse na questão urbana e a necessidade de atrair investimentos. No presente trabalho o uso do termo em inglês é proposital porque remete à sua origem e caráter empresarial. Reconhecemos, portanto, os limites do termo, assim como é utilizado por políticos e empresas, mas o mapeamento do seu uso permite analisá-lo enquanto categoria discursiva e enquanto marco do urbanismo do século XXI.

Em geral, embora o termo seja vago, opaco e não claramente definido, o processo de smartificação é atrelado ao uso de tecnologias digitais para uma gestão urbana mais eficiente e sustentável (CHOURABI et al., 2012). Segundo a narrativa governamental e empresarial (IBM, 2012; SIEMENS, 2012; UN-HABITAT, 2012), é necessário pensar novos paradigmas urbanos que sejam capazes de superar os desafios impostos por uma urbanização acelerada junto com um uso mais eficiente dos recursos públicos.

Na última década no Rio de Janeiro foram realizados inúmeros investimentos que tornaram a cidade destaque em nível internacional pelo modelo urbano inteligente implementado. Existem inúmeros estudos (ANGELIDOU, 2015; GREENFIELD, 2013; HOLLAND, 2008; JOSS et al., 2019; MOROZOV, 2018) que questionam a capacidade de modelos de *smart city* solucionarem os problemas urbanos, promovendo sustentabilidade, melhor qualidade de vida para a população e melhores serviços urbanos. Tais questionamentos precisam ser levados seriamente em consideração quando se trata de contextos socioeconômicos tão desiguais como na cidade do Rio de Janeiro.

A partir disso, surgem as seguintes perguntas: em que contexto a cidade do Rio de Janeiro se afirma como cidade inteligente no cenário nacional e internacional? Quais foram as forças e os determinantes sociais que impulsionaram esse processo? Quais são os seus efeitos na cidade?

Acreditamos que o que está em jogo é um modelo de cidade, não apenas uma proposta administrativa, que incorpora uma determinada lógica de poder que transforma o espaço urbano. Para tanto, acreditamos que a tecnologia possua qualidades políticas que afetam o contexto urbano, na medida em que incorpora formas específicas de poder e de autoridade. Assim, após apresentarem o processo de “smartização” da cidade, analisaremos a natureza política do artefato técnico implementado no setor da segurança pública: o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

## Rio de Janeiro *smart*

No Rio de Janeiro, na última década, foram realizados inúmeros investimentos em vista da implementação de um modelo urbano inteligente. Assim, iniciativas e projetos pontuais, setoriais e territorialmente fragmentados foram implementados, antes da elaboração de uma estratégia política voltada para as cidades inteligentes.

O processo de reconhecimento de uma Rio de Janeiro *smart* envolveu um conjunto de prêmios e sistemas de *ranking* nacionais e internacionais que constituíram o principal instrumento de mensuração de um suposto “grau de maturidade” que reflita a capacidade de ser considerada mais ou menos inteligente. Nesse sentido, o processo de “smartização” no Rio de Janeiro iniciou-se oficialmente em 2013 quando foi premiada no Smart City Expo World Congress de Barcelona<sup>1</sup>, um dos principais eventos mundiais de tecnologia e inovação urbana. Além disso, em 2015, o Rio de Janeiro foi a primeira cidade a ser classificada no *ranking* Connected Smart Cities e, desde então, permaneceu entre as cidades mais inteligentes do país<sup>2</sup>.

Experiências-piloto em algumas localidades da cidade, como o Centro de Operações do Rio e os dispositivos inteligentes imple-

<sup>1</sup> <http://www.smartcityexpo.com/en/the-event/past-editions-2013> (31/8/2020).

<sup>2</sup> <https://www.connectedsmartcities.com.br/> (11/8/2020).

mentados na praça Mauá, foram então suficientes para classificar a cidade em *rankings* nacionais e internacionais, confirmando o fato de que em muitos casos a cidade inteligente é representada por projetos-pilotos. Nesse processo de mensuração correm o risco de serem negligenciados os problemas de universalização dos serviços na cidade, assim como os mecanismos estruturais que mantêm as desigualdades urbanas.

Esses sistemas de classificação refletem um tipo de governança descentralizada onde sistemas de *rankings*, tabelas de competitividade e pontuações comparativas definem parâmetros da competição interurbana. Trata-se de um sistema reconhecido e adotado por gestores na medida em que possibilita comunicar os resultados da *performance* urbana e garantir a inserção no mundo globalizado (GIFFINGER et al., 2007).

É, portanto, nesse contexto que a cidade do Rio de Janeiro consolidou a sua posição como cidade inteligente no contexto nacional e internacional. Para compreender esse processo de “smartização” carioca é necessário compreender os determinantes sociais de tal processo. A motivação pragmática por trás do processo de “tecnologização” da gestão urbana foi a realização que os megaeventos representaram (GAFFNEY, 2010; CARDOSO, 2013). A agenda *smart* está, portanto, atrelada, ao processo de inserção da cidade no circuito internacional dos megaeventos e de ascensão à condição de “cidade global”. Nisso, o discurso em prol da tecnologia se torna um dos pilares da estratégia de marketing urbano, voltada para projetar a cidade para uma audiência global. Assim, ações inteligentes, muitas vezes vinculadas a grandes projetos de investimento, garantiriam bens, serviços e equipamentos urbanos mais eficientes e “seguros”.

O paradigma da smartização vai se somar como um adendo às determinações que presidem o planejamento estratégico no Brasil. Isso aparece claramente na apresentação do ex-prefeito Eduardo Paes na série Ted Talk sobre as cidades do futuro de 2012, onde a cidade do Rio de Janeiro foi apresentada como um exemplo dos “4 mandamentos da cidade”<sup>3</sup>. O evento foi uma oportunidade de apre-

---

<sup>3</sup> [https://www.ted.com/talks/eduardo\\_paes\\_the\\_4\\_commandments\\_of\\_cities?language=pt-br](https://www.ted.com/talks/eduardo_paes_the_4_commandments_of_cities?language=pt-br)

sentação para uma audiência internacional no momento em que a cidade estava se preparando para receber dois dos mais importantes eventos esportivos do planeta: a Copa do Mundo de Futebol e os Jogos Olímpicos.

A esfera política da cidade é, assim, transformada num espaço de marketing liderado pela figura carismática do prefeito da cidade. Nesse processo de “venda” são mercantilizados atributos específicos que possam ser valorizados pelo capital global e pelo público envolvido nos megaeventos, como os turistas e os investidores (EGLER e OLIVEIRA, 2010). Eduardo Paes mostra a criação de espaços verdes no meio da “selva de concreto”, como o Parque Madureira, e a adoção de soluções sustentáveis e econômicas para a mobilidade urbana, como o BRT e o VLT. Isso mostraria a visão de uma cidade supostamente comprometida com a agenda da sustentabilidade.

Além disso, o ex-prefeito apresenta a capacidade de integração e inclusão social nas favelas, através de projetos como os das Escolas do Amanhã e das Praças do Conhecimento, e a relevância da implementação de soluções tecnológicas para enfrentar situações de emergência como no caso do Centro de Operações do Rio (COR). A cidade seria assim socialmente comprometida com a sua população e mais segura. A apresentação mostra um conjunto de atributos valiosos a serem geridos e consumidos como uma verdadeira mercadoria (ARANTES, 2000; VAINER, 2007).

O vídeo de apresentação do Rio de Janeiro como cidade do futuro mostra um processo de marketing urbano (NOVAIS, 2010), no qual a cidade não compete apenas para ser escolhida como local de realização dos megaeventos, mas investe fortemente na construção da imagem de uma cidade inovadora, inclusiva, sustentável e segura. Assim, ganham espaço intervenções pontuais, sem correspondentes planos políticos mais gerais, e de caráter monumental. Trata-se de grandes projetos urbanos que atuam como verdadeiros sistemas simbólicos (EGLER e OLIVEIRA, 2010).

A dimensão simbólica é muito presente nos projetos que envolvem a gestão de emergências e a segurança pública, que constituem um problema ambiental e social internacionalmente reconhecido e que preocupa investidores e turistas. Projetos como o COR,

mas também o Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), contribuiriam assim para desconstruir a imagem negativa de uma cidade insegura. Trata-se de projetos monumentais, altamente tecnológicos que, inspirados em modelos internacionais, permitem a coordenação entre órgãos públicos responsáveis pela defesa, segurança pública ou defesa civil.

Junto com seu alto valor simbólico, o discurso do solucionismo tecnológico se apresenta como uma panaceia para os problemas urbanos, como algo absolutamente inevitável e inquestionável. As soluções tecnológicas são apresentadas como capazes de tornar os serviços urbanos mais eficientes, superando os limites da ação humana e da ingerência política (MOROZOV, 2018).

Como Cardoso (2018) ressalta, a maioria dos questionamentos acerca dos gastos pela realização dos megaeventos teve como alvo principal as despesas com equipamentos junto com as grandes empreiteiras. Entretanto, vários outros contratos foram firmados entre o Estado e a iniciativa privada, envolvendo não apenas a transferência de recursos, mas a instalação de grandes sistemas de tecnologia de segurança que inserem a iniciativa privada na arquitetura de governo e no funcionamento do estado.

A doutrina militar do C<sup>2</sup> (comando e controle) norteia as principais políticas de segurança em megaeventos, sobretudo a partir do 11 de setembro, envolvendo grandes investimentos em tecnologia (CARDOSO, 2018). Muitas empresas de informação e comunicação, como a Aceco TI S.A., Aeromot, Agora Telecomunicações, Unisys Brasil, receberam grandes investimentos públicos da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça. O centro de comando e controle se torna, assim, um importante arranjo técnico-científico-informacional influenciado pelas condições do mercado global.

## A política do Centro Integrado de Comando e Controle

O CICC foi criado em 2013, na véspera das Copas das Confederações, para gerir as ações locais de segurança durante a Copa do Mundo, já que “a existência de um centro de comando e con-

trole em uma cidade diminui o tempo de atendimento de uma ação policial ou de emergência” (PORTAL DA COPA, 2014). Inicialmente subordinada à Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça (Sesge/MJ), que foi extinta em 2017, o centro iria permanecer sob responsabilidade da Secretaria de Segurança Pública estadual. Já que a Secretaria de Segurança foi extinta no começo do mandato do governador Wilson Witzel, atualmente tem o uso dividido entre a Polícia Civil e a Polícia Militar.

Os centros de comando e controle representam um dos projetos nevrálgicos da cidade inteligente, pois conformam a ideia de um centro que processa grandes volumes de dados e informações na gestão de serviços urbanos e nas tomadas de decisões (BOUSKELA et al., 2016; GAFFNEY & ROBERTSON, 2016; PRAHARAJ, 2020).

O centro integra 18 agências<sup>4</sup>, muitas das quais têm representantes no centro enquanto outras possuem apenas um canal de comunicação institucionalizado; funciona como centro de despacho das ações policiais e de defesa civil, onde são também geridas e coordenadas as ações de manutenção da segurança durante grandes eventos.

Mas qual é o efeito social da implementação desse arranjo técnico-científico-informacional “inteligente”?

Para responder a essa pergunta, decidimos considerar a natureza sociotécnica do CICC, superando uma abordagem positivista que considera a tecnologia como resultado apenas de suas dinâmicas internas. Segundo Winner (1980), não existem apenas forças sociais que determinam o desenvolvimento tecnológico, mas os artefatos possuem também características técnicas próprias que ordenam e transformam a vida humana. Entre as categorias analisadas pelo autor, são citados “arranjos técnicos inerentemente políticos”, que exigem ou são compatíveis com tipos específicos de relações políticas

---

<sup>4</sup> Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP), Polícia Civil, Centro Estadual de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais do Estado do Rio de Janeiro (Cemaden-RJ), Agência Estadual de Transporte (Agetransp), Ouvidoria Geral da Polícia Civil (OGP), Centro de Controle Operacional da Polícia Civil, Centro de Controle Operacional da Polícia Militar, Instituto Estadual de Ambiente (INEA), Controladoria Geral do Estado, Polícia Rodoviária Federal, Centro Integrado de Segurança Pública, Centro de Operações do Rio, SAMU e Programa Segurança Presente.

e de condições sociais. Isto é, determinadas propriedades técnicas são fortemente ligadas a particulares padrões institucionais de poder. Portanto, centros como o CICC precisam ser analisados, não apenas pela sua contribuição à eficiência nos atendimentos a situações de emergência, mas também pela forma pela qual incorporam formas específicas de poder.

A complexidade sociotécnica pode ser representada e visualizada a partir da concepção de um espaço técnico-informacional que é resultado da troca constante entre esfera material (composta pela infraestrutura urbana e pelos dispositivos técnicos) e imaterial – composta pela camada digital que gera dados e informações a partir da camada física/material (SANTOS, 2008). Nesse sentido, o CICC possui diferentes fontes de dados, a partir de dispositivos embutidos e distribuídos na infraestrutura urbana. Esses dados são analisados e integrados com os dados disponibilizados pelas agências do centro, assim que se tornem informações úteis para direcionar intervenções e ações. Esses fluxos técnico-informacionais possibilitariam uma melhoria em termos de eficiência e funcionalidade, mas carregam limites e riscos intrínsecos em termos de sustentabilidade, participação cidadã e transparência.

Primeiro, o decreto que oficializa a criação do CICC justifica o uso de tecnologia para otimizar os recursos e o tempo do processo decisório assim que seja melhorado o atendimento às emergências (Secretaria de Planejamento do Rio de Janeiro, 2014). Trata-se de uma abordagem tecnocrática e uma racionalidade instrumental, segundo a qual tomamos decisões racionais quando temos informações bem orientadas (VANOLO, 2014). Determinados problemas sociais são assim apresentados apenas como resultado de assimetrias informativas, que podem ser solucionáveis através de implementações tecnológicas. Isso desloca a ênfase para um planejamento de curto prazo, que desconsidera as causas sociais dos fenômenos e promove um planejamento reativo (BATTY, 2013; GAFFNEY & ROBERTSON, 2016). Se os dados coletados são utilizados apenas para gerir intervenções, eles são voltados para explicar o *status quo* de um fenômeno, mas não as suas causas (MOROZOV, 2018). Significa operar segundo uma lógica de mitigação dos efeitos que negligencia as causas dos fenômenos sociais.



Um segundo fator a ser considerado é relativo à participação. Os dados que alimentam a ação do centro são gerados por inúmeros dispositivos distribuídos no ambiente urbano que pertencem ao CICC e às suas agências. Estamos falando de dispositivos pessoais ou sensores distribuídos e embutidos em objetos, tais como o rádio, *smartphone* e *tablet* dos operadores do centro; os telefone e as linhas de emergência; as 4.000 câmeras; o sistema de GPS e vídeo monitoramento nos carros e helicópteros da Polícia; detectores de fumaça e tornazeleiras eletrônicas. Somam-se a essa camada técnica, a rede de câmeras privadas na cidade. Além disso, o centro acessa os bancos de dados de todas as agências como, por exemplo, do DNA de criminosos, de registros criminais e das placas de carros.

Trata-se do estado imanente da tecnologia, já que, em muitos casos, trata-se de um sistema computacional integrado no ambiente urbano e de fluxo de dados sobre muitos aspectos da vida urbana. Nesse processo, a população é a fonte primária da maioria dos dados quando, por exemplo, os indivíduos são identificados por uma câmera de vigilância ou rastreados nas redes sociais. Essa invasiva e contínua coleta, “dataficação” e registro da vida urbana acontece num contexto de indiferença formal por parte da população e na ausência de um consenso por parte da mesma (CONSTANTIOU & KALLINIKOS, 2014; CUKIER & MAYER-SCHOENBERGER, 2013; ZUBOFF, 2015). A extração de dados é, portanto, um processo unidirecional, que não caracteriza uma relação de reciprocidade social, definindo um contrato social onde a autoridade é substituída pela técnica e a confiança pela vigilância (ZUBOFF, 2015).

Isso é parcialmente devido a uma nova operacionalização do conceito de visibilidade, pois essas tecnologia permitem dataficar e tornar visíveis fenômenos que não costumavam ser facilmente reconhecíveis, mas operam de forma invisível pois são invisibilizados os pontos de observação. Assim, a incorporação dessa camada de dispositivos no CICC transforma o conceito de espaço público na medida em que a hipervisibilidade inconsciente e despercebida do cidadão é acompanhada pela ação invisível e não detectável dos atores do centro.

Além disso, o papel do CICC de garantir as condições de segurança da cidade corrobora com o objetivo de garantir as condições

de produção e geração dos lucros associados aos eventos. Nisso, na agenda de segurança da Copa do Mundo, as manifestações de 2013 e 2014 foram consideradas como desastres naturais e o CICC foi central no controle e na opressão dos protestos. Isso constitui mais um exemplo da relação que se instaura com a população que, nesse caso, foi considerada uma interferência ao processo de acumulação e de construção de uma imagem positiva da cidade.

Por último, outro fator politicamente relevante é a existência no CICC de um sistema de informação e comunicação que fornece uma infraestrutura de coordenação e integração dos dados. A integração dos dados é um dos pilares dos modelos urbanos inteligentes, já que a integração significa maior eficiência na gestão de serviços. O CICC não possui um único sistema de compartilhamento dos dados entre as agências, como idealmente sugeririam os manuais de inteligência e inovação na gestão pública, propostos por empresas privadas, como a IBM. O nível de integração com as outras agências é de natureza meramente consultiva. Isto é, a Polícia Militar consulta os banco de dados das agências para acessar e checar informações, segundo um processo de integração consultiva sob demanda.

O sistema de integração do CICC revela uma nova técnica de governo e de gestão, assim como definida por Hirata & Cardoso (2016), que fortalece um arranjo sociotécnico hierárquico onde a informação é centralmente controlada pela Polícia Militar. Assim, embora as tecnologias se tornem cada vez mais ubíquas e distribuídas, o CICC centraliza o poder concentrando a gestão da informação em espaços urbanos fortificados e militarizados. A gestão nas mãos da Polícia Militar determina a criação de um fortificado inacessível que assume a conotação de um grande sistema de vigilância mais do que uma instituição de segurança pública. O controle tirânico da informação possibilita novas formas despóticas de poder que nos afastam do ideal de uma cidade que é inteligente porque é mais transparente, participativa e humana.

## Conclusões

Observamos que o processo de smartização da cidade do Rio de Janeiro está atrelado à agenda internacional dos megaeventos. Isso possibilita identificar um conjunto de determinantes sociais que caracterizaram um processo de tecnologização composto por iniciativas pontuais e territorialmente fragmentadas. Mesmo assim, o sistema de governança descentralizada, promovido por sistemas de premiações e *rankings* nacionais e internacionais, possibilitou que a imagem da cidade se afirmasse para a audiência global. Associamos a construção da imagem de cidade inteligente a um planejamento de tipo estratégico que trata e vende a cidade como uma mercadoria. No processo de marketing urbano a tecnologia, sobretudo aplicada ao setor da segurança pública, torna-se um dispositivo comercial que é capaz de atrair investidores e turistas.

O Centro Integrado de Comando e Controle representa um arranjo técnico-científico-informacional que, influenciado por essas condições do mercado global, reproduz relações desiguais na medida em que a eficiência se sobrepõe a princípios de sustentabilidade, participação e transparência. Trata-se de qualidades políticas que mostram uma ideia de *city*, onde reina a eficiência e o pragmatismo, e não de *polis*, como espaço político e de cidadania. Assim, cada vez mais, os espaços públicos gerados por esses grandes projetos apresentam-se como espaços pouco acessíveis à grande parte da população.

## Referências

- ANGELIDOU, M. Smart cities: a conjuncture of four forces. *Cities*, 47, 95-106, 2015.
- ARANETES, O. B. F. Uma estratégia fatal. A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.
- BATTY, M. Big data, smart cities and city planning. *Dialogues*. In: *Human Geography*, 3(3), 2013. <https://doi.org/10.1177/2043820613513390>
- BOUSKELA, M.; CASSEB, M.; BASSI, S.; DE LUCA, C.; FACCHINA, M. *Caminho para as smart cities: da gestão tradicional para a cidade inteligente*. Monografia Del BID (Inter-American Development Bank), 2016. <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Caminho-para-as-smart-cities-Da-gest%C3%A3o-tradicional-para-a-cidade-inteligente.pdf>

- CARDOSO, B. de V. Megaeventos esportivos e modernização tecnológica: planos e discursos sobre o legado em segurança pública. *Horizontes Antropológicos*, 19(40), 2013. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832013000200005>.
- CHOURABI, H. et al. Understanding smart cities: an integrative framework. Hawaii International Conference on System Sciences, 45, Hawaii. *Proceedings...* Washington: IEEE, 2289-2297, 2012.
- CONSTANTIOU, I. D.; KALLINIKOS, J. New games, new rules: Big data and the changing context of strategy. *Journal of Information Technology*, 30(1), 2014. <https://doi.org/10.1057/jit.2014.17>
- CUKIER, K.; MAYER-SCHOENBERGER, V. The Rise of Big Data: How it's Changing the Way we Think about the World. *Foreign Affairs*, 92(3), 2013. <https://www.jstor.org/stable/23526834>
- EGLER, Tamara Tania Cohen; OLIVEIRA, F. M. A. Jogo no Rio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 12, p. 87-101, 2010. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2010v12n2p87>
- GAFFNEY, C. Mega-Events and Socio-Spatial Dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. *Journal of Latin American Geography*, 9(1), 2010. <https://muse.jhu.edu/article/377416>
- GAFFNEY, C.; ROBERTSON, C. Smarter than Smart: Rio de Janeiro's Flawed Emergence as a Smart City. *Journal of Urban Technology*, 25(3), 2016. <https://doi.org/10.1080/10630732.2015.1102423>.
- GIFFINGER, C. et al. *Smart Cities: Ranking of European Medium-sized Cities*. Vienna: Vienna University of Technology - Centre of Regional Science (SRF), 2007. [http://www.smart-cities.eu/download/smart\\_cities\\_final\\_report.pdf](http://www.smart-cities.eu/download/smart_cities_final_report.pdf)
- GREENFIELD, A. *Radical Technologies: The Design of Everyday Life*. New York: Verso, 2013.
- HIRATA, D.; CARDOSO, B. (2016). Coordenação como tecnologia de governo. *Horizontes Antropológicos*, 22(46), 2016. <https://doi.org/10.1590/s0104-71832016000200004>.
- HOLLANDS, R. G. (2008). Will the real smart city please stand up? Intelligent, progressive or entrepreneurial? *City* 12(3), p. 303-320, 2008. <https://doi.org/10.1080/13604810802479126>
- IBM. *Smarter Cities*, 2012. Disponível em: [http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/smarter\\_cities/overview/index.html?re=spf](http://www.ibm.com/smarterplanet/us/en/smarter_cities/overview/index.html?re=spf).
- JOSS, S. et al. The Smart City as Global Discourse: Storylines and Critical Junctions across 27 Cities. *Journal of Urban Technology*, 26(1), p. 3-34, 2019. <https://doi.org/10.1080/10630732.2018.1558387>
- NOVAIS, Pedro de. *Uma estratégia chamada planejamento estratégico: deslocamentos espaciais e a atribuição de sentidos na teoria do planejamento urbano*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.

MOROZOV, E. *Big Tech: a ascensão dos dados e a morte da política*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro. Decreto n. 44.698 de 2 de abril de 2014. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento do Estado do Rio de Janeiro, 2014. [www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto\\_44\\_698\\_-\\_02042014\\_-\\_in.htm](http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_44_698_-_02042014_-_in.htm)

SIEMENS. *Siemens infrastructure and cities*, 2012. Disponível em: <http://www.siemens.com/entry/infrastructure-cities/cc/en/index.htm>

PORTAL DA COPA, Centro Integrado de Comando e Controle Nacional coordena ações de segurança durante a Copa. 2014. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/estruturas-moveis-reforcam-a-seguranca-publica-no-sorteio-final>.

PRAHARAJ, S. Development Challenges for Big Data Command and Control Centres for Smart Cities in India. In: BILORIA, N. (Ed.) *Data-driven Multivalence in the Built Environment*. S.M.A.R.T. Environments (p. 75 - 91), 2020. Cham: Springer.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Org. ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

VANOLO, A. Smartmentality: The Smart City as Disciplinary Strategy. *Urban Studies*, 51(5), 2014. <https://doi.org/10.1177/0042098013494427>

WINNER, L. (1980). Artefatos têm política? “Do artifacts have politics?” *Daedalus*, 109(1), p. 121-136. Chicago: University of Chicago Press, 1986.

ZUBOFF, S. Big Other: Surveillance Capitalism and the Prospects of an Information Civilization. *Journal of Information Technology*, 30, 2015. <https://ssrn.com/abstract=2594754>

# O território importa quando da implantação de um serviço público? Ensaio preliminar sobre o serviço de bicicleta compartilhada na cidade do Rio de Janeiro

*Aldenilson Costa*

## Considerações preliminares

O território importa quando tratamos de serviços coletivos? Seria o território um elemento secundário? Estas perguntas muitas vezes são intuitivamente respondidas negativamente, diante da desigual distribuição dos serviços coletivos no conjunto do território. Contudo, quando se trata de serviço coletivo, mesmo aqueles fornecidos por empresas privadas e regulado por entes governamentais, supõe-se que existiu em algum momento um “planejamento”. Contudo, o que se observa é que os serviços coletivos não são os mesmos, ou nem têm a mesma qualidade ou continuidade quando tratamos de diferentes parcelas do território. Este é o caso, por exemplo, do saneamento básico, educação, sistema de transporte, serviço de saúde, entre outros. Mesmo os serviços oferecidos por instituições privadas não apresentam a mesma qualidade ou correspondência quando se trata de porções heterogêneas do território.

Dito isso, o argumento central da discussão aqui proposta é que no caso do serviço coletivo das bicicletas compartilhadas, a espacialização do sistema aponta para uma seletividade no conjunto do território, que despreza áreas com alta densidade demográfica e com população de baixo poder aquisitivo. Apesar de estar situado em áreas cuja funcionalidade do sistema é potencializada, não existe uma visão do conjunto do território, ao contrário, a implantação

do sistema considerou, ainda que isso não seja claro nos discursos oficiais, as desigualdades socioterritoriais tão claras na cidade do Rio de Janeiro.

O território, enquanto espaço de relações de poder (SOUZA, 2016), exige reconhecer as ações e estratégias dos agentes sociais. O poder, enquanto categoria central para pensar o território, implica estabelecer uma série de relações que se dão no domínio social e que atribuem o uso de um ou outro território. Nesse sentido, torna-se fundamental recuperar a leitura de Milton Santos, segundo o qual, o território usado é uma categoria central na análise do espaço, isto porque, “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 2005, p. 255). Não se trata de negar o território como condição material do Estado moderno, mas de avançar e entender as múltiplas possibilidades, sobretudo resultantes das diferentes apropriações sociais (RIBEIRO, 2005), reconhecendo a influência nas políticas públicas e distribuição de serviços coletivos no espaço.

Se tomamos o território como elemento central na análise de políticas públicas, ele é, ao mesmo tempo, ponto de partida e de chegada. Isto porque, como ponto de partida, identificamos a territorialidade dos serviços coletivos, sejam eles ofertados por via governamental e/ou privada. Isso significa também reconhecer os atores dessa territorialidade, o jogo de interesses ou intenções por trás de um serviço. Como ponto de chegada, o território revela as contradições nos seus usos, revelando a manutenção de um sistema heterogêneo, seletivo e excludente. Para tanto, é do território usado que tomamos o referencial analítico que nos permite analisar a espacialização das bicicletas compartilhadas na cidade do Rio de Janeiro.

A cidade do Rio de Janeiro é a segunda maior cidade do país e a que apresenta um importante setor de serviços que absorve parcela significativa da mão de obra local e regional. É uma cidade socialmente heterogênea e desigual, com alta concentração da população com média e alta renda nas regiões Sul e Barra da Tijuca. Apesar do fato de existirem áreas populares em todas as regiões da cidade, o que produz uma forte tensão social, os mesmos serviços públicos não são ofertados de modo igualitário.

## Serviço coletivo de bicicleta compartilhada

Talvez seja fundamental também apresentar o que entendemos enquanto serviço público. Antes de qualquer coisa, não há clareza conceitual sobre o termo serviço público, o que levanta muitas incertezas e ambiguidades, sobretudo porque toma-se, amiúde, o serviço público como sinônimo de serviço governamental, e por isso, como dever exclusivo do Estado. Tal inconsistência conceitual se deve, entre outras coisas, pelas transformações ensejadas a partir da carta magna, a Constituição Federal de 1988, que flexibiliza a exclusividade do Estado na oferta de serviços públicos, mas que não apresenta um conceito claro sobre o termo, apesar de legislar sobre diferentes serviços públicos que são competência dos entes federados e que, em alguns casos, também podem ter participação da iniciativa privada. Este é o caso, por exemplo, dos serviços de saúde e educação, que apesar de serem serviços oferecidos pelos entes governamentais como dever do Estado, também são ofertados por instituições privadas. De outro lado, alguns serviços são de exclusividade do Estado, outros de exclusividade da iniciativa privada, e outros podem ser ofertados por meio de concessão ou regulados pelo ente governamental. É justo por isso que utilizemos o termo serviço público não apenas vinculado à exclusividade da dimensão governamental, abrindo espaço, entre outras coisas, para parcerias público-privadas. Por serviço público entendemos todo serviço que atende a mais de um usuário. Ou seja, que é prestado ao público (MEDAUAR, 1992), atendendo a um conjunto de pessoas, estando sob regime de regulação, concessão ou permissão do Estado. Trata-se de uma conceituação arbitrária, mas que abre possibilidades de entender o conceito para além da centralidade dos serviços ofertados pelo Estado.

Nesse sentido, as bicicletas compartilhadas são serviços públicos, apesar de ofertados por uma instituição privada, empresa Tembici/Banco Itaú, mas regulados pelo ente governamental municipal. Ou seja, esse entendimento se dá porque apesar de ser ofertado por uma empresa privada, está disponível a todos aqueles que podem pagar pelo serviço. Cabe lembrar que as bicicletas compartilhadas são serviços de interesse público que já estão sen-



do consideradas como um modal de transporte segundo orientação internacional de organismos como Nações Unidas, Cepal, entre outros. No Brasil, o modal bicicleta compartilhada é concebido juridicamente a partir do Plano Nacional de Mobilidade Urbana (BRASIL, 2012), que entende esse modal como individual e não motorizado. Além disso, a lei reconhece as especificidades de cada modal, mas dá relevo à necessidade de avançar em modelos de transporte não motorizado, e na integração de modais. Apesar de ser um modal de uso individual, consideramos, para efeitos deste texto, a bicicleta compartilhada como um serviço público de regulação pública, mas de gestão privada. É público porque atende, indiscriminadamente, a todos que têm acesso ao sistema, independente de cor, classe social ou condição financeira.

A bicicleta compartilhada é um modelo de transporte instituído, inicialmente, nos anos 1960, na cidade de Amsterdã. O modelo inicialmente gratuito, foi pouco a pouco, reformulado e orientado pela iniciativa privada, justamente pela vulnerabilidade das bicicletas a roubos. Já em 1995, o mundo tinha alguns modelos, onde o usuário depositava uma moeda que era devolvida no momento em que finalizava o uso do serviço. Com o avanço das tecnologias informáticas, em 1998, o serviço é novamente reformulado, com a incorporação de um sistema que utilizava cartões bancários como mecanismos para acessar o sistema. Mais recentemente, com a ascensão dos dispositivos inteligentes e da concepção de cidade inteligente, se difundiu sobre diferentes cidades do mundo (desenvolvido e subdesenvolvido) o modelo com estações de bicicletas compartilhadas, muitas delas utilizando energia produzida a partir de painéis solares, que qualquer usuário pode acessar a partir de um cadastro que pode se dar com pagamento diário ou planos mensais. Além disso, esse último modelo permite que o usuário estacione a bicicleta em algum lugar fixo, flexibilizando a utilização do serviço (CHEN; LIEROP; ETTEMA, 2020; MOON-MIKLAUCIC, et al., 2019). Esse último modelo segue orientações do que se entende enquanto mobilidade inteligente, utilizando as potencialidades das tecnologias informacionais e dos dados reunidos no *big data*, como forma de melhorar a vida urbana, facilitando a mobilidade, estimulando a sustentabilidade (LIM, KIMB, & MAGLIO, 2018; UNECE, 2017;

IMD, 2016; RATHORE et al., 2016; TOWNSEND, 2014).

## Bicicletas compartilhadas na cidade do Rio de Janeiro

Desde os anos 2000 existe na cidade do Rio de Janeiro o plano de torná-la a “capital da bicicleta”, que se consolida, institucionalmente, com o Plano Ciclo-Viário, cujo objetivo é organizar o uso de bicicletas como sistema de transporte. Ademais, no Plano Diretor da cidade (RIO DE JANEIRO, 2011) – que é um roteiro das necessidades, diretrizes, desafios e objetivos que serão perseguidos ao longo de 10 anos – encontram-se algumas referências ao uso da bicicleta, inclusive tomando-a como ação estruturante da política de transportes na cidade. Isso pode ser constatado no art. 214 que preconiza entre as diretrizes da política de transportes:

estímulo à utilização segura e responsável da bicicleta como veículo de transporte e lazer pela implantação de sistema de ligações cicloviárias articulado ao sistema hierarquizado e integrado de transporte e programas de educação para o trânsito, visando a mudança de comportamento focado em formas adequadas e sustentáveis de mobilidade para a Cidade do Rio de Janeiro compreendendo ciclovias, ciclofaixas entre outras (RIO DE JANEIRO, 2011).

E no art. 215, como uma das ações estruturantes da Política de Transportes: “Previsão na legislação da implantação de locais para guarda e estacionamento de bicicletas nos terminais rodoviários, metroviários, aeroportuários e nas edificações” (RIO DE JANEIRO, 2011).

No Rio de Janeiro, o primeiro sistema de bicicletas compartilhadas do Brasil, ele foi implementado em fins dos anos 2000 (ITDP, 2016), mas ganhou impulso a partir dos anos 2010, no contexto dos jogos esportivos mundiais (Copa do Mundo de 2014 e Olimpíadas de 2016). Isso porque houve investimento de recursos na construção de infraestrutura para os eventos esportivos, inclusive na tentativa de deixar um legado material e imaterial à cidade do Rio de Janeiro, fato amplamente contestado, cujos resultados intensificaram as desigualdades sociais e a heterogeneidade territorial (EGLER; SILVA; KRAUS, 2020; EGLER; OLIVEIRA, 2011; EGLER, 2010).

Apesar disso, os investimentos públicos do município com transporte na cidade saltaram de R\$ 90 milhões em 2006, para R\$ 280 milhões em 2016 (FGV, 2018). Nesse contexto, o sistema de transporte nas regiões Sul, Oeste e Centro da cidade foi modernizado, a partir do qual foram implantados sistemas de transporte como o Bus Rapid Transit (BRT), VLT (veículo leve sobre trilho, do inglês Light Rail Vehicles); modernizaram rodovias e avenidas que cruzam a cidade; houve expansão das linhas do metrô; e modais não motorizados foram incorporados a essa dinâmica. Disso resulta o mapa de ciclovias na cidade (Figura 1).

**Figura 1 – Mapa Ciclovitário na cidade do Rio de Janeiro**



Fonte: Transporte Ativo. Disponível em <http://ciclório.ta.org.br/>

Observa-se que existe uma parca rede de ciclovias no conjunto da cidade, estando mais concentrada nas zonas Sul e Centro da cidade, e quando se trata da zona Oeste está localizada na região da Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Apesar de existirem outras áreas com ciclovias, elas não apresentam a mesma capilaridade. Ainda assim, as bicicletas compartilhadas vêm sendo amplamente utilizadas, independentemente da existência de áreas exclusivas ou preferenciais.

No Plano Estratégico da cidade (RIO DE JANEIRO, 2017) existe o reconhecimento da debilidade de infraestrutura cicloviária nas regiões Norte e Oeste; a necessidade de aperfeiçoamento do processo de planejamento de ciclovias; a busca por consolidar uma rede cicloviária integrada à Rede Estrutural de Transporte. Apesar de tratar-se do sistema de transporte por meio de bicicletas, o documento não faz referência ao sistema de bicicletas

compartilhadas. Por isso, em 2019, foi instituído o Plano Municipal Cicloviário para a Cidade do Rio de Janeiro, por meio da Lei Complementar nº 199, de 17 de janeiro de 2019, sendo que nele, sim, há o reconhecimento do sistema de bicicletas compartilhadas e da sua regulação:

o instrumento básico das intervenções do Poder Público sobre todos os aspectos relacionados ao uso da bicicleta e demais veículos de propulsão humana, incluindo vias, estacionamentos, cicloconveniências e sistema de aluguel (RIO DE JANEIRO, 2019)

Inclusive, uma das diretrizes do Plano Municipal Cicloviário é que o sistema de aluguel de bicicletas – e aqui se incluem as bicicletas compartilhadas – deve ter “custos módicos, preferencialmente integrado física e tarifariamente com os sistemas de transporte público” (RIO DE JANEIRO, 2019).

Se há uma estrutura de leis e planos e um arranjo institucional que tenta estimular o uso da bicicleta, o sistema de bicicletas compartilhadas não atinge toda a cidade do Rio de Janeiro, existindo tal serviço apenas em algumas áreas da cidade.

No momento de implementação do sistema de bicicletas compartilhadas Itaú, isto é, em 2008, o sistema tinha apenas 600 bicicletas e 56 estações. Atualmente, o sistema apresenta 260 estações com 2.600 bicicletas, com cerca de 165 mil usuários registrados (CASTRO, 2018). Intuitivamente poder-se-ia acreditar que cada estação teria 10 bicicletas, porém esse número é diferente a depender do local onde está situado. Os valores dos planos vão de R\$ R\$ 3,00 por viagem, até o plano que cobra mensalmente R\$ 39,00 (Figura 2).

O projeto de compartilhamento de bicicletas no Rio de Janeiro estava inicialmente vinculado à zona sul, onde existiam ciclovias e estava muito mais associado ao uso em situações de lazer. Mas o seu progresso, fruto também do que vinha acontecendo no mundo em termos de mobilidade compartilhada, mudou a usabilidade das bicicletas compartilhadas, que hoje têm usos variados.

**Figura 2 – Planos para acesso ao sistema de bicicletas compartilhadas Itaú**

The image shows a screenshot of the BikeRio app interface with the heading "Pedale com a gente". It displays four subscription plans in orange boxes:

- Avulso:** R\$ 3,00 por viagem. Includes: Pague R\$3 por uma viagem única de até 15min, seja de bike elétrica ou normal; Se for de bike normal, pague +R\$2 a cada 15min extras; Val de elétrica? Pague +R\$3 a cada 15min extras.
- Lazer:** R\$ 20,00 por 48 horas. Includes: Viaje quantas vezes quiser por 48h; Pedale por até 2h sem custos adicionais com as bikes normais; Val de elétrica? Pague +R\$4 a cada 15min extras.
- Básico:** R\$ 29,90 por mês. Includes: Faça até 4 viagens por dia; Pedale por até 45min sem custos adicionais com as bikes normais; Val de elétrica? Pague R\$3 a cada 15min extras.
- Completo:** R\$ 39,90 por mês. Includes: Faça até 4 viagens por dia; Pedale por até 60min sem custos adicionais com as bikes normais; Val de elétrica? Pague +R\$2 a cada 15min extras.

Each plan has a "Comprar no App" button at the bottom.

Fonte: BikeRio. Disponível em: <https://bikeitau.com.br/bikerio/>

O acesso ao sistema independe de classe social, cor de pele, residência, devendo o usuário inserir no aplicativo do sistema seus dados pessoais e bancários para debitar o valor cobrado. Os usos são variados: pessoas que adotaram o modelo de transporte por bicicleta como estilo de vida, tanto os que moram próximos às estações quanto os trabalhadores que vão de bicicleta para o trabalho depois de usar algum outro meio de transporte; trabalhadores de entrega para aplicativos como Ifood, UberEats ou Rappi; e aqueles que usam para lazer.

A localização das estações tenta integrar o sistema aos principais serviços de transporte urbano de grande proporção como metrô, VLT, ônibus e trens. Por exemplo, próximo à estação de trem e metrô Central do Brasil, que fica no Centro da cidade, a partir das 7 horas da manhã, e muitas vezes antes, há filas de pessoas para retirar uma bicicleta. Quem anda de bicicleta na Estação Central do Brasil geralmente mora nas favelas que ficam no entorno da estação ou chegou de trem ou metrô de bairros distantes ou de cidades da região metropolitana.

Embora seja acessível a diferentes estratos sociais, a especialização do serviço no conjunto da cidade do Rio de Janeiro é desigual, estando situado em zonas com concentração da classe média e alta, com alto teor turístico e com concentração de empresas. De um lado, pode-se considerar que a localização das

estações leve em conta elementos como empregabilidade, facilitando a locomoção dos diferentes trabalhadores entre um modal (trem, metrô e ônibus) e o trabalho. Isso até pode ser realidade, mas não justifica a concentração em apenas algumas partes do território da cidade (Figura 3).

**Figura 3 – Mapa da distribuição das estações de bicicletas compartilhadas no Rio de Janeiro**

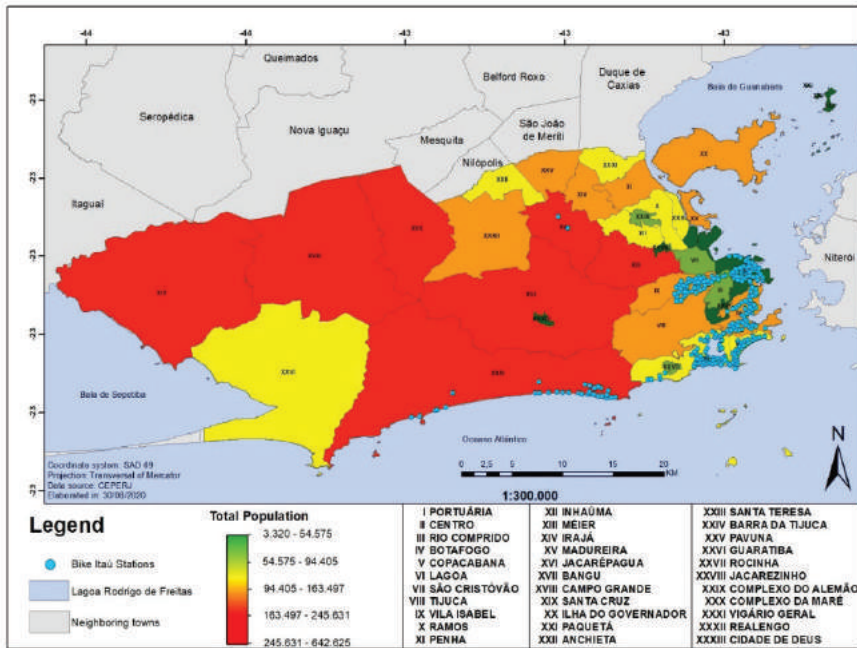


Fonte: adaptado de BikeRio App (2019).

Quando tomamos o mapa das estações segundo a densidade demográfica das Regiões Administrativas, observa-se que as regiões com maior densidade são aquelas com menor atendimento do sistema (Figura 4). Cabe lembrar que as regiões com maior densidade demográfica são aquelas com maior nível de pobreza e concentração de favelas, onde a população perde muitas horas em transportes públicos, sobretudo no trajeto casa/trabalho/casa. Segundo dados da Prefeitura do Rio de Janeiro (2019), em 2019, no que se refere ao transporte de ônibus, a região Norte transportou um total de 301 milhões de passageiros, sendo a região que apresenta o serviço de bicicletas compartilhadas apenas nas extensões do Parque Público de Madureira.



**Figura 4 – Mapa da distribuição das estações de bicicletas compartilhadas no Rio de Janeiro segundo a densidade demográfica**



Fonte: adaptado de BikeRio App (2019).

No entanto, o Rio de Janeiro não se resume ao Centro e zona sul. Considerando que existem subcentros em outras áreas da cidade do Rio de Janeiro que também absorvem mão de obra, ainda que em menor escala, e que apresentam alto fluxo de pessoas, verifica-se a hipótese da fragmentação socioespacial do sistema de bicicletas compartilhadas. Isso porque subcentros como Campo Grande e Santa Cruz (ambos na zona oeste) e Pavuna e Ilha do Governador (localizados na zona norte) não possuem bicicletários compartilhados.

Nesse sentido, os interesses privados alinhados ao elevado índice de criminalidade existente nas regiões Norte e Oeste, certamente foram elementos que determinaram a espacialidade do sistema em parcelas seletivas do território. Isto porque, segundo dados da Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, as regiões com menor ou nenhuma existência do serviço de bicicletas compartilhadas apresentam altos índices de criminalidade. Em contrapartida, onde existe o sistema observa-se não apenas um maior

nível de policiamento, como também há maior monitoramento por câmeras do Centro de Operações Rio (COR), este último, marca do processo de smartização da cidade. Cabe lembrar que esses elementos são reconhecidos pela empresa que administra o sistema no Rio de Janeiro, segundo a qual, há a necessidade de expandir o sistema para outras Regiões Administrativas, pois observa-se que muitos usuários do sistema não residem nas regiões onde estão as estações do sistema (Jornal *Extra*, 2018). Nesse sentido, fica evidente que as condições do território foram consideradas na implementação do serviço.

## Considerações finais

O território como ponto de chegada da análise do sistema de bicicletas compartilhadas evidencia um uso seletivo e a manutenção das orientações segregacionistas na distribuição do serviço público. É evidente que enquanto serviço público fornecido por agentes privados, não há nenhuma obrigatoriedade de equidade, tal qual se espera de um serviço público oferecido pelo Estado. Todavia, quando se observa um uso seletivo do território, há que se questionar os interesses e as estratégias que orientam a prestação de um dado serviço.

No caso do Rio de Janeiro, a localização das bicicletas legitima o discurso de smartização da cidade, que é igualmente desigual, ao mesmo tempo que tira proveito dos equipamentos que constituem a cidade inteligente. Não só isso, contribui para a valorização do espaço na medida em que quanto mais serviços públicos em uma dada porção do território, maior será a sua valorização não só no que diz respeito ao valor de troca, mas também ao valor de uso.

Isto é, o território é usado de forma instrumental, não sendo considerado o conjunto, senão uma parcela, historicamente mais abastada e valorizada. Na verdade, é um projeto que consegue beneficiar a população independentemente de sua classe social, e que, por sua vez, não está distribuído de forma igualitária pela cidade. É forte a exclusão espacial do sistema, reiterando mais uma vez a tão marcada exclusão socioespacial no cenário urbano do Rio de Janeiro.



## Referências

- BRASIL. *Lei nº 12.587, de 3 de Janeiro de 2012*. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Presidência da República. Brasília: Governo Federal do Brasil, 2012.
- CASTRO, J. Sistema de bicicletas compartilhadas do Rio de Janeiro (Bike Rio): uma análise exploratória do padrão de viagens e perfil dos usuários. In: CALLIL, V.; COSTANZO, D. *Estudos de Mobilidade por Bicicleta*. São Paulo: Cebrap, p. 165-199, 2018.
- CHEN, Z.; LIEROP, D.; ETTEMA, D. Dockless bike-sharing systems: what are the implications? *Journal Transport Reviews*, 2020. doi:<https://doi.org/10.1080/01441647.2019.1710306>
- EGLER, T.; SILVA, H. N. M.; KRAUS, L. A rede olímpica no jogo do Rio de Janeiro. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, p. 58-553, 2020.
- EGLER, T.; OLIVEIRA, F. M. A. Jogo no Rio. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 12, p. 87-101, 2010.
- EGLER, T. Depois da festa, a máscara cai: jogos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. *Biblio 3w (Barcelona)*, v. XV, p. 1-6, 2010.
- ITDP. *Sistema de bicicletas compartilhadas em Belo Horizonte, Distrito Federal, Rio de Janeiro e São Paulo*. Rio de Janeiro: ITDP, 2016.
- JORNAL EXTRA. (23 de maio de 2018). Novas estações do Bike Rio geram polêmica entre moradores do Rio. Rio de Janeiro, Brasil, 2018. Disponível em: <https://extra.globo.com/noticias/rio/novas-estacoes-do-bike-rio-geram-polemica-entre-moradores-do-rio-22709179.html>
- LIM, C.; KIMB, K.-J.; MAGLIO, P. P. Smart cities with big data: reference models, challenges, and considerations. *Cities*, p. 86-99, 2018. doi:<https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.04.011>.
- MEDAUAR, O. Serviço Público. *Revista de Direito Administrativo*, (189), p. 100-113, 1992.
- MOON-MIKLAUCIC, C.; BRAY-SHARPIN, A.; LANZA, I. D.; KHAN, A.; RE, L. L.; MAASSEN, A. *The Evolution of Bike Sharing: 10 Questions on the Emergence of New Technologies, Opportunities, and Risks*. Washington: World Resources Institute, 2019.
- PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. *Lei complementar n. 199, de 17 de Janeiro de 2019*. Institui o Plano Municipal Cicloviário para a cidade do Rio de Janeiro, 2019.
- PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. *Plano Estratégico para a cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2017.
- PREFEITURA da Cidade do Rio de Janeiro. *Lei complementar n. 111, de 1º de fevereiro de 2019*. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Sustentável do Município do Rio de Janeiro, 2011.
- RIBEIRO, A. C. T. Território usado e humanismo concreto: o mercado social-

mente necessário. In: SILVA, C. A. et al. *Formas em crise. Utopias necessárias*. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2005.

SANTOS, M. O retorno do território. In: *OSAL: Observatorio Social de América Latina*. Año 6, n. 16 (jun. 2005- ). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOUZA, M. L. *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

TOWNSEND, A. M. *Smart Cities: Big Data, Civic Hackers, and the Quest for a New Utopia*. New York/London: W.W.Norton & Company, 2014.

UNECE. *United for Smart Sustainable Cities*. Fonte: International Telecommunication Union, 2017. [https://www.itu.int/dms\\_pub/itu-t/opb/tut/T-TUT-SMARTCITY-2017-PDF-E.pdf](https://www.itu.int/dms_pub/itu-t/opb/tut/T-TUT-SMARTCITY-2017-PDF-E.pdf)

# Proteção de dados e humanidades digitais no Brasil, caixas-pretas

*Luiz Paulo Carvalho, Jonice Oliveira*

## Introdução

**E**m 14 de agosto de 2020 entrou em vigor a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) brasileira<sup>1</sup>, regulamentando a proteção de dados operacionalizada pelo tratamento de dados de pessoas naturais brasileiras, em âmbito digital ou físico, seja internamente, nas fronteiras nacionais, ou externamente, em alcance transnacional.

Neste trabalho buscamos tensionar alguns pontos opacos sobre a LGPD, como esboço de uma agenda de pesquisa com um viés sociotécnico sob o prisma de Humanidades Digitais. Pelo foco direcionado deste trabalho não nos aprofundaremos em detalhes na LGPD ou na legislação de proteção de dados da União Europeia (UE), a Regulamentação Geral de Proteção de Dados (General Data Protection Regulation – GDPR)<sup>2</sup>.

Essas tensões surgem de “fios soltos” no labirinto das epistemologias políticas das tecnologias, que levam para caixas-pretas a partir de uma perspectiva de formação de uma rede semiótica-materialista. Utilizamos então a abordagem da Teoria Ator-Rede (Actor-Network Theory – ANT) (LATOUR, 2005, 1987), onde analisamos os atores não humanos, assim como humanos, como atuantes e participantes nos sistemas legais e jurídicos associados com a proteção de dados no Brasil. Nesta pesquisa interessam as caixas-pretas, que, de acordo com a ANT, são atores ou associações de atores, até redes inteiras, opacos e não identificáveis, propositadamente ou não.

<sup>1</sup> <http://bit.ly/2PeKgcj>. Acesso em 01/12/2019.

<sup>2</sup> <http://bit.ly/35OtKWW>. Acesso em: 01/12/2019.

As raízes da aprovação final da LGPD estão associadas com casos internacionais de manipulação digital inescrupulosa de dados pessoais, como Brexit e as eleições presidenciais estadunidenses de 2016; assim como casos brasileiros, como as eleições presidenciais de 2018 (BIONI, 2019). Em determinados casos não há nem a necessidade de compartilhamento de desinformação, vulgarmente generalizada como *fake news*, pois uma abordagem com viés de psicologia informacional associada com o perfil de interesse da parte pode ser o bastante para conduzi-la ao comportamento esperado, mesmo que este seja o de inação<sup>3</sup>. Por exemplo, fomentar no eleitor a intenção de ausentar-se de um processo eleitoral.

A LGPD é genérica ao ponto de abstrair meios e canais, influenciando tanto plataformas digitais como fichas de cadastro de clientes em papel de pequenas empresas. Considerando capacidades de processamento, a ênfase é na categoria computadorizada, operando sobre dezenas de dimensões simultaneamente, e não na categoria humana, que apresenta dificuldades algébricas e de representação gráfica ao se ultrapassar três dimensões (SUMPTER, 2018). A importância do tipo de mídia será aprofundada adiante. Como temos observado algumas comunicações utilizando termos errôneos ou dúbios, caracterizamos como necessário um esclarecimento sobre Privacidade e Proteção de Dados. Pelas comunicações podem ser encontradas falas que misturam os dois termos ou citam a LGPD como “lei da privacidade”, o que é uma infidelidade semântica. Deveres e obrigações legais são relacionados com o direito positivo; a não interferência de uns em relação aos direitos de outros é relacionada com o direito negativo. Como esclarece Bioni (2019), Privacidade tem aspecto negativo, vem à tona apenas quando se percebe violada; Proteção de Dados tem aspecto positivo, é dever e obrigação do Estado e da Sociedade protegê-lo e preservá-lo. Uma das maneiras de preservar a privacidade é com a proteção de dados, mas a proteção de dados não provém da privacidade. A partir do momento que alguém decide compartilhar seus dados, seja preenchendo um cadastro

---

<sup>3</sup> <http://bit.ly/2ODFpCc>. Acesso em: 01/12/2019.

pessoal, a privacidade é violada, mesmo que o compartilhamento seja apenas entre essa pessoa e a organização que lhe garantiu determinada segurança ou proteção de dados. Por exemplo, a GDPR utiliza o princípio de Data Protection by Design e não Privacy by Design, não há nenhuma citação desta última na redação base da GDPR, mesmo que algumas comunicações, escritas ou verbais, se enganem em citar diferente<sup>4</sup>.

Considerados os rumos da pesquisa, estruturamos o trabalho da seguinte forma: Seção 2 apresenta breve histórico de proteção de dados na UE e na América Latina; Seção 3 apresenta a tensão principal deste trabalho, o aprofundamento no viés de humanidades digitais do cenário brasileiro de proteção de dados, como viés pós-colonial, influências negativas para efetividade da legislação, oportunismo pancapitalista sobre legisladores, dentre outros; Seção 4 apresenta a conclusão.

## Breve histórico de proteção de dados

No Brasil consideram-se alguns pontos anteriores à LGPD como precursores da proteção de dados, dentre eles os artigos 43º e 44º do Código de Defesa do Consumidor (CDC)<sup>5</sup>, de 1990; Marco Civil da Internet (MCI)<sup>6</sup>, de 2014. Sobre este último há o artigo 7º, que foi complementado antes de aprovação final, recebendo itens específicos para proteção de dados pessoais pela Internet. A “injeção de proteção de dados” no MCI foi influência, como resposta brasileira, das revelações de Edward Snowden sobre iniciativas de espionagem antiética e ilegal do governo estadunidense (BIONI, 2015), não apenas sobre cidadãos de outros países, como também de chefes de governo. Os incisos I e II do MCI demonstram preocupação explícita com sigilo de comunicações e seus respectivos fluxos.

A primeira lei propriamente direcionada à proteção de dados no Brasil é a LGPD. Seu início remonta ao ano de 2010, quando foi aberto o debate sobre o tema para toda a sociedade. Após um perí-

<sup>4</sup> <https://glo.bo/2sAncgl>. Acesso em: 01/12/2019.

<sup>5</sup> <http://bit.ly/2RcOQKv>. Acesso em: 01/12/2019.

<sup>6</sup> <http://bit.ly/2CBJrVk>. Acesso em: 01/12/2019.

odo de latência, foi retomada em 2015, quando uma nova plataforma de colaboração foi utilizada (BIONI, 2015). O termo “geral” de LGPD se dá não apenas pela amplitude multisetorial que a legislação perpassa, como também pela rica colaboração multisetorial que culminou na redação final de legislação, com ampla e democrática participação de parcela da sociedade interessada e engajada, não apenas legisladores e juristas (BIONI, 2019).

Em países muito próximos, geográfica e geopoliticamente, do Brasil já se encontravam leis próprias e dedicadas para a proteção de dados, por exemplo: Argentina, 2001; Chile, 2002; Uruguai, 2008; e Colômbia, 2012 (DLA PIPER, 2019). Esses países possuem também entidades operacionais e atuantes de controle das respectivas legislações, diferentemente do Brasil, cuja entidade que zela pela proteção de dados, à luz da LGPD, é a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), já em vigor pela própria LGPD, só que não composta e instituída *de facto*; seus membros ainda não foram todos definidos até este momento.

O Mercado Comum do Sul (Mercosul) foi fundado em 1991 e o último país a acessar o bloco foi a Venezuela, em 2012; este mesmo país se encontra em suspensão desde 2016. O Mercosul é formado por cinco membros plenos: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai e Venezuela; cinco países associados: Chile, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru. Por associação simples, o Mercosul seria o equivalente à União Europeia da América do Sul. Na Europa, o histórico relacionado com proteção de dados é mais longínquo. Data de 1981, com a Convenção de Proteção de Dados (Data Protection Convention – DPC); em 1995 com a Diretiva Europeia de Proteção de Dados (European Data Protection Directive – EDPD). Em 2012 a GDPR vem à luz e é colocada em debate multisetorial pela sociedade europeia, sendo aprovada quatro anos depois, em 2016, e entrando em vigor em 2018. A GDPR abrange todos os países membros da UE. Vários tratados formaram a UE como é configurada hoje, desde o Tratado de Roma, em 1957, até o Tratado de Lisboa, em 2007. Em 2013 a Croácia se tornou o último país a ingressar na UE, sendo o 28º.

## Humanidades Digitais e Proteção de Dados no Brasil

A GDPR autoriza que apenas países com legislações que proporcionem rigor comparável de proteção de dados possam tratar dados pessoais ou dados sensíveis de cidadãos da UE. Nesse contexto retornarmos às mídias físicas e digitais: caso um cidadão da UE intencione hospedagem no Brasil, mesmo que o negócio específico utilize cadastro físico, totalmente em papel, ele ainda precisa estar em conformidade com a GDPR.

O *Brussels Effect* (BRADFORD, 2012) nos auxilia a perceber o fenômeno de pós-colonialismo da influência colonizadora legal nos países periféricos ou semiperiféricos, através da visão geopolítica, em países que apresentam dependência de negociação com a UE. Isto é, a UE exporta não apenas a sua legislação de proteção de dados, também seus princípios, valores e epistemologias conceituais sobre o tópico (SCOTT e CERULUS, 2018); como entendemos e operacionalizamos proteção de dados é como a UE entende e operacionaliza proteção de dados.

São importados os mecanismos e operacionalizações legais, artefatos jurídicos, de outro contexto, onde não necessariamente consideram-se os desafios e problemas da proteção de dados brasileiros. Observamos que comunicadores sobre o tema não apenas debruçam-se sobre a GDPR para qualquer tema negligenciado ou não coberto pela LGPD, como também assim o recomendam aos demais: “Caso não consigamos resolver este item à luz da LGPD, voltamo-nos à GDPR, impactos e aplicações, para buscar bases e exemplos de como agir aqui”. Não apenas importamos o artefato jurídico em sua essência, como também importamos informações complementares em avanço, decidimos questões particulares nacionais aos olhos de uma comunidade sociocultural muito diferente.

Aspectos contextuais europeus são diferentes ou incompatíveis com os brasileiros, como econômicos, socioculturais ou o nível de maturidade tecnológica digital (MOOR, 2005). Seguindo nesse âmbito, Couldry e Mejias (2019) abordam pós-colonialismo e descolonização ao se tratar de dados e suas influências, citando o Brasil e sua relação com a GDPR.

A primeira caixa-preta está relacionada com a escolha do modelo de legislação proposto pela UE para a proteção de dados. Considerando que: (i) outros países muito mais próximos, geograficamente ou geopoliticamente localizados no sul global, periféricos ou semiperiféricos, já tinham legislações para proteção de dados bem estabelecidas, com suas determinadas entidades reguladoras e muitos anos de efetividade prática; (ii) a UE construiu sua legislação como um bloco unificado, deixando em aberto para que cada país do bloco complementasse a GDPR com seus aditivos contextuais; (iii) a GDPR, desde sua aprovação em 2016 já reconhecia o Uruguai e a Argentina como países com iniciativas de proteção de dados em conformidade com seu rigor; (iv) a preocupação com a proteção de dados, físicos ou digitais, data da décadas atrás, intensificada nas décadas de 1970 e 1980 na Europa e nos Estados Unidos, e é inicialmente esboçada no CDC brasileiro em 1993; observamos: (a) o Mercosul não construiu sua própria legislação de proteção de dados consolidada, mesmo que antropofagizada (MEDINA et al., 2014), baseada nas legislações já vigentes em seus países integrantes; (b) o Brasil não recorreu às legislações da Argentina ou Uruguai para construir ou embasar a maior parte da sua própria. Parece que a GDPR, e seu item de restrição transnacional de operação de dados, que realmente motivaram esse tópico, não as disposições do art. 1º da LGPD; (c) sendo primariamente uma precaução pancapitalista (ESCOBAR, 2018) às sanções europeias e eventuais multas, então não há uma preocupação material com privacidade, liberdade, proteção de dados ou o conceito de boa-fé que for. Seguindo o raciocínio do item (c) podemos seguir a jusante (LATOURE, 2016) dessa rede ainda em formação antecedendo que a LGPD poderá, de fato, agir sobre os mercados e negócios superficialmente, negligenciando outros efeitos colaterais danosos ao tecido social democrático, como manipulação de dados “por baixo dos panos” para influenciar resultados de eleições, a partir de operações que utilizam como insumo dados pessoais, como *profiling* (PINTO, 2018). Isto é, a lei servirá apenas para “europeu ver”, construindo uma fachada de “sim, como país, estamos em conformidade”.

Outro ponto além do *Brussels Effect* (BRADFORD, 2012) pode ser visto em uma colonização técnico-linguística. Na LGPD são con-



siderados papéis com responsabilidades específicas, sendo os dois com maior envolvimento no tratamento de dados o encarregado e o controlador. Lê-se: “controlador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais” e “operador: pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador”. A GDPR considera o papel do Data Protection Officer (DPO), por analogia simples seria o equivalente controlador na LGPD. Desde a sanção da LGPD, diversos atores, especialmente advogados, têm se intitulado DPO, apesar de esse papel não ter nenhuma associação com a LGPD, sendo apenas vigente na GDPR. Uma busca rápida pelo termo Data Protection Officer no Google expõe o ambiente predatório e sedutor para oportunistas que percebem o papel europeu como socialmente mais bem capitalizado do que o brasileiro, de controlador, mesmo que isso seja inefetivo de facto (CARVALHO et al., 2019).

Com um viés tecnológico (MARQUES, 2016), a importação majoritária da GDPR à LGPD nos apresenta outra caixa-preta, a das aparelhagens tecnológicas que irão operacionalizar os conceitos da LGPD. Considerando que o discurso dominante da prática é de recorrer à GDPR, podemos caminhar nesse raciocínio para os respectivos aparelhos tecnológicos já existentes. Quem detém a propriedade desses aparelhos que adequam a conformidade ou estão em conformidade com a GDPR? A UE, sejam os aparelhos de recursos humanos especializados, potenciais consultorias, sejam os aparelhos tecnológicos computadorizados, como Sistemas de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) configurados para os requisitos técnicos provindos da LGPD ou GDPR.

Sendo um tópico polêmico em relação à proteção de dados, o reconhecimento facial pode servir de exemplo para outra caixa-preta, a do monopólio dos aparelhos tecnológicos de tratamento de dados pessoais por organizações privadas. Por exemplo, as organizações públicas não são proprietárias de algoritmos de reconhecimento facial. Nos Estados Unidos, várias das maiores empresas de tecnologia, como Amazon e Microsoft, com soluções de reconhecimento facial estão pressionando o governo para a criação de leis que regulem o uso delas. Essas empresas não apenas clamam

por regulamentações sobre o tema, como rascunham suas próprias redações e conceituações para essas mesmas regulamentações<sup>7</sup>, demonstrando, explicitamente, a intenção de dominar o discurso legal sobre o tema. O raciocínio se deduz com simplicidade<sup>8</sup>: (1) tecnologias de reconhecimento facial estão sendo banidas ou percebidas com infâmia pela Sociedade<sup>9</sup>; (ii) maiores empresas de tecnologia suspendem o lançamento ou espalhamento das suas tecnologias de reconhecimento facial, alegando que são apenas as fornecedoras dos serviços e que os usufrutuários dos mesmos é que estão errados; (3) as mesmas empresas pressionam a Sociedade, em especial os atores legislativos, a pensar em “freios legais” que “controlem” o uso das tecnologias que elas mesmas desenvolvem e disponibilizam; (4) legisladores, lobistas ou não, clamam por assistência tecnológica especializada e empírica sobre o tema; (5) quem detém o *know how* especializado e empírico sobre a tecnologia de reconhecimento facial? As mesmas empresas que as desenvolvem e disponibilizam; (6) próximo passo dessas empresas? Rascunhar suas próprias regulamentações sobre o tema, como que de boa-fé. Zuboff (2019) vai classificar essa “boa-fé” como inconcebível, pelos preceitos do capitalismo de vigilância.

Essa ilustração do percurso ou itinerância do que tem acontecido com o reconhecimento facial nos Estados Unidos pode ser associado com a GDPR e LGPD, assim como com alguma futura regulamentação para reconhecimento facial que o norte global venha a adotar. Dessa forma, um prelúdio antecipado pela GDPR pode ser, por exemplo, a Amazon restringindo a comercialização da sua aparelhagem tecnológica de reconhecimento facial apenas para países que apresentem legislações comparáveis com as de <insira aqui a legislação do país que a Amazon considere como ideal>, podendo esse fenômeno se tornar um comportamento disseminado às demais empresas do ramo. Um dos casos de proteção de dados, reconhecimento facial e vício de consentimento tensionado é o de implementação de câmeras dessa tecnologia em igrejas, ou ambien-

---

<sup>7</sup> <https://engt.co/33Fu8Wm>. Acesso em 01/12/2019

<sup>8</sup> <http://bit.ly/2DCgqZA>. Acesso em 01/12/2019

<sup>9</sup> <https://nyti.ms/35QujPX>. Acesso em 01/12/2019

tes onde haja uma relação de poder implícita, um currículo doutrinário oculto. Como qualquer legislação ou poder público poderá competir em influência com uma suposta “determinação sagrada” através de uma possível “palavra divina” que ordena aos membros daquela comunidade que cedam o consentimento do tratamento de dados da sua imagem à instituição religiosa?

Em outro cenário, como um funcionário, desprivilegiado em poder, vai denunciar o uso/tratamento indevido de seus dados pessoais ou dados sensíveis na instituição na qual trabalha? Como um candidato a uma vaga de emprego vai realizar uma denúncia porque o processo de seleção tentou coletar dados não condizentes com a finalidade da função para a qual é pleiteado o acesso? Um desafio está em construir mecanismos e operacionalizações que coíbam esses falsos legítimos interesses ou consentimentos predatórios inescrupulosos, empoderando o titular dos dados, sem expô-lo ao dano. A preservação desse titular de dados é, também, prerrogativa da LGPD.

Finalizando, fazemos um último tensionamento em paralelo ao olhar sociotécnico (CUKIERMAN, 2007) em relação ao Credit Score chinês, conjuntamente ao Social Credit System (SOARES, 2018). Na China os dados pessoais e dados sensíveis são coletados por superplataformas, como a empresa Alibaba. Assim como no Brasil, os aparelhos tecnológicos de vigilância de dados são detidos por organizações privadas, que cedem dados ao Estado, devido ao modelo do país. O Estado, então, pode construir pontuações e quantificar cidadãos de acordo com seus dados e suas ações específicas. A intenção da LGPD é, principalmente, impedir esse fenômeno de vigilância total sobre a vida das pessoas. Apesar disso, o governo parece andar na contramão, tentando construir o Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS), através dos Decretos 10.046 e 10.047/2019. Esse cadastro em base de dados única conflita profundamente com o propósito da LGPD, que é garantir da forma mais ampla possível o direito à privacidade através da proteção de dados consentida pela pessoa natural. Esses dois decretos buscam coletar dados pessoais e dados sensíveis de toda população brasileira, sem finalidade ou demais informações disponíveis específicas, com a justificativa de “fomentar interoperabilidade”, “compartilhar bases de

dados” e “ampliar informações”. Dito isto, o Estado terá todas as informações possíveis e imagináveis para construir uma solução de vigilância total, contendo desde o endereço até os dados da retina de uma pessoa. O próprio Estado, através de um suposto poder de atuação, viola completamente a privacidade de todos os cidadãos brasileiros, em apenas dois decretos seguidos.

## Conclusão

A LGPD finalmente traz o tema de Privacidade e de Proteção de Dados “à mesa” do brasileiro. Faltando menos de um ano para a lei entrar efetivamente em vigor, ânimos estão exaltados e o contorno dos discursos está tomando forma, explícita ou implicitamente, a favor ou contra a lei. Como comunicações onde autores priorizam acriticamente elementos como “competitividade”, “inovação” e “progresso tecnológico”<sup>10</sup>, inserindo várias conjunções adversativas após enunciarem as vantagens e benefícios da proteção de dados no Brasil. Faz-se necessário uma inspeção criteriosa nas comunicações, que tentem parecer neutras e impessoais ou próprias, e nos respectivos discursos. Uma abordagem é utilizar balões de falas, como em quadrinhos, para rastrear os atores e suas redes (LATOURE, 2016).

Já nos posicionando totalmente favorável à intenção da lei, consideramos também que não podemos renunciar a um aprofundamento nas caixas-pretas que compõem o aspecto socio-técnico desse cenário, de seus atores e suas respectivas redes. É inegável que há um fator de colonização no ato de importar a maioria do artefato jurídico (ESCOBAR, 2018), porque não apenas importando a lei, estamos importando as normas, costumes e percepções da realidade de outro contexto. E, concomitantemente, precisamos ficar atentos quanto às iniciativas de vigilância inescrupulosa do mesmo Estado que aprovou e fará valer uma legislação dedicada à proteção de dados e que, supostamente, preserva o direito à privacidade.

---

<sup>10</sup> <http://bit.ly/33HR2w1>. Acesso em: 01/12/2019.

## Referências

- BIONI, Bruno. *Proteção de Dados Pessoais – A função e os limites do consentimento*. 2. ed., São Paulo: Forense, 2019.
- \_\_\_\_\_. *Xeque-mate: o tripé da proteção de dados pessoais no jogo de xadrez das iniciativas legislativas no Brasil*. São Paulo: GPoPAI/USP, 2015.
- BRADFORD, Anu. *The Brussels Effect*. Northwestern University Law Review. 107 (1). SSRN 2770634, Columbia Law and Economics Working Paper n. 533, 2012.
- CARVALHO, Luiz Paulo; CAPPELLI, Claudia; OLIVEIRA, Jonice. *Proteção de Dados no Brasil: uma visão Sociotécnica em Sistemas de Informação*. 2º Encontro do INCT.DD. Salvador, Bahia. DOI 10.13140/RG.2.2.13999.89765. 2019.
- COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises. Making data colonialism liveable: how might data's social order be regulated? *Internet Policy Review*, 8 (2), 2019. DOI 10.14763/2019.2.1411.
- CUKIERMAN, Henrique Luiz; TEIXEIRA, Cássio; PRIKLADNICKI, Rafael. Um olhar sociotécnico sobre a engenharia de *software*. *RITA*, v. XIV, n. 2, 2007.
- DLA, Piper. *Data Protection Laws of the World*, Full Handbook. Disponível em: <https://www.dlapiperdataprotection.com/>. 2019.
- ESCOBAR, Arturo. *Designs for the Pluriverse: Radical Interdependence, Autonomy, and the Making of Worlds*. Londres: Duke University, 2018.
- LATOURE, Bruno. *Cogitamus: seis cartas sobre as humanidades científicas*. São Paulo: Editora 34, 2016.
- \_\_\_\_\_. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford UP, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Science in Action: How to Follow Scientists and Engineers Through Society*. Londres: Open University Press, 1987
- MARQUES, Ivan. *História das Ciências, Estudos CTS e os Brasis*. Abertura do IX Congresso Scientiarum Historia. Rio de Janeiro, 2016.
- MEDINA, Eder; MARQUES, Ivan; HOLMES, Christina. *Beyond Imported Magic*. Essays on Science, Technology, and Society in Latin America. EUA: MIT Press, 2014.
- MOOR, James. Why we need better ethics for emerging technologies. *Ethics and Information Technology*. v. 7 (3), p. 111-119, 2005. DOI 10.1007/s10676-006-0008-0.
- PINTO, Renata. *Soberania digital ou colonialismo digital? Novas tensões relativas à privacidade, segurança e políticas nacionais*. 2018. Disponível em: <https://sur.conectas.org/soberania-digital-ou-colonialismo-digital/>. Acesso em: 1º/12/2019.
- SCOTT, Mark; CERULUS, Lauren. *Europe's new data protection rules export privacy standards worldwide*. Disponível em: <https://www.politico.eu/article/>

europa-data-protection-privacy-standards-gdpr-general-protection-data-regulation/. 2018. Acesso em 1º/12/2019.

SOARES, Gustavo. *Rumo à governança algorítmica* – análise sociotécnica dos algoritmos de *credit score*: o caso chinês. XI Congresso Scientiarum Historia. Rio de Janeiro, 2018.

SUMPTER, Donald. *Outnumbered: From Facebook and Google to Fake News and Filter-bubbles – The Algorithms That Control Our Lives*. EUA: Bloomsbury Sigma, 2018.

ZUBOFF, Shoshanna. *The Age of Surveillance Capitalism: The Fight for a Human Future at the New Frontier of Power*. EUA: PublicAffairs, 2019.

## Lista de autores

### **Aldenilson Costa**

Geógrafo formado pela Universidade Federal do Tocantins, Especialista em Gestão e Planejamento Ambiental pelo Instituto Tocantinense de Pós-graduação, Mestre e Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - Universidade Federal do Rio de Janeiro e doutor em Geografia pela Universitat Autònoma de Barcelona. Coordena o Núcleo de Estudos Governo, Inovação e Território (NEGIT) e é pesquisador do LabEspaço - Laboratório Espaço, sociedade, tecnologia e espaço (IPPUR/UFRJ). Investiga a relação entre inovação, território e sociedade, buscando compreender as transformações impulsionadas a partir dessa relação no âmbito das cidades. Atualmente desenvolve atividade de ensino, pesquisa e extensão no Departamento de Administração Pública da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e também é docente do Cederj no Departamento de Geografia onde coordena a disciplina Geografia do Ciberespaço à distância. Tem experiência como professor nos ensinamentos de graduação, pós-graduação e educação básica. E atua principalmente com os seguintes temas: Governo, inovação, território, política pública, produção do espaço, urbanização.

### **Fábio Duarte**

Principal Research Scientist no MIT Senseable City Lab, Lecturer em estudos urbanos no MIT, e professor do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana (PPGTU) da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, do qual foi Coordenador entre 2008 e 2012, é consultor do Banco Mundial. Bolsista Produtividade CNPq, foi Research Associate em Harvard - Graduate School of Design (2014-2015) e Visiting Scholar no MIT-Department of Urban Studies and Planning (2013-2014). Arquiteto e Urbanista pela Universidade de São Paulo (1994), Mestre em Mídias pela

Unicamp (1997) e Doutor em Comunicações e Artes pela Universidade de São Paulo (2000). Foi pesquisador em Planejamento e Desenvolvimento Urbano e Regional na Université Laval (Canadá) e em Geografia na Université Paris 1 (França). Recebeu o Faculty Enrichment Award do Governo do Canadá em 2005, e Reviewer Award do Journal of Urban Planning and Development em 2016. Foi professor visitante Erasmus Mundus na Universidad Politècnica de Catalunya (2010), na Yokohama National University (2012), e na University of Twente (2017). Desenvolve pesquisas em Mobilidade Urbana e Tecnologias Urbanas. É consultor Banco Mundial para transporte e planejamento urbano, e foi consultor da ONU para o Global Report on Urban Mobility. Autor de *Space, Place and Territory* (Routledge, 2017) e *Unplugging the City* (co-autor, com Rodrigo Firmino ? Routledge, 2018).

### **Fabiola de Cássia Freitas Neves**

Doutoranda e Mestre em Planejamento Urbano e Regional (2019) pelo Instituto de Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ), licenciada em Ciências Sociais (2017) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisadora do LabEspaço - Laboratório espaço, sociedade e tecnologia, sob orientação da professora Titular Doutora Tamara Egler desde 2017, vinculada a Linha de Pesquisa Política Pública, Inovação e Desenvolvimento Urbano. Sua pesquisa sobre redes sociais, busca compreender como a utilização das TICs impacta os processos de gestão do espaço urbano. Tendo experiência como professora da educação básica e coordenação de pré vestibular. Atua principalmente com os seguintes temas: redes sociais, políticas públicas urbanas, tecnologias da informação e cidade.

### **Jonice Oliveira**

Graduou-se em Ciência da Computação (UFRJ). Obteve o mestrado (2003) e o doutorado (2007) na área de Engenharia de Sistemas e Computação, ênfase em Banco de Dados, pela COPPE/UFRJ. Durante o seu doutorado recebeu o prêmio IBM Ph.D. Fellowship Award. Na mesma instituição realizou o Pós-Doutorado, concluindo-



-o em 2008. É professora (Associado II) do Departamento de Ciência da Computação da UFRJ e atua no Programa de Pós-Graduação em Informática (PPGI-UFRJ). Coordenou o Bacharelado de Análise de Suporte à Decisão (2012-2017) e o Programa de Pós-Graduação em Informática (2017-2019). Criou e coordena o Laboratório CORES (Laboratório de Computação Social e Análise de Redes Sociais), que conduz pesquisas multidisciplinares para o entendimento, simulação e fomento às interações sociais. Suas principais áreas de pesquisa são Ciência de Dados e Computação Social, com foco em Big Social Data (tratamento, gestão e extração de conhecimento). Possui uma larga experiência em tais áreas, com mais de 200 artigos, dezenas de orientações, cursos (graduação, mestrado e doutorado), palestras, minicursos, participação em eventos e envolvimento (como membro e como líder) em projetos de pesquisas nacionais e internacionais.

### **Lalita Kraus**

Professora adjunta do programa de graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento Econômico e Social (GPDES) do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR). É vice-coordenadora de Pesquisa, Comunicação e Extensão do IPPUR e membro suplente do Conselho de Extensão Universitária da UFRJ. É atualmente pesquisadora do Labespaço IPPUR/UFRJ e da Rede de Políticas Públicas - RPP. Completou o doutorado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Possui graduação em Gestão de Empresa e Marketing - Università di Bologna (2005), mestrado em Administração e Planejamento para o Desenvolvimento - University College of London/UCL (2010) e mestrado em Desenvolvimento Local e Mercados Internacionais - Università degli Studi di Parma (2008). Tem pesquisado os seguintes temas: tecnologia e cidade; modelos urbanos inteligentes; mídia e desinformação. É consultora e assessora voluntária de movimentos sociais e Ong para a elaboração, administração e gestão de projetos.

### **Maria Alice Nunes Costa**

Socióloga, Cientista Política, Urbanista e Fotógrafa. É Pós-Doutorada em Sociologia pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (2007-2011, Portugal); Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR/UFRJ, 2006); Estágio Doutoral na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (2004-2005); Mestre em Ciência Política pela UFF (2002); e, Bacharel e Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense (1988). Professora Associada da Universidade Federal Fluminense no Instituto de Arte e Comunicação Social (Departamento de Artes) e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense (PPGSD/UFF). Investigadora Associada do Centro de Estudos Sociais (CES, Universidade de Coimbra, Portugal). Possui larga experiência em políticas públicas, governança e democracia como policy-maker e acadêmica, coordenando o Laboratório LADER (Laboratório de Políticas Públicas, Governança e Desenvolvimento Regional/CNPq). Atua no campo da Arte como Fotógrafa, pesquisando as ausências e as invisibilidades sociais no espaço urbano, a partir da relação entre Fotografia, Comunicação, Sociologia e Filosofia com uma perspectiva transdisciplinar.

### **Priyanka de Souza**

Doutoranda no Departamento de Estudos Urbanos e Planejamento do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. Ela é Bacharel e Mestre em Tecnologia pelo Instituto Indiano de Tecnologia de Bombaim em Engenharia de Energia com especialização em Física. Ela então passou a fazer um curso de mestrado em Mudança e Gestão Ambiental e um MBA da Universidade de Oxford, onde estudou como bolsista Rhodes. Seu foco atual é a qualidade do ar.

### **Regina Tunes**

Mestre e Doutora pelo Programa de Geografia Humana da FFLCH/USP, atuando especialmente na pesquisa voltada para a Geografia Econômica e Geografia Regional. Professora Adjunta do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia

(IGEEOG) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pesquisadora do grupo de pesquisa Metamorfoses Urbanas e Regionais do Laboratório de Estudos Regionais do DG/USP e Pesquisadora do Núcleo Rio de Janeiro do INCT Observatório das Metrôpoles desenvolvendo pesquisa relacionada ao processo de metropolização do espaço e a formação da megarregião Rio de Janeiro - São Paulo. Pesquisadora (APQ) do CNPQ e coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Geografia Econômica (NEPGE) do Departamento de Geografia Humana do IGEEOG/UERJ.

### **Roberto Moraes Pessanha**

Professor titular do Instituto Federal Fluminense (IFF). Doutor pelo Programa de Políticas Públicas e Formação Humana da UERJ (PPFH-ERJ) com estágio doutoral na Universidade de Barcelona (Capes/MEC: 09/2014 - 01/2015). Tese defendida em mar. 2017: A relação transescalar e multidimensional Petróleo-Porto como produtora de novas territorialidades. Mestre em Engenharia de Produção - Coppe/UFRJ (1994). Especialização Lato-sensu em Eng. Segurança do Trabalho (PUC-RJ, 1984) e Gestão de Educação Tecnológica (OSU/EUA, 1987). Membro da Rede Latino-americana de Investigadores em Espaço-Economia (RELAEE) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Estratégia e Desenvolvimento (NEED/ IFF). Como experiência em Gestão Pública: diretor-geral Cefet Campos (1994-2000); pró-reitor de Extensão e em Desenvolvimento Institucional (2009-2011) do Instituto Federal Fluminense. Atualmente investiga os temas: Movimento e frações do capital; relação transescalar e multidimensional &quot;Petróleo-porto&quot;; Fundos financeiros e mobilidade espacial. Hoje se dedica às pesquisas com três ênfases: 1) A inter-relação capitalista lubrificada pelo petróleo na economia global; 2) Os circuitos econômicos e espaciais dos setores de energia e infraestrutura. 3) A financeirização da economia e o crescente papel dos fundos de investimentos no capitalismo contemporâneo. É membro da Rede Latino-americana de Investigadores em Espaço-Economia: Geografia Econômica e Economia Política (RELAEE). É responsável

pelo blog: <http://www.robertomoraes.com.br> onde apresenta dados e interpretações sobre o desenvolvimento de suas pesquisas e debate questões ligadas à Economia Política. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2593-6070>.

### **Taina Farias**

Graduanda em Ciências Sociais pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) e graduanda em Gestão Pública Para o Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

### **Tamara Tânia Cohen Egler**

Arquiteta, mestre em planejamento urbano e regional, doutora em sociologia, professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Coordenadora do Laboratório Estado, Sociedade, Tecnologia e Espaço, pesquisador IB do CNPQ, Cientista do Nosso Estado da Faperj, coordenadora de diversos projetos, entre os quais o do Núcleo de Políticas Públicas do Rio de Janeiro (2009), que integra o programa Pronex da Faperj/CNPq, 2011, 2013. Políticas públicas e tecnologias da educação do Programa Observatório da Educação da Capes, 2010,2013 e Coordenadora INCT Política pública, inovação e desenvolvimento Urbano, CNPq, 2014. Seu campo de atuação está associado ao estudo dos processos de transformação do espaço, no contexto do processo de globalização e tem por suporte técnico a informação e a comunicação digital. Sua produção bibliográfica consiste em nove livros, uma coletânea de vídeos, capítulos de livros e artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, sites e plataformas na Internet. Orientou quatorze teses de doutoramento, 32 dissertações de mestrado, nove monografias de graduação e 91 monografias de iniciação científica.

### **Wanisy Roncone**

Possui graduação em Direito - Faculdade de Direito de Vitória (2013) e mestrado em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (2016). Atualmente é doutoranda em Sociologia e Direito pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Tem experiência na área de Direito com ênfase em Sociologia e Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: estudo de mídia, cidade, indivíduo, sociedade, contemporaneidade, mídia, cultura.

ISBN 978-65-87594-74-3



9 786587 1594743

LETRACAPITAL



**inct**  
Institutos nacionais  
de ciência e tecnologia



**ESPAÇO**



**IPPUR**

Instituto de Pesquisa  
e Planejamento Urbano e Regional



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO RIO DE JANEIRO



**FAPERJ**

Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo  
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**CNPq**

Conselho Nacional de Desenvolvimento  
Científico e Tecnológico